



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Iniciativas de economia social e solidária, a ‘integração económica’ e o desenvolvimento local: a experiência do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*

Maria Albuquerque Ferreira Baptista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Outubro, 2015



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Iniciativas de economia social e solidária, a ‘integração económica’ e o desenvolvimento local: a experiência do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*

Maria Albuquerque Ferreira Baptista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Outubro, 2015

AGRADECIMENTOS

Na vida nada se faz de modo totalmente individual, por isso há sempre quem contribua de forma preciosa, acompanhando-nos nas nossas decisões e nas diversas etapas dos caminhos que nos propomos traçar, orientando-nos, iluminando-nos e fazendo-nos perceber que, mesmo as pedras em que vamos tropeçando ao longo do caminho, são peças importantes para a construção dos nossos castelos, como dizia Pessoa! Assim, permitam que expresse o apreço e gratidão por todos quantos e das mais diversas formas, se revelaram peças fundamentais ao longo deste percurso.

Ao Professor e orientador de dissertação, Professor Doutor José Manuel Henriques, dirige, de forma especial, as suas palavras de agradecimento por todos os ensinamentos e atenções que a fizeram sentir privilegiada por o ter como orientador. Pelo voto de confiança, pela liberdade conferida e pela disponibilidade, pelas sugestões e atitudes partilhadas e que se constituíram alicerces indispensáveis à realização deste trabalho, pela paciência e boa vontade com que a ouviu e pela forma como a incentivou a continuar, durante todo este processo, feito de avanços, recuos e de alguns momentos de desânimo.

Ao Senhor Manuel Nogueira, pelos seus ensinamentos e pelos conhecimentos que a ajudou a adquirir, por todo o seu profissionalismo, pela sua incedível dedicação e disponibilidade, aliada a um notável e incansável acompanhamento do seu trabalho de campo, um bem-haja! Foi e será, certamente para sempre, uma fonte de inspiração.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade, cooperação e partilha da sua experiência de vida, do seu trabalho, a sua gratidão.

A todos os que trabalham no Grupo de Miro, pela forma carinhosa como foi recebida.

Um especial agradecimento a todos os Professores do Mestrado de Economia Social e Solidária, pelos ensinamentos que propiciaram nestes dois anos de mestrado e pelo contributo enriquecedor prestado à sua formação.

Aos colegas, pela partilha dos momentos, do saber e da vontade de aprender.

Por último, mas não menos importante, deixa o seu apreço aos que, ao longo da sua vida, se têm constituído como referência, quer através do ensinamento de um variado leque de conhecimentos, quer através da construção de um quadro de valores pelo qual pauta a sua vida e que não estarão alheios ao gosto que desenvolveu por esta temática. A todos os que, pelas longas horas de debate e partilha de opiniões, fizeram com que este nunca fosse um trabalho solitário; os que a incentivaram, manifestando sempre o seu apoio incondicional, essencial para progredir em cada etapa deste trabalho e da vida...

O seu mais sincero e sentido obrigada!

RESUMO

Através da presente investigação pretende-se contribuir para uma clarificação e compreensão da importância da ‘integração económica’ num contexto de crescente desemprego e de formas cada vez mais precárias de trabalho. A abordagem desta temática parece ser tão mais importante, quanto nas sociedades ocidentais, o emprego é assumido como um factor marcante de inclusão social e o desemprego uma forma de desestruturação, quer pelo facto de deixar de existir a fonte de rendimento e portanto potenciar a pobreza, quer pela privação da rede de relações interpessoais estabelecidas a partir do emprego. Outro problema resulta do facto de este tipo de sociedades manifestarem uma capacidade deficitária de gerar emprego.

Assim, o domínio teórico-conceitual permite fazer o enquadramento da possibilidade ‘integração económica’, através do ‘empreendedorismo inclusivo’ e de estratégias de desenvolvimento local, como modo de combate à situação de desemprego crescente, aliado às diversas formas de pobreza.

Na análise empírica procede-se a um estudo de caso do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, como forma de organização criada para resolver problemas coletivos, promotor de emprego e fomentador do espírito empreendedor, bem como fator de desenvolvimento local.

É discutida a forma como através de mecanismos diferenciados e sem recurso a fontes de financiamento, se propicia o desenvolvimento de atividades que geram fontes de subsistência e autonomia, a pessoas que se encontram em situação de alguma vulnerabilidade económica e social, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento local e regional, através de recursos endógenos.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local; ‘empreendedorismo inclusivo’, ‘integração económica’ e GSSDCR Miro

ABSTRACT

This research aims to contribute to the clarification and understanding of the importance of ‘economic integration’, in a context of rising unemployment and increasingly precarious forms of work. The approach of this issue seems to be so important, as in western societies, that employment is assumed to be a defining factor of social inclusion and unemployment a form of deconstruction. This is either because a disappearance by source of income and thus enhanced poverty or by deprivation of the network of interpersonal relationships established from employment. Another problem results from the fact that this type of societies manifest a deficit ability to generate employment. Thus, the theoretical and conceptual domain allows the framework of possibility ‘economic integration’ through ‘inclusive entrepreneurship’ and the local development strategies, as a way to combat the growing unemployment situation, combined with various forms of poverty. The empirical analysis proceeds to a case study of Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, as a form of organization created to solve collective problems, employment promoter and developer of entrepreneurship and local development factor. It's discussed how through different mechanisms and without the use of funding sources, whether it enables the development of activities that generate sources of livelihood and autonomy, people who find themselves in a situation of some economic and social vulnerability, while it promotes local and regional development through local resources.

Keywords: Local development; "Inclusive entrepreneurship", "economic integration" and GSSDCR Miro

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Sede Social do GSSDCR Miro

Figura 2: Complexo Social do GSSDCR Miro

Figura 3: Produtos gastronómicos e artesanais

Figura 4: Cartaz promocional do projeto Portugal Tradicional

Figura 5: Edifício do Espaço Artes e Ofícios

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAC: Associação Académica de Coimbra

AE: Associação de Estudantes

COPIE: Community of Practice on Inclusive Entrepreneurship

FAOJ: Fundo de Apoio aos Organismos Jovens

FNAT: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

GNR: Guarda Nacional Republicana

GSSDCR: Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro

IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPJ: Instituto Português da Juventude

IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social

JSD: Juventude Social-Democrata

OCDE: Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

PARES: Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PT: Portugal Telecom

UE: União Europeia

ÍNDICE

1.INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA EM INVESTIGAÇÃO.....	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL.....	5
2.1. UM OLHAR SOBRE A POBREZA	5
2.1.1. O DESEMPREGO E POBREZA	9
2.1.2. O DESEMPREGO E A ‘INTEGRAÇÃO ECONÓMICA’	12
2.2. O CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO.....	15
2.3. UMA ABORDAGEM AO ‘EMPREENDEDORISMO INCLUSIVO’	17
2.4. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	22
2.5. SÍNTESE DO ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	26
3.METODOLOGIA	29
3.1. A METODOLOGIA ADOTADA NA INVESTIGAÇÃO	30
3.1.1. ESTUDO DE CASO.....	30
3.1.2 TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO.....	32
4.ANÁLISE EMPÍRICA.....	35
4.1. O LUGAR DE MIRO.....	35
4.2. O GRUPO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, DESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO - CONTEXTUALIZAÇÃO	35
4.3 MANUEL NOGUEIRA – EMPREENDEDOR SOCIAL.....	40
4.4. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO.....	47
4.4.1. ESPAÇO SABERES E SABORES.....	48
4.4.2. PORTUGAL TRADICIONAL.....	51
4.4.3. ARTES E OFÍCIOS	55
4.4.5. COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SERVIÇOS E ARTES.....	57
5. DISCUSSÃO.....	60
6. CONCLUSÕES FINAIS.....	66

6.1. CRIAÇÃO DE HORIZONTES PARA FUTURAS PONDERAÇÕES.....	72
7. BIBLIOGRAFIA.....	74
8. ANEXOS.....	77

1.INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA EM INVESTIGAÇÃO

As sociedades atuais experienciam momentos de fragilidade e de ruptura. São inúmeros os sintomas e fenómenos interligados que ameaçam a sustentabilidade do mundo. Sabe-se que um número crescente de cidadãos está a ser afetado pela escassez de recursos, que não lhes permite assegurar as necessidades básicas e garantir uma vida digna. Segundo dados da OCDE (2013) “*the economic crisis eliminated nearly 20 million jobs between the first quarter of 2008 and the fourth quarter of 2010*” (p. 21). É esta mesma crise que tem contribuído para o aumento da complexidade dos problemas relacionados com a pobreza. Nas palavras de Henriques (2006) “*consumption oriented subjective interpretation of needs, unmet needs and human action for the satisfaction of needs create the structural conditions for powerlessness, despair and revolt among those caught in poverty*”(p.86). Por isso, as ameaças e desafios que se colocam são cada vez mais dramáticos e contundentes e, desta forma, não podem passar despercebidos. Além do mais, entende-se que, enquanto cidadãos responsáveis, todos têm o dever de contribuir para a construção de um mundo seguro e com futuro para as gerações vindouras.

A crise que se presencia é “fruto da conjugação de uma integração europeia disfuncional e de alterações significativas no contexto global. Tais condições foram agudizadas pela crise financeira internacional de 2008-2009 cujos efeitos se fizeram sentir em diferentes países do mundo, mas que afetaram, de modo mais acentuado, economias que apresentavam à partida maiores fragilidades” (Abreu, et al., 2013, p.10). É o caso de Portugal em que são conhecidas as debilidades estruturais da economia e sociedade. São inúmeros sinais que revelam o agravamento da situação laboral, económica e financeira dos cidadãos. De facto, Portugal não escapou à forte crise internacional: multiplicam-se os empregos instáveis, cresce o desemprego de longa duração, há uma elevada emigração forçada, originando uma profunda degradação do mercado de trabalho. Estes fenómenos traduzem-se no aumento das desigualdades, espelhando uma sociedade fragilizada.

Num momento de insuficiência de proteção social pública, as situações de dependência têm aumentado significativamente, fazendo com que, cada vez mais, um maior número de pessoas recorra a redes de proximidade – familiares e amigos, bem como a instituições de

solidariedade social, o que coloca pressão nestas redes de apoio informal, dificultando a capacidade de resposta a todas as necessidades requeridas. Ao mesmo tempo, verifica-se que a redução de rendimentos e a precariedade das condições de vida que se fazem sentir, não só entre as classes mais vulneráveis, têm entre outras, como consequência o enfraquecimento dos laços sociais. Assim, no entender de Henriques (2006) “*unemployment and precarious employment, increasing vulnerability of family links and decreasing income transfers and social protection provided by the state combine to create the conditions for the structural expansion of poverty*” (p.86).

Acresce que o aumento das situações de pobreza origina uma ausência de perspetivas e expectativas de futuro, face à capacidade de reconstrução da vida. Deste modo, “com uma visível incerteza sobre o futuro, é certo que estes efeitos de destruição económica e social não serão revertidos num intervalo de tempo semelhante ao que demorou a serem produzidos” (Abreu, *et al.*, 2013, p.118). Assim sendo, os efeitos nefastos que a crise acarreta far-se-ão sentir ao longo de vários anos o que se repercutirá na necessidade urgente de intervenções alternativas, de modo a pôr fim à deterioração social.

Posto isto, é imperativo ir mais além do discurso moralista e autoculpabilizante que é constantemente incutido, procurando alternativas urgentes e tomando consciência dos caminhos a seguir (Abreu, *et al.*, 2013).

Cada vez mais deve haver a consciência de que é urgente que a população empobrecida participe ativamente no desenho das ações e no desenvolvimento das estratégias que contribuem para mudar as suas próprias situações de pobreza, ainda que esta participação não se dê de forma autónoma, espontânea e por iniciativa dos mesmos. Assim, é imperiosa a necessidade de inovação social, efetuando-se uma reconceptualização da ação, através de quadros de ação não convencionais em que o autoemprego e a criação de microiniciativas empresariais constituam uma oportunidade a explorar (Henriques, 2010).

Percebe-se que ter emprego está cada vez mais próximo de desenvolver novas iniciativas empresariais, onde as pessoas em situações de carência económica e social possam encontrar um caminho para a ‘integração económica’, através da promoção de autonomia e auto-suficiência, no que diz respeito a recursos. Desta forma pretende-se associar o conceito de ‘integração económica’ ao “alargamento de possibilidades de diminuição da dependência do mercado na satisfação das necessidades e de acesso ao rendimento com ação pró-ativa na promoção de percursos de inserção ou animando a criação de novas formas organizativas.” (Henriques, 2010, p. 92).

Segundo a OCDE (2004) o empreendedorismo é considerado a chave para o desempenho económico, em particular no que diz respeito à mudança inovadora, desempenhando um papel estrutural e dinâmico importante em todas as economias. Incentivar o espírito empresarial é cada vez mais reconhecido pelos governos como um meio eficaz de: I) criação de postos de trabalho; II) aumento de produtividade e de competitividade; III) redução da pobreza e alcance de objetivos sociais, em particular, ajudando grupos populacionais específicos a ajudarem-se a si mesmos.

Garantir à população em situação de pobreza um emprego, apresenta-se verdadeiramente como uma dificuldade real uma vez que é do conhecimento público a economia convencional e as políticas existentes manifestam uma capacidade deficitária de gerar emprego. Como se pode verificar nas palavras de Henriques (2006) “ *conventional macroeconomic, sectoral and regional policies are no longer able to ensure a significant increase in the employment content of growth*” (p.108).

Assim sendo, e tendo em consideração a vulnerabilidade do público-alvo, não se pode perder de vista o facto de, a nível nacional, se verificar a morte prematura de empresas de diferentes dimensões sendo, portanto, importante definir uma estratégia de ‘empreendedorismo inclusivo’, como meio de criar e manter um conjunto de atividades que garantam a sua própria sobrevivência, para que se tornem efetivamente iniciativas facilitadoras da inclusão, ainda que num plano microempresarial. As políticas de ‘empreendedorismo inclusivo’ devem assegurar a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade, no que diz respeito à inserção e operatividade no mundo dos negócios e autoemprego, ou usar a experiência do empreendedorismo para aumentar as suas competências e empregabilidade. (OCDE,2013)

Dado que as situações de pobreza estão sempre contextualizadas, parece vital que a ação contra a pobreza comece preferencialmente ao nível local, podendo as localidades serem vistas como comunidades potenciais e como unidades de desenvolvimento territorial.

Tendo em conta o aumento da complexidade dos problemas relacionados com a pobreza, no contexto de fragilidade das sociedades atuais, a preferência por esta problemática assenta em razões como:

- ◆ a consciência da paisagem económica e social vivida nos últimos anos;
- ◆ as lacunas nas políticas públicas de combate à pobreza, que se revelam insuficientes e desadequadas;
- ◆ a consciência da necessidade de uma reflexão e atuação mais profunda, concertada e inovadora;

◆ o desconhecimento e a falta de sensibilidade geral para entender o papel do ‘empreendedorismo inclusivo’ junto da população mais vulnerável;

◆ proximidade com a área de formação inicial e a possibilidade de resposta a desafios futuros, ao nível profissional;

◆ a curiosidade pessoal.

Assim sendo, com esta investigação pretende-se perceber o papel do ‘empreendedorismo inclusivo’ como uma resposta facilitadora da ‘integração económica’ das populações económica e socialmente mais vulneráveis, compreender a sua importância no alargamento das oportunidades de acesso ao emprego e contribuir para se poder dar resposta à questão; *Nas condições contemporâneas, como pode a ‘integração económica’, por iniciativa de organizações de economia social e solidária, contribuir para a diminuição da pobreza em contextos territoriais específicos?*

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

Para dar resposta à questão de partida, começar-se-á por definir o conceito de pobreza no contexto das sociedades contemporâneas, indo muito para além da sua definição tradicional. Assim, tentar-se-á perceber a abrangência contemporânea desta problemática, uma vez que ao falarmos de pobreza nos dias de hoje, falamos muitas vezes de uma faceta (in)visível da mesma, de uma pobreza envergonhada, que está intimamente relacionada com as situações de desemprego e/ou precariedade do mesmo.

2.1. UM OLHAR SOBRE A POBREZA

A pobreza de outrora não tem comparação com a que encontramos nas sociedades atuais. Em períodos de prosperidade económica, à pobreza estavam associados os sem-abrigo, os que se dedicavam à mendicidade, os que viviam à margem da sociedade, fruto de famílias problemáticas, desenraizadas e desestruturadas.

Segundo a última atualização do INE (2015), em Portugal, no ano de 2014, 27,5% da população situava-se em risco de pobreza ou exclusão social¹. A pobreza constitui-se assim, na atualidade, como um dos grandes desafios da sociedade portuguesa e das sociedades em geral, não podendo, portanto, ser vista como um objeto de política social. Deve antes ser entendida como um problema de toda a sociedade e, portanto, deve provocar o envolvimento de todas as dimensões das políticas públicas e da responsabilidade social.

Nos dias de hoje, parece imperiosa uma transformação radical da economia à escala global, dado que, fruto do resultado da globalização e dos desafios das novas formas económicas, que têm afetado diversos aspetos da vida das pessoas, o número de indivíduos a viver abaixo do limiar de pobreza é insustentável. De acordo com a OCDE (2013) “*in 2011, 24% of the EU population was at risk of poverty or social exclusion*” (p.22). Assim, presentemente, o fenómeno *pobreza* é muito mais complexo, multiforme, muitas vezes percebido como uma forma de destituição o que inquieta toda uma população. Varia, a nível pessoal, de acordo com as perspetivas e com as vivências e a nível coletivo, de acordo com o país, com a sociedade e os princípios que a regem. Deste modo, é mutante em função do meio social, dos

¹ Instituto Nacional de Estatística. Informação adicional disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

hábitos culturais e dos modos de vida, de tal forma que é sempre difícil comparar a pobreza em sociedades que não atingiram o mesmo patamar de desenvolvimento económico.

É de salientar que a pobreza contemporânea tem um carácter estrutural, tendo as suas origens nas organizações económicas, sociais e políticas das sociedades, não dependendo em primeiro lugar de responsabilidades individuais (Henriques 2006).

O conceito de pobreza é, então, extremamente complexo e não sendo consensual, torna-se difícil apresentar uma definição concreta.

O facto de numa sociedade, a identificação de se estar ou não em situação de pobreza, se realizar através do critério de privação, medido pela respetiva falta de recursos, não quer dizer que estejamos perante um tipo específico de pobreza: “pobreza financeira”. Isto é, ao definir-se o limiar de pobreza, em termos do rendimento necessário para satisfazer as necessidades básicas, não se está a reduzir a pobreza a uma realidade meramente financeira (Townsend, 1987 *cit por Costa et al, 2008*). Contudo, a falta de rendimentos não permite a satisfação das necessidades básicas, contribuindo assim, para a criação de uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspetos da vida e da personalidade humana. Deste modo, mesmo sendo a pobreza um fenómeno multidimensional, pode todavia ser analisada a partir de indicadores como o rendimento e o consumo. Estes não são indicadores unidimensionais, dado que refletem a situação global da pessoa, pelo menos, em tudo quanto depende de bens e serviços que têm de ser adquiridos no mercado. De acordo com Henriques (2006):

In capitalist society, the conditions for the avoidance of serious harm may become increasingly market-dependent. The satisfaction of the material basis of instrumental needs like food and water, housing, or medical care, are increasingly dependent on money, and therefore, on employment for a wage or welfare-dependent transfers (p.86).

Estes aspetos não devem, no entanto, desvalorizar o facto de a pobreza também integrar componentes que não consentem tradução em unidades monetárias.

Neste contexto, verifica-se relevante fazer uma breve referência a dois conceitos de pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa.

Bruto da Costa (1984, cit por Henriques 2006) realça a importância dos conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa serem entendidos como complementares e não como alternativos. Para este autor, o primeiro conceito baseia-se nos aspetos de sobrevivência e subsistência, tendo vindo a ser associado à tentativa de identificar o conjunto de necessidades humanas fundamentais, não obstante da controvérsia inerente e gerada por este processo. Inicialmente o

conceito de pobreza absoluta dizia respeito às famílias/ indivíduos cujos rendimentos não seriam suficientes para a obtenção de bens e serviços mínimos que assegurassem a manutenção meramente física, sendo atualmente incorporados outros aspetos como os culturais e sociais. No entender de Henriques (2006) “*poverty, understood as absolute poverty, can thus be defined as the lack of capacity to mobilize material and non-material means to create synergic satisfiers in order to meet intermediate needs and avoid ill-health and lack autonomy*” (p. 87).

Por sua vez, a pobreza relativa refere-se aos padrões de vida específicos de uma sociedade e dos quais um conjunto de pessoas se encontra privado. Quer isto dizer que os recursos destes sujeitos se encontram abaixo daqueles que dispõem a média dos outros indivíduos ou famílias e, por esta via, são excluídos dos padrões, costumes e atividades de vida correntes. (Townsend cit por Costa *et al*, 2008).

De salientar ainda que, a adoção destes conceitos está dependente de suposições implícitas relativas ao conceito de necessidades básicas, o que faz com que este tenha importância capital na definição do conceito ora em análise, pois permite estudar as interdependências que existem nos fatores que provocam o sofrimento humano, ao nível da saúde e da ausência de autonomia (Henriques, 2006).

De acordo com o supracitado, torna-se necessário perceber que para entender o fenómeno da pobreza é crucial compreender que esta problemática pode ser percecionada sob diversos prismas, não abrangendo apenas a ausência de dinheiro ou a miséria absoluta. Assim, é verdade que a conceção de pobreza pode ser estudada através de uma leitura meramente economicista, pelo seu lado mais visível, através da avaliação das necessidades materiais, sendo que a pobreza corresponderá às situações em que essas mesmas necessidades ficam por satisfazer, ou, vista como uma condição existencial, exigindo uma contextualização na estrutura sociopolítica da sociedade, incorporando aspetos não-económicos. Assim sendo, neste plano, não concorrem apenas as necessidades materiais, mas também elementos de ordem psicológica, social e cultural, que, em conjunto, geram uma condição existencial que afeta diversos aspetos da vida dos indivíduos (Costa *et al*, 2008).

De um modo genérico e no âmbito do senso comum, a pobreza é então entendida como a falta do que é necessário para satisfazer as necessidades básicas. Mas, mais do que isso, tendo em conta o que já foi referido, a pobreza é um fenómeno interligado a múltiplos fatores, em que de facto se observa a carência de bens e de serviços essenciais, mas também uma carência

social e cultural, como a incapacidade de participar na sociedade, a ausência de poder, de independência e de liberdade, sendo que, a liberdade hoje é universalmente reconhecida como um direito humano fundamental. Posto isto, o relacionamento entre a pobreza e a liberdade, conduzem à conclusão de que, enquanto negação da liberdade, a pobreza representa uma situação de negação dos direitos humanos fundamentais (Sen *cit por* Costa *et al*, 2008). Desta forma, estar-se em situação de pobreza não passa apenas por atravessar dificuldades a nível financeiro, significa, também, o encerrar de uma série de portas, a privação de determinadas capacidades, refletindo-se na ausência de força de vontade para provocar mudança, na resignação e aceitação da condição de pobreza, como se se tratasse de algo que não é possível transformar. Nas palavras de Henriques (2006):

The poor person is someone who society puts in a situation of disempowerment, that is, he loses his individual and collective capacity to create ‘synergic satisfiers’ and meet intermediate needs to avoid unmet basic-needs and thus, prevent serious harm at individual, household and community level (p.47).

Estes fatores, atuando conjuntamente, sujeitam as pessoas a uma maior exposição face ao risco, conduzindo-as a níveis elevados de vulnerabilidade, o que resulta, não raras vezes, em exclusão social.

Como já apurado anteriormente, a pobreza é, pois, um problema social, que diz respeito a uma situação de privação, resultante da inacessibilidade a recursos fundamentais e múltiplos de dignidade humana. Então, a situação de falta de recursos está, inevitavelmente, associada à consequente privação no que diz respeito a aspetos fundamentais da existência da própria pessoa. No entanto, constata-se que não é implícito e suficiente resolver a privação para que a pobreza fique solucionada (Townsend, 1987 *cit por* Costa *et al*, 2008). É importante atentar que as pessoas podem experienciar uma ou mais formas de privação sem serem consideradas pobres. Indivíduos com menores recursos do que outros podem estar mais propensos a experienciar uma ou mais formas de privação, mesmo que estejam acima do limiar de pobreza. Porém, é verificável que as pessoas que experienciam diferentes formas de privação são mais suscetíveis de ter poucos rendimentos e fracos recursos (Townsend 1987, *cit por* Henriques 2006).

É importante que se desenvolva na sociedade uma rede de solidariedade para que as pessoas tenham um mínimo de proteção, mas não se podem transformar as políticas de assistencialismo de emergência em políticas estruturadas de normalidade, pois isto leva a acorrentar os pobres à sua situação de pobreza e a empurrar a classe média para uma situação

de forte dependência ou de pobreza. A intervenção assistencialista (fornecer bens materiais, comida, roupa, abrigo) não é assim o caminho a seguir. Desenvolver um trabalho focado na capacitação dos indivíduos, promovendo o seu envolvimento ativo na procura de soluções para a sua situação, trabalhando com o intuito de difundir a autonomização dos mesmos, revitalizando o seu poder e o exercício da sua cidadania, revela-se de crucial importância. Assim sendo, os indivíduos que se encontram em situação de pobreza devem ser agentes ativos da sua própria emancipação, dado que, a participação destas pessoas na conquista da sua autonomia, independência e liberdade é considerada o elemento chave no combate da pobreza e exclusão social. Ou seja, são eles os agentes que detêm as capacidades necessárias e fulcrais que contribuem para a formulação e desenvolvimento de estratégias, capazes de fazer face e transformar as suas próprias situações de pobreza. Como constatado por Henriques (2006) *“the recognition that the involvement of poor people in designing and implementing actions supposed to contribute to overcoming their poverty situation is unavoidable (and therefore, the experiential knowledge of poor people is valued as positive)”* (p.89)

2.1.1. O DESEMPREGO E POBREZA

Como se viu anteriormente, a pobreza é um estado que resulta da privação de recursos, sem satisfação das necessidades básicas, o que origina uma ausência de autonomia. Manifesta-se de forma diferenciada e heterogénea, contribuindo para acentuar a impossibilidade de realização do ser humano, em todas as suas dimensões. (Henriques, 2010)

Face ao cenário de crise atual, quer no plano nacional, quer internacional, é fácil constatar um aumento exponencial do fenómeno da pobreza, nas suas diversas vertentes, ou seja, quer no plano económico, quer no plano social, podendo inferir-se daí que as políticas de combate à pobreza se têm revelado insuficientes, ou mesmo, desadequadas. Tudo isto se torna ainda mais alarmante, se for considerada a proporção que estes problemas assumem e a insustentabilidade financeira das medidas para os combater.

A par disto, é ainda necessário ter em atenção que a crise a que hoje se assiste vai muito para além das questões financeiras, políticas e sociais. O olhar deve também recair sobre a profunda crise de valores, que obriga a repensar os conceitos e teorias em que se baseia a ação.

Quando se fala do fenómeno pobreza é essencial ter em conta a variável emprego.

O emprego é um dos meios que possibilita o acesso a recursos monetários, que permite a preservação das relações sociais e facilita o alcance dos direitos sociais.

A situação atual, em que a diminuição do emprego é diretamente proporcional à diminuição do crescimento económico, vai lentamente deteriorando a vida das pessoas com maior vulnerabilidade face à pobreza.

O desemprego cria uma crise de estatuto, reveladora da grande importância do fator trabalho na vida de um indivíduo. Este confere-lhe um estatuto social, uma função. O fenómeno do desemprego é, assim, vivido pelas pessoas como um grave insucesso, pois corresponde a uma desqualificação e ao questionamento progressivo do modo de vida e do estatuto social. Compreende-se, pois, que muitas vezes os indivíduos em situação de desemprego se sintam excluídos, à margem da sociedade. É neste sentido que se pronuncia Henriques (2006) ao afirmar “*unemployment increasing vulnerability of family links and decreasing income transfers and social protection provided by the state combine to create the conditions for the structural expansion of poverty*” (p. 86).

Com este panorama, não raras vezes, se desencadeiam situações de exclusão social, através do isolamento e da existência de fracas redes de relações informais. Por isso mesmo, falar em pobreza não implica apenas focalizar a questão da ausência de recursos monetários, pois existe uma panóplia de dimensões que podem originar danos irreversíveis. Os indivíduos sem estatuto e sem poder, a quem apenas se distribuem ajudas de urgência, correm o risco de se deixarem fechar num contexto e num quadro cultural que está no limite da exclusão social. O risco de dessocialização é, pois, muito mais elevado quando as pessoas estão privadas de um rendimento regular.

A escassez de oferta de emprego, quando os desempregados atingem uma determinada idade, torna difícil a reinserção profissional e leva à experimentação de um sentimento de angústia, ligado, simultaneamente, à perspectiva de reais dificuldades financeiras e ao peso da humilhação. As pessoas que se encontram nestas situações têm o sentimento de que o insucesso que as oprime é visível por toda a gente. Assim, pressupõem que todos os seus comportamentos quotidianos são vistos pelos que as rodeiam como sinais de inferioridade do seu estatuto e, até mesmo, como uma deficiência social.

Também aqueles que possuem um trabalho precário, como por exemplo, o trabalho temporário ou a tempo parcial, sofrem de uma insatisfação face à sua situação e aspiram a um estatuto social mais elevado; existe neles a consciência de que a atividade que exercem

corresponde a uma forma intermédia e pouco valorizada, situada entre o desemprego e o emprego clássico.

A proteção social pode contribuir, em certa medida, para a prevenção da pobreza e, por isso, a perda de emprego ou de rendimentos está diretamente relacionada com o papel deste tipo de apoio. É, no entanto, fundamental ter consciência, como já foi dito anteriormente, de que a obtenção de emprego não leva automaticamente à mudança de situações de pobreza; pode-se estar empregado e continuar em situação de pobreza por diversos motivos, como por exemplo, a existência de uma forte dependência face ao mercado e a obtenção de salários reduzidos, resultado de trabalhos precários. A verdade é que o “emprego dificilmente pode contribuir para mudanças em situações de pobreza se permanecer isolado de formas de proteção social, rendimento suficiente e realização de direitos sociais” (Henriques, 2010, p. 11). Deste modo, tendo em conta a conjuntura atual, torna-se imprescindível haver uma lógica de interdependências, no que diz respeito à existência de proteção social, acesso a rendimentos sustentáveis e realização de direitos sociais.

A inferioridade social e a falta de recursos reforçam-se mutuamente e explicam esta aspiração comum a um estatuto social mais elevado, ligado ao emprego. Nestes casos, o trabalho diz respeito ao modo privilegiado da expressão dos próprios indivíduos na sociedade. O trabalho tem um grande peso na integração social das pessoas, pois para além de ser uma fonte de rendimento, assegura simultaneamente uma segurança material e financeira, relações sociais, uma organização do tempo e do esforço.

À semelhança do conceito de pobreza, a definição efetiva de integração é também ela complexa, questionável e não deve ser confundida com inserção. Em relação à pobreza a integração, como se analisará no próximo capítulo, procura a mudança dessa situação, refletindo-se na ação que visa a maximização da autonomia na satisfação das necessidades humanas, a par da diminuição das dependências face ao mercado, envolvendo a existência de auto-suficiência em relação a recursos. Assim sendo, a ‘integração económica’ implica uma focalização na geração de rendimento, seja através do trabalho por conta de outrem, ou através do impulsionamento do empreendedorismo, ou seja, pela própria iniciativa empresarial dos indivíduos. Deste modo, a inovação social torna-se mais do que necessária, é essencial.

2.1.2. O DESEMPREGO E A ‘INTEGRAÇÃO ECONÓMICA’

Como constatado no capítulo anterior, a crise dos últimos anos tem afetado muitas das economias europeias, sendo um dos seus principais efeitos, o abalo e fragilidade sentidos nos mercados de trabalho. Muitos países europeus têm experienciado subidas exponenciais da taxa de desemprego.

Segundo dados da OCDE (2013) a crise económica eliminou cerca de 20 milhões de empregos no período entre 2008 e 2010 e conseqüentemente, à exceção de países como a Alemanha e o Luxemburgo, a taxa de desemprego cresceu em toda a Europa, entre os anos 2008 e 2011. De salientar que esta perda de empregos se concentrou nas formas de emprego temporário e permanente.

Não é de estranhar que este panorama tenha como consequência iminente o número crescente de pessoas em situação de pobreza. Os dados estatísticos da OCDE (2013) revelam que em 2011, 24% da população da União Europeia se encontrava em risco de pobreza e exclusão social. A complexidade e adiamento do processo de revertimento destas situações, que afetam as dinâmicas económicas e sociais globais, têm sido uma das preocupações centrais dos países da União Europeia. Assim sendo, é estratégia da Europa 2020, a redução do número de indivíduos em risco de pobreza, na próxima década. Os objetivos, segundo os dados da OCDE (2013), apontam para uma redução de 20 milhões de pessoas em risco de pobreza, até 2020. Estas metas propostas aliam-se à constatação de que uma das formas mais eficaz de combater a pobreza e exclusão social se reflete através da promoção de um mercado de trabalho ativo e da conceção de medidas para a criação de emprego, obtendo resultados positivos em prol de (re) integração das pessoas no mercado de trabalho. De facto, na sociedade europeia, o emprego constitui-se como um mecanismo fundamental de inclusão social, tanto pela geração de rendimentos, como pela criação de laços sociais. Deste modo, é preciso centrar as políticas na criação de emprego e nas questões da precariedade e desigualdade, devendo haver um empenho na produtividade e na valorização dos recursos.

No caso de Portugal, os salários estão mais baixos, há uma forte emigração de jovens qualificados e uma demografia marcada por um acentuado envelhecimento, não havendo vínculos e não existindo estabilidade, uma vez que as pessoas auferem de salários cada vez mais baixos. Não esquecendo que o país saiu há pouco tempo de um plano de resgate, que impôs o regime de austeridade, vale a pena refletir sobre o que está a acontecer ao mercado de

trabalho: por um lado é difícil conseguir emprego, por outro a pressão sobre os que o têm é hoje muito maior. Ou seja, o mercado de trabalho está cada vez mais precário, profundamente desigual e mais limitado em termos de oferta de condições minimamente dignas. A verdade é que os salários foram reduzidos para um maior arrecadar das mais-valias e foram-se perdendo direitos conquistados. Quem vive apenas dos salários, vive pior. Torna-se claro que a economia não pode evoluir satisfatoriamente se as pessoas não têm um trabalho digno. Existem tantas leis laborais e são tão poucas as que servem as pessoas. É necessário menos leis e mais justiça a par da promoção de uma cultura de direitos e deveres para todos no mercado de trabalho.

Reconhece-se pois, que as políticas económicas convencionais vigentes não são mais capazes de garantir um aumento significativo do crescimento do emprego. Ao mesmo tempo, numa sociedade voltada para o consumo, produzem-se condições que levam ao incremento da dependência face ao mercado e, no caso dos indivíduos/famílias de maior vulnerabilidade, esta situação conduz à produção de um aumento de precariedade no acesso a recursos monetários. Revela-se pois, necessário proceder-se a uma profunda reestruturação do mercado de trabalho, através de um ajuste das políticas de ‘integração socioeconómica’. Assim, é essencial haver uma focalização nos segmentos mais vulneráveis da sociedade, protegendo-os, mas sobretudo, adaptando medidas para a sua integração.

Parece então de total pertinência refletir sobre o conceito de ‘integração económica’, definido como a dimensão económica no contexto de ação contra a pobreza (Henriques, 2010).

A ‘integração económica’ tem como máxima a promoção da autonomia, no que diz respeito a recursos, visando a satisfação das necessidades humanas. Esta definição implica, por um lado, uma ampla compreensão do próprio conceito de economia e, por outro, procura uma mudança social, relacionando-se com o reconhecimento da dimensão relacional da existência dos humanos em sociedade, ou seja, com a perceção da indispensabilidade individual e social de cada indivíduo para a existência da sociedade. Esta formulação de ‘integração económica’ tem ainda que ver com o papel central dos agregados domésticos na construção de estratégias de sobrevivência das pessoas em situação de pobreza.

Para que seja possível a produção de uma reestruturação concetual, ao nível de várias dimensões, como a económica e social, é necessário uma procura de apoio com perspetivas alternativas. Não se deve deixar de ter em conta a procura da consagração de uma lógica de interdependências, no que diz respeito à existência de proteção social, acesso a rendimentos

sustentáveis e realização de direitos sociais. É também preciso “redefinir o emprego não como um fim mas como um meio para o acesso a recursos monetários, para a criação e preservação de relações de interdependência social e para facilitar a realização de direitos sociais. Isto implica recentrar o económico nas condições bloqueadoras, ou facilitadoras da satisfação de necessidades humanas”. (Henriques, 2010, p. 12)

É preciso então inovar, reinventar a prática e o pensamento, reconhecer oportunidades que existam e que possam ser promovidas, identificar as melhores alternativas, aplicar a ideia e o processo, fundamentalmente, procurar quadros de ação não convencionais. E é exatamente através da ‘integração económica’ que se cria o processo pelo qual se poderão realizar, como se pode constatar nas palavras de Henriques (2010):

Mudanças efetivas em situações de pobreza alargando as possibilidades de diminuição da dependência mercantil na satisfação das necessidades intermédias e alargando possibilidades de geração de rendimento através do trabalho por conta de outrem ou através da mobilização do potencial de empreendedorismo através de formas organizativas individuais ou coletivas (p.17).

Deste modo, tendo em conta a conjuntura do atual contexto de desemprego, é através desta noção de ‘integração económica’ que se devem alargar as oportunidades de acesso a recursos monetários por vias alternativas, em detrimento de um trabalho por um salário, no contexto do sistema de emprego formal. Assim, a ‘integração económica’ está diretamente relacionada com a hipótese de revigorar a capacidade empreendedora das pessoas em situação de pobreza. Segundo Henriques (2010), no que diz respeito à geração de emprego, o contributo primordial não se verifica através de uma amplificação de emprego nas empresas já existentes, mas sim, pela criação de novas iniciativas empresariais. Tendo em conta esta linha de pensamento, o foco da ação deve recair no sentido de facilitar o empreendedorismo, combater a não-emergência espontânea e autónoma de ações junto de empresários não tradicionais, incutir uma mudança de pensamento e atitude e, por último, apoiar a consolidação de estratégias empresariais acertadas, evitando a mortalidade precoce deste tipo de negócio.

Esta necessidade de apostar no desenvolvimento alternativo requer um novo olhar sobre a economia, uma reorganização da representação da realidade, devendo o foco incidir nas pessoas e não nos produtos e lucros.

2.2. O CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

Como referido anteriormente, o acesso a um emprego depende cada vez mais da criação de novas iniciativas empresariais, revelando-se, desta forma, pertinente proceder-se agora a uma breve descrição do conceito de empreendedorismo e do papel do empreendedor, considerando a relevância e evolução destes conceitos, para, posteriormente, se estar apto a compreender e analisar, de uma melhor forma, uma das abordagens-chave deste trabalho, o ‘empreendedorismo inclusivo’.

O conceito de empreendedorismo encontra-se presente em todos os setores económicos, sendo de difícil definição dada a sua abrangência e multidimensionalidade, por isso mesmo, não existe uma definição universal. Porém, no âmbito do senso comum ser empreendedor relaciona-se com a criação de um negócio, embora esta não seja a essência do empreendedorismo. Mais do que isso, o empreendedor deve ser visto como catalisador de mudança e inovação, por detrás do progresso económico.

No que diz respeito ao papel do empreendedor na atividade económica, pode-se afirmar que a origem do termo “entrepreneur” remete para a economia francesa, aparecendo, pela primeira vez, entre o século XVII e XVIII. Este conceito era usado para reconhecer os indivíduos que se destacavam por estimular o progresso económico ao descobrirem melhores e novas formas de fazer as coisas (Dees, 2001).

No século XIX o economista Jean Baptiste Say definia os empreendedores como criadores de valor dado que movimentam “recursos económicos de uma área de baixa produtividade para outra de maior produtividade e rendimento” (Dees, 2001, p. 2).

Já no século XX Joseph Schumpeter refere os empreendedores como inovadores e agentes de mudança na economia, pois ao servirem novos mercados ou criando novas formas de fazer as coisas, fazem progredir a economia. Para Schumpeter “a função dos empreendedores é reformar ou revolucionar o padrão de produção” (Dees, 2001, p.2). O autor considera que os empreendedores podem fazê-lo de formas distintas: através da invenção, exploração e criação de um produto, ou produzindo, de forma diferenciada, um produto já existente.

Para Peter Drucker criar um negócio não é um requisito razoável para o empreendedorismo. Ou seja, Drucker dissocia o empreendedorismo dos pequenos e novos negócios, dado que apesar de considerar que todos os novos pequenos negócios têm bastante em comum, para ser

empreendedor são precisas algumas características específicas. Assim sendo, na sua tentativa de salientar aquilo que é peculiar nos empreendedores, parte da definição de Say, amplificando-a, colocando o foco na “oportunidade”. Na sua perspetiva a chave do desempenho dos empreendedores situa-se na exploração de oportunidades que são criadas pela mudança, e não, na provocação da mudança em si. “Isto define o empreendedor e o empreendedorismo – o empreendedor está sempre à procura da mudança reage à mudança e explora-a como uma oportunidade” (Dees, 2001, p.3). É a partir daqui que a noção de “oportunidade” se torna basilar em diversas definições contemporâneas de empreendedorismo.

Também na perspetiva de Howard Stevenson, o empreendedorismo não se demarca pela criação de empresas. Na sua conceção os empreendedores são indivíduos que identificam e alcançam oportunidades que para outras pessoas passam despercebidas, independentemente dos recursos disponíveis. Ou seja, os empreendedores “não deixam que os seus próprios recursos iniciais limitem as suas opções” (Dees, 2001, p.4). Posto isto, segundo este autor os empreendedores são capazes de mobilizar recursos de outros para conseguirem chegar aos seus objetivos empreendedores.

Partindo da obra de Dees (2001) e considerando-se a evolução supracitada do conceito empreendedorismo pode-se reter agora quatro ideias basilares: criação de valor (Say), inovação (Schumpeter), capacidade de aproveitamento de oportunidades (Drucker) e mobilização de recursos (Stevenson).

Ainda numa tentativa de definir o perfil empreendedor, parece pertinente salientar o contributo da OCDE EIP, que os descreve como indivíduos que procuram a geração de valor, através da criação ou expansão de atividade(s) económica(s), identificando e explorando novos produtos, processos e mercados (OCDE, 2013).

Também de destacar que o empreendedorismo deve ajudar a criar novas soluções. Este é considerado como uma oportunidade de inovação e desempenha um papel fundamental estrutural e dinâmico em todas as economias. De facto, de acordo com a OCDE (2004) “*entrepreneurship is considered key to economic performance, in particular with respect to innovative change, playing an important structural and dynamic role in all economies*” (p.5). É necessário atentar que os motivos que levam ao empreendedorismo variam de pessoa para pessoa, porém, de um modo geral e segundo a OCDE (2013), as principais razões pautam-se pelo ganho de uma maior independência e geração de rendimentos em caso de necessidade,

quando parecem não existir oportunidades de emprego. De notar que os empreendedores não têm de ser capitalistas, embora necessitem de capital para desenvolverem as suas atividades.

Os empreendedores devem ter a capacidade de ver as oportunidades geradas pelas mudanças em vez de ver os problemas. Para se ser empreendedor é preciso pois, capacidade criativa, crítica e operativa, isto é, passar da análise à ação. O empreendedor deve então dotar-se de uma vasta capacidade de observação e consciencialização, de responsabilidade, análise, apropriação e fundamentação de ideias. Desta forma, o empreendedor promove, concretiza e implementa a ideia e cria uma alternativa. Tem a sustentabilidade como desafio, desenvolvendo uma ação com um determinado objetivo e tem ainda uma atitude perante os contextos e a forma como os quer influenciar.

O empreendedor deve, assim, capacitar-se de pensamento estratégico, dar especial atenção ao percurso e focalizar-se na importância da sua finalidade. Ser empreendedor é projetar num horizonte profundo, avaliando os riscos e as potencialidades para alcançar o desafio, articulando os recursos com os possíveis impactos.

Em suma, começa-se a reconhecer o papel central que o empreendedorismo desempenha, atualmente, no desenvolvimento económico das sociedades, sendo os empreendedores considerados como agentes essenciais de mudança na economia de mercado. Por isso, deve-se procurar direcionar a sociedade para uma cultura mais empreendedora, inculcando valores e atitudes de promoção de empreendedorismo, devendo este propósito fazer parte de um dos objetivos cruciais das agendas governamentais, pois a construção de uma sociedade empreendedora poderá contribuir para a mudança decisiva da história recente.

2.3. UMA ABORDAGEM AO ‘EMPREENDEDORISMO INCLUSIVO’

O empreendedorismo é mais um comportamento do que uma característica pessoal e, como já referido anteriormente, é um fenómeno de larga abrangência e multidimensionalidade, não sendo assim exclusivo do setor empresarial, uma vez que pode ser aplicado e manifestado em qualquer outro setor.

A expansão deste fenómeno, nos últimos anos, tem sido notável, não se referindo só e apenas à área económica, mas alcançando também as áreas políticas, tecnológicas, sociais, etc. Esta expansibilidade encontra-se relacionada com a globalização dos mercados, o avanço das tecnologias e as oportunidades de negócio em diversas áreas. Deste modo, ao longo do tempo,

foram surgindo diferentes conceitos de empreendedorismo que começam a ser cada vez mais pronunciados e alvo de análises múltiplas e políticas específicas.

No capítulo anterior propôs-se uma breve compreensão e análise do conceito de empreendedorismo e sua evolução, abrindo portas ao capítulo que se segue.

Relembrando a questão de partida deste trabalho, *Nas condições contemporâneas, como pode a ‘integração económica’, por iniciativa de organizações de economia social e solidária, contribuir para a diminuição da pobreza em contextos territoriais específicos?*, surge agora uma abordagem específica à designação de ‘empreendedorismo inclusivo’. De salientar que, no decorrer deste novo capítulo, interessará uma abordagem mais prática, não conceptual, no que diz respeito à noção do empreendedorismo em análise.

Como já verificado ao longo deste trabalho, os países europeus têm enraizada a lógica do trabalho por conta de outrem e, por isso mesmo, é necessário estimular uma cultura mais empreendedora, em que as pessoas passem a considerar que a sua integração nas sociedades e aquisição de rendimentos seja também possível a partir da iniciativa empresarial.

Embora só muito recentemente tenha aparecido a designação de ‘empreendedorismo inclusivo’, a OCDE já vinha a mostrar que era necessário criar estruturas políticas que desencadeassem formas não-convencionais de empreendedorismo, desde os anos 70.

Com a recessão económica dos países membros da UE, é necessário apresentar soluções para a criação de emprego, pelo que o empreendedorismo pode apresentar-se como uma aposta para as pessoas em situação de desvantagem económica e social. Este princípio é exatamente o preconizado pela COPIE², que é uma comunidade prática que assenta a informação numa plataforma virtual, e que apresenta o ‘empreendedorismo inclusivo’ como uma forma de viabilizar a transformação de sonhos em empresas concretas, promovendo nas pessoas todo um manancial de atitudes e competências necessárias à realização dos seus projetos.

É preciso atentar que, a ação para a ‘integração económica’ das pessoas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade social, deve ter em conta algumas dimensões. Veja-se se não a importância de criar condições que ajudem na diminuição da dependência mercantil e no alargamento de oportunidades na organização para o acesso ao emprego (Henriques, 2010). Como constatado anteriormente, a ‘integração económica’ no contexto atual, de aumento do desemprego estrutural deve por isso compreender a possibilidade de reforçar o potencial empreendedor das famílias empobrecidas (Henriques, 2006). De facto a ‘integração

² Informação adicional: <http://www.cop-ie.eu/>

económica’ destas pessoas encontra-se relacionada com o desenvolvimento alternativo, dado que as mudanças que se pretendem duradouras, em situações de pobreza, exigem uma mudança contextual.

O ‘empreendedorismo inclusivo’ faz parte da esfera das políticas ativas de emprego, uma vez que o objetivo primordial do empreendedor é a inserção profissional, a criação de uma atividade que garanta um rendimento (Silva, 2010).

O potencial do empreendedorismo tem de ser reconhecido. Através deste poder-se-á combater a pobreza e a exclusão social, sob a forma de criação de emprego, embora o ‘empreendedorismo inclusivo’ não se limite à criação de empresas. É, antes de mais, uma abordagem integrada, potenciadora de atitudes e competências que viabilizam a concretização de projetos pessoais, ou empresas concretas. Quando se fala neste tipo de empreendedorismo, é certo que o primeiro olhar recairá sobre a criação de empresas, embora também se possa remeter para soluções de carácter coletivo, como a criação de pequenas cooperativas, incubadoras sociais; necessário é manter a consciência de que o fundamental é que o enfoque se situe na criação de atividades, que permitam geração de rendimentos para aqueles que não têm outra alternativa, garantindo a sobrevivência do empreendedor (Silva, 2010). De acordo com a OCDE (2013):

The benefit is not only in the creation of new enterprises and job opportunities for the founders, but also in many cases the integration into work of excluded people or the generation of welfare services that combat social exclusion through the operation of the enterprise (p.18).

A abordagem de ‘empreendedorismo inclusivo’ tem também que ver com uma autorrealização por parte dos indivíduos, no entanto, é muito importante que as suas ações tenham em vista uma maior eficiência e, por isso, que a sua realização seja sobretudo uma realização com competência. Deve haver uma promoção do potencial criativo dos indivíduos usando-o de forma a catalisar um futuro mais sustentável para todos (Siroli, 2008).

Tendo em conta o que foi já mencionando neste capítulo, pode-se agora refletir sobre o facto de o ‘empreendedorismo inclusivo’ se constituir como uma resposta facilitadora da ‘integração económica’ das pessoas mais vulneráveis, quer económica, quer socialmente, fazendo-se cumprir ao dar aos indivíduos a oportunidade de encontrarem o seu espaço, no mercado de trabalho. Com isto, quer dizer-se que esta forma peculiar de empreendedorismo é tão importante como um emprego, permitindo aos indivíduos a possibilidade de contribuírem para o desenvolvimento económico do seu país.

Segundo Sirolli (2008), o ‘empreendedorismo inclusivo’ é capaz de promover a mudança social assente na inovação, devendo ser visto como uma forma mais real, que é capaz de ajudar as pessoas a crescer e a integrar-se facilitando a transformação dos seus sonhos em trabalho remunerado, não se devendo limitar apenas ao espaço económico. Verifica-se, deste modo, a importante relevância da consagração de políticas que tenham em vista a consolidação do ‘empreendedorismo inclusivo’, sendo a proatividade dos governos uma dimensão importante para a promoção das mudanças pretendidas, requerendo-se respostas públicas concertadas e integradas, visando a implementação de estratégias de ‘empreendedorismo inclusivo’. É entendimento da OCDE (2013) que “*policies for inclusive entrepreneurship aim to ensure that all members of society have an equal opportunity to start-up and operate in business and self-employment or to use the experience of engagement with entrepreneurship to increase their skills and employability*” (p. 17).

As políticas de ‘empreendedorismo inclusivo’ devem, pois, assegurar que todo e qualquer indivíduo, independentemente da sua formação ou características, deverá ter uma igualdade de oportunidades, no que diz respeito à criação do seu próprio negócio. Este tipo de políticas deve colocar a sua ênfase no suporte, através de medidas de apoio adequadas, a pessoas que espelham uma aparente desvantagem face ao mercado de trabalho. Segundo a OCDE (2013):

Governments can support this objective with programmes that increase people’s awareness of and motivation for entrepreneurship as career choice across population groups and that correct for problems in the operation of markets and institutions that affect certain population groups to a greater extent than others (p. 18).

As políticas de ‘empreendedorismo inclusivo’ devem abrir a oportunidade de empreendedorismo a um maior número de pessoas, ajudando-as na avaliação da oportunidade e concretização. Os benefícios esperados devem ser tanto económicos como sociais. Económicos no sentido da inovação, criação de emprego e valorização de recursos “não utilizados”. A nível social considera-se a promoção de um aumento do vínculo ao mercado de trabalho e uma diminuição da exclusão social (OCDE,2013).

A criação de negócio não é o único resultado das políticas de ‘empreendedorismo inclusivo’, dado que, nem sempre as pessoas que são encorajadas a experienciar o empreendedorismo levam a cabo o negócio ou o mantêm a longo prazo. Mas, com este tipo de apoio, os indivíduos recebem impulsos, exploram as suas capacidades, clareiam as suas motivações, fomentam as suas redes de proximidade, o que se poderá refletir numa melhoria de probabilidade de obtenção de emprego (OCDE, 2013).

Se a teoria parece exequível e se é reconhecido o enorme valor e o impacto positivo que o ‘empreendedorismo inclusivo’ poderá ter na vida das pessoas, a verdade é que na prática, no que diz respeito ao caso português, o ‘empreendedorismo inclusivo’ poderá ser comparado a um diamante em bruto. Sem lapidação e com pouca exploração, em Portugal esta forma de empreendedorismo parece ser uma incógnita: pouco conhecido, explorado e observado. Em primeiro lugar, as entidades públicas e sociais que trabalham com as populações alvo, parece que, em geral, não possuem competências e experiência profissional, depois, o setor empresarial encontra nestas populações diversas fragilidades difíceis de trabalhar.

Na realidade a possibilidade de criação de novas formas empresariais que impliquem a mobilização de empresários não-tradicionais requer, primeiramente, um grau de preparação e adequação. É necessário haver uma compreensão clara e apropriada do que é e são empresas, mercados e das estratégias adequadas para este tipo de organizações, dada a existência elevada de dependências contextuais, no que diz respeito à capacidade dos empreendedores identificarem novos mercados e formas de inovação. De referir ainda que, nesta forma de empreendedorismo, a sustentabilidade do negócio depende maioritariamente do alto valor de trabalho, devido à escassez de capital existente nestas situações (Henriques, 2006).

Segundo a OCDE (2013) o acesso ao financiamento é tido pelos empreendedores como a principal barreira com que se deparam, sendo que é visto de forma mais gravosa pelos grupos mais vulneráveis, que sentem um maior desafio devido aos seus baixos níveis de poupança e à constante discriminação de que são alvo.

Contudo, cada vez mais se têm explorado alternativas face ao empréstimo bancário e, por isso, é importante que pessoas de grupos mais vulneráveis tenham acesso a essa informação, com aconselhamento e explicações de como explorar outras alternativas. As estratégias de gestão para microempresas com pouco capital e novas formas organizativas (cooperativas, associações, empresas sociais) oferecem um campo aberto à experimentação (Henriques, 2006).

Considera-se pertinente salientar as recomendações das políticas de financiamento da OCDE (2013), face ao ‘empreendedorismo inclusivo’: fornecer informação, aconselhamento e formação para empresários desfavorecidos e sub-representados, de forma a aumentar a consciência de oportunidades e requisitos de financiamento e melhorar a sua gestão financeira; trabalhar com os bancos para melhorar as suas linhas de comunicação e procedimentos operacionais com empresários não-tradicionais e grupos desfavorecidos; apoiar o desenvolvimento de garantias de crédito específicas e mecanismo de garantias

mútuas; promover a emergência de novas instituições de microfinança e plataformas de financiamento dirigidas a empresários não-tradicionais e sub-representados.

Para concluir, é necessário salientar que são vários os benefícios sociais do empreendedorismo, como o combate ao desemprego e à pobreza; a diminuição da dependência ou passividade face aos sistemas de proteção social públicos; a oferta de soluções alternativas para aqueles que não conseguem realizar-se no mercado de trabalho, não esquecendo os benefícios económicos que se prendem pela geração de rendimento. No entanto, é de notar que quando se fala em ‘empreendedorismo inclusivo’ ainda existe um longo caminho a ser percorrido, embora, na verdade, a criação de microiniciativas representa uma forma de inclusão social, que deve ser transversal a toda a sociedade. Para além disso, são precisas organizações proactivas dispostas a transformar os discursos sobre a pobreza. É preciso então, promover a inovação social, com vista à concretização do potencial do empreendedorismo entre as pessoas em situação de pobreza, desenvolvendo novas metodologias de intervenção pública, concebendo e implementando políticas adequadas neste domínio. (Henriques, 2006). Igualmente, ou mais importante ainda, é não esquecer que deve haver um esforço enorme para evitar a morte precoce dessas novas empresas, tornando-as verdadeiramente microiniciativas empresariais inclusivas, não perdendo de vista que estas representam um elemento fulcral nos projetos de vida das populações-alvo, ao permitirem que as pessoas, não raras vezes sem lugar num emprego por conta de outrem, expressem as suas competências profissionais.

2.4. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dado que as situações de pobreza estão sempre contextualizadas, parece vital que a ação contra a pobreza comece preferencialmente ao nível local, podendo as localidades serem vistas como comunidades potenciais e como unidades de desenvolvimento territorial. Assim, tendo em conta as temáticas a serem estudadas ao longo do trabalho, a análise subsequente incidirá sobre o conceito de desenvolvimento local e sua evolução, para posteriormente se perceber de que forma é que este se relaciona com as abordagens já analisadas de pobreza e ‘integração económica’ sob forma de ‘empreendedorismo inclusivo’.

O conceito de *desenvolvimento local* surgiu como um novo paradigma de desenvolvimento, tendo começado a amadurecer cientificamente a partir da década de 70 e a fortalecer-se, ao

nível do reconhecimento político-institucional, a partir dos anos 90. O *desenvolvimento local* apresenta, por um lado, a capacidade de mobilizar recursos com vista à introdução de mudanças, alterando as formas de desenvolvimento – que deixam de estar confinadas à vertente económica – e, por outro lado, só faz sentido enquadrado numa estratégia de desenvolvimento regional, que considere que é na capacidade de iniciativa e de organização ao nível da menor escala territorial, que o desenvolvimento do conjunto das regiões se faz.

O *desenvolvimento local* surge, assim, associado à reformulação dos padrões do *desenvolvimento regional*. Põe-se, desta forma, em causa o paradigma em vigor até aos anos 70, do século XX, - *paradigma funcionalista*, que promovia um desenvolvimento monolítico e uniforme, tendo uma base exógena, ocorrendo de cima para baixo, fundamentado em alguns setores de atividade económica e em determinadas zonas geográficas, motores de desenvolvimento. Acontecia pois, o inverso do que era pretendido, havendo uma concentração do desenvolvimento e não a sua difusão para as áreas mais desfavorecidas, como devia ser. O desenvolvimento devia ter um rumo inverso, de baixo para cima, cabendo a cada comunidade local, partindo das suas capacidades, ser a figura de destaque no seu desenvolvimento. Ao contrário do anterior paradigma, este *paradigma territorial*, porque tem como figura central cada território, assenta em possibilidades de realização endógenas. Critica a ênfase dada à maximização do crescimento económico, por ser uma visão redutora do desenvolvimento, não tendo em conta a satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, a componente sociocultural, ambiental, etc. Do mesmo modo, critica a intervenção pública institucionalizada e a centralização das políticas, dos recursos e atividades. Assim sendo, esta perspetiva territorial implica a integração de todos os recursos disponíveis, uma forte mobilização da população e das estruturas sociais e políticas organizadas, a partir de identidades territoriais e culturais e defende a descentralização e a participação dos diferentes atores locais no processo de desenvolvimento.

Foi precisamente este paradigma territorialista que facultou o novo conceito de *desenvolvimento local*, que se baseia em novas formas organizativas, recorrendo a estratégias de mudança e adoção de processos de reestruturação económica e social, de âmbito local.

É um processo que implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. O *desenvolvimento local* é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. Tem como princípio a partilha de recursos e de benefícios socioeconómicos,

políticos ou ambientais, pelo que implica necessariamente a articulação de parcerias entre instituições públicas e privadas, IPSS e organizações não-governamentais.

Parceria significa, assim, a convergência de esforços e objetivos comuns, no sentido de criar iniciativas locais, fortalecendo as organizações com vista à sua sustentabilidade, assumindo-se como uma estratégia pró-ativa de combate à pobreza e redução das desigualdades.

Assim, o *desenvolvimento local* não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente.

Pressupõe uma mudança da realidade local, implicando uma preocupação, não apenas, com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste sentido que o fator ambiental assume uma importância crucial.

É, assim, um processo de integração de diversos setores produtivos, estimulando o empreendedorismo, procurando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a maior participação destas nas definições do poder político.

Este tipo de desenvolvimento é visto como um processo de mudança, centrado numa *comunidade territorial*, de pequena dimensão, visando a satisfação das suas *necessidades fundamentais* a partir, antes de mais, das suas *capacidades* (endógenas). Isto implica uma dinâmica de *participação* e “empowerment”, com o apoio de *recursos exógenos*, desde que *fertilizem* os endógenos (este ponto é importante porque exprime uma dimensão não fechada, não localista do *desenvolvimento local*), numa *perspetiva integrada* (olhar para os problemas e soluções de forma sistémica), o que pressupõe uma lógica de trabalho em parceria entre os atores e as instituições com impacto tendencial em toda a comunidade (bem comum) e segundo uma grande *diversidade* de problemas, atores, processos e resultados.

Tendo presente a abordagem já efetuada ao conceito de pobreza no capítulo 2.1., é de salientar agora que a ação para a ‘integração económica’ das pessoas económica e socialmente mais vulneráveis deve ter em conta uma combinação coesa e integrada de ações que envolvam a ‘integração económica’ e o desenvolvimento local (Henriques, 2010). A atuação a nível local tem, deste modo, um valor incomensurável na ação contra a pobreza. Este tipo de ação requer assim uma contextualização de interações locais para que seja possível identificar estruturas e mecanismos capazes de lidar com a pobreza. (Henriques, 2006). É crucial considerar a potencialidade e diversidade espacial que se encontra em constante evolução, a par da especificidade local e crescente multidimensionalidade e complexidade do fenómeno pobreza.

Como já referido também, pode-se constatar que a maioria das regiões não possui condições de competitividade para investimentos exógenos, sendo que o *desenvolvimento local* aparece como o tipo de mudança capaz de promover a criação de novas atividades, contribuindo, desta forma, para uma maior coesão territorial, através da mobilização de potencial endógeno. Seguindo esta linha de análise considera-se o ‘empreendedorismo inclusivo’ como possível estratégia de promoção de desenvolvimento local, dependendo, ao mesmo tempo, deste. A sua abordagem não pode ser pois, desterritorializada, uma vez que o indivíduo não se encontra isolado da sua comunidade e, por isso, o contexto tem influência em vários fatores que podem potenciar ou não uma estratégia de ‘empreendedorismo inclusivo’. Da mesma forma e segundo Sirolli (2008), o *desenvolvimento local* também se encontra dependente da criação de novas iniciativas, dado que estas são capazes de gerar respostas mais ajustadas à sustentabilidade dos territórios.

De salientar ainda a importância das recomendações do *Relatório Barca* (2009) – uma agenda para a reforma da política de coesão – , um relatório independente, promovido pela Comissão Europeia, que se apresenta como um documento de forte racionalidade ao nível das políticas de coesão e mudança, a imprimir até 2020, propondo estratégias de governação estruturadas e inovadoras e de coesão e cooperação territorial. Este relatório preconiza o uso de estratégias de crescimento e *desenvolvimento local*, orientadas para objetivos sociais e económicos, tendo em vista uma eficaz realização do potencial e total capacidade dos territórios e a presença de equidade, ao nível da inclusão social.

Tendo em conta a estratégia do ‘empreendedorismo inclusivo’ é crucial ponderar tanto os fatores contextuais, como os atores sociais, assim como as dificuldades que embargam a ação. Encarando estas dimensões será possível estimular a ação e, conseqüentemente, obter as mudanças contextuais necessárias. Ou seja, é necessário a partir do local analisar e conhecer os problemas sociais das comunidades, tais como o impacto do desemprego e da pobreza, identificar as causas locais e não locais e promover o envolvimento das pessoas concretas no desenho do plano da ação para a inclusão e integração.

Ao nível local, dada a especificidade das empresas que surgem através do ‘empreendedorismo inclusivo’, a estratégia fundamental é a inovação, focalizando a competitividade na diferenciação da oferta dos produtos/serviços desenvolvidos a partir da mobilização e valorização dos recursos locais. Toda esta dinâmica deve impulsionar e contribuir para um posterior acesso a diferentes mercados extra locais.

A questão já mencionada relativamente às parcerias tem valor capital, uma vez que todos lucrarão com a existência de um setor corporativo pujante, no caso de existir uma correlação

entre empresas que promovam uma consolidação da espessura económica local. Esta interdependência poderá igualmente fazer surgir novas e mais respostas tanto a nível local, como social, traduzidas num aumento geral de oportunidades e no desenvolvimento de novas atividades, bem como a possibilidade de existir um reforço nas capacidades para a autossustentabilidade das organizações. É neste sentido que se pronuncia Henriques (2006), ao afirmar “*building a local partnership for territorial based capacity for initiative and organization in anti-poverty action may become an aim in itself of Municipal action*” (p.154). De salientar ainda, a relevância da coordenação política a nível local, que deve ser flexível, por forma a possibilitar a participação dos diversos atores locais na implementação da mesma. Em suma, a interdependência entre o fenómeno pobreza, a abordagem do ‘empreendedorismo inclusivo’ e o impacto do *desenvolvimento local* pretendem potenciar mudanças contextuais, promovendo a integração das pessoas económica e socialmente mais vulneráveis através de políticas integradas de empreendedorismo e agências locais envolvidas na animação de atividades, tendo em consideração a interligação e relevância de vários fatores como a determinação do mercado, da inovação, produto e sua comercialização (Silva, 2010). Estimular, no interior da comunidade, competências de empreendedorismo, ao mesmo tempo que se promove a interligação entre o meio empresarial, as instituições de formação e o público-alvo, deve ser o objetivo a prosseguir.

2.5. SÍNTESE DO ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Ao longo do trabalho até aqui realizado procurou traçar-se o enquadramento teórico-conceptual fundamental para clarificar os conceitos que subjazem à questão de partida a que este trabalho se propõe responder. Veja-se, pois, um apanhado global das ideias a reter.

Assim, com o trabalho já desenvolvido é possível constatar a necessidade de se ter uma visão integrada das causas estruturais do fenómeno pobreza, reconhecendo a responsabilidade do Estado e da sociedade civil na sua existência e persistência e, ao mesmo tempo, o papel que podem ter na promoção da sua diminuição e remediação, considerando a reivindicação dos direitos sonegados às pessoas em situação de pobreza e vendo a ação contra a pobreza como um imperativo de justiça social e solidariedade (Henriques, 2006).

Ao nível institucional dever-se-á ponderar a hipótese de reformas legislativas, nomeadamente no que diz respeito ao mercado de trabalho, ao estabelecimento de novos direitos, entre

outros, a fim de proteger aqueles que são mais frágeis e dotar os poderes central e local de novas aptidões, procedendo-se a um maior apoio interinstitucional, como forma de combate à pobreza (Henriques, 2006).

É preciso ainda ter em conta que a intencionalidade humana não é redutível a qualquer forma de racionalidade individual “meios-fins”, é sim dotada de esperança, valores e visualizações de futuros possíveis. O ser humano existe em sociedade e, por isso, a dimensão relacional desempenha um papel central e revelante para a construção de estratégias de sobrevivência para as pessoas em situação de pobreza, uma vez que a satisfação das necessidades vai para além da lógica de consumo. Assim sendo, “alargar o espaço da “não-dependência” mercantil e alargar as possibilidades de acesso ao rendimento, trabalhando por conta de outrem, ou organizando formas individuais e coletivas de mobilização de potencial empreendedor (microempresas, empresas cooperativas, etc.) foram identificadas como formas possíveis de concretização” (Henriques, 2010, p.92).

Dado o atual contexto de crescente desemprego, o ‘empreendedorismo inclusivo’ surge como uma via possível de lhe dar resposta. É desta forma que é aqui apresentado: como estratégia promotora da inclusão social das populações económica e socialmente mais vulneráveis, potenciando o surgimento de microiniciativas, afastando as barreiras que esta população possa ter na construção de um processo empreendedor. Assim, é dada a possibilidade destas pessoas se inserirem no mercado de trabalho, sentindo-se como parte integrante do desenvolvimento da sociedade. Através desta forma específica de empreendedorismo dá-se um alargamento de oportunidades de acesso a recursos, permitindo às populações-alvo o acesso a uma atividade remunerada, reforçando as suas capacidades individuais para competir no mercado de trabalho, partindo-se do potencial endógeno dos territórios, que permita a afirmação das vantagens competitivas de base local, reforçando assim a ligação com objetivos de coesão territorial. (Henriques, 2010) Nos tempos atuais, é necessário não esquecer os reptos do desenvolvimento local para a reestruturação global. É pois, imprescindível discutir a possibilidade de introduzir, de forma propositada, o desenvolvimento local para promover a ‘integração económica’ assente em planos e projetos de atividades executadas pelos municípios (Henriques, 2006). Desta forma, não se deve descurar a ligação benéfica que este tipo de empreendedorismo tem com propósitos de coesão territorial.

Apesar dos objetivos subjacentes à prática do ‘empreendedorismo inclusivo’, torna-se também necessário identificar os obstáculos e desafios maiores, implícitos neste processo. Por um lado, e principalmente no contexto de desemprego, o empreendedorismo não surge de forma espontânea, principalmente numa sociedade em que maioritariamente se valoriza o

trabalho por conta de outrem. Parece, pois, ser necessária a promoção de mudança de atitudes, comportamentos e valores que promovam a criação do desenvolvimento alternativo, assente na inovação, através da implementação de microiniciativas diferenciadas. De lembrar ainda que é através da criação de iniciativas empresariais inclusivas que se cria uma maior propensão ao desenvolvimento das competências profissionais das população-alvo, através da forte aposta na expressão das suas capacidades, que raramente têm lugar num emprego considerado mais convencional, como o trabalho por conta de outrem.

Por outro lado, o capital disponível para estas formas empresariais é reduzido e, uma vez que se tem em vista pessoas de maior vulnerabilidade económica e social, este está sobretudo dependente de estruturas de suporte existentes no meio local e regional. Esta debilidade, em parte, poderá ser colmatada pela racionalização do uso de mão-de-obra intensiva.

Apesar das dificuldades supracitadas reconhece-se se às iniciativas que derivam do ‘empreendedorismo inclusivo’ um papel pertinente num contexto de reestruturação global, constituindo-se como peça-chave na ‘integração económica’ das pessoas mais vulneráveis, e potenciador de emprego e sustentabilidade dos territórios.

Posto isto, a análise empírica que se efetuará nos próximos capítulos terá o objetivo de investigar pormenorizadamente um projeto capaz de promover o crescimento e consolidação de microiniciativas, potenciando a sustentabilidade das pessoas que dele fazem parte e promovendo a sua autonomia, com enfoque na inovação e coesão territorial.

3.METODOLOGIA

Ao longo do trabalho até aqui realizado, consideraram-se os conceitos basilares presentes no caminho que conduz à abordagem pretendida de ‘integração económica’ pela via do ‘empreendedorismo inclusivo’.

Relembrando a questão de partida definida para esta investigação *Nas condições contemporâneas, como pode a ‘integração económica’, por iniciativa de organizações de economia social e solidária, contribuir para a diminuição da pobreza em contextos territoriais específicos?*, no capítulo ora em análise serão expostas a análise empírica e a opção metodológica seguidas, numa tentativa de se prosseguir o caminho para encontrar uma resposta, num sentido mais prático, para a questão basilar de todo este trabalho.

Na realidade, são já alguns os projetos que têm demonstrado ser possível agir em prol de uma diminuição da dependência mercantil, na satisfação das necessidades humanas e que também é praticável “associar soluções nesse domínio a formas de organização facilitadoras do reforço da interdependência social e da cidadania, a formas de organização da produção facilitadoras de maior autonomia e a formas de organização de transações para comercialização local de excedentes”. (Henriques, 2010, p.18)

Entendidos como programas experimentais, que visam a inovação e melhorias das políticas públicas, a ação a nível local tem sido privilegiada nas demais iniciativas.

Este tipo de projetos tem também demonstrado ser possível criar projetos empresariais coesos para aqueles que não têm alternativa, nem lugar no sistema formal de emprego. Deste modo, o foco encontra-se na promoção da ação empreendedora, desenvolvendo-se o “apoio ao arranque, apoio à inovação e consolidação de estratégias empresariais adequadas e acesso ao financiamento” (Henriques, 2010, p. 20).

De salientar que a escolha do método deve depender claramente do problema em estudo e suas circunstâncias. Deste modo, para concretizar os objetivos desta investigação, propõe-se analisar o projeto do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro* (GSSDCR), por se tratar de um caso que, embora não sendo muito conhecido a nível nacional, marca a diferença na sua localidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território, através da fomentação do empreendedorismo responsável e inovador

e vindo a ganhar, ao longo dos tempos, uma expressão e expansão cada vez mais significativas.

A análise empírica presente no capítulo que se seguirá consiste no estudo das atividades verdadeiramente inclusivas desenvolvidas pelo GSSDCR Miro. A opção pela análise deste projeto prende-se, por um lado, com o facto de se considerar relevante a apresentação e exposição de uma iniciativa inclusiva protagonizada em território português e, por outro lado, devido a questões relacionadas com a facilidade de recolha de informação, tendo em conta a proximidade territorial da ação do projeto, com a autora desta dissertação.

3.1. A METODOLOGIA ADOTADA NA INVESTIGAÇÃO

A análise do projeto do GSSDCR Miro será efetuada a partir da metodologia de estudo de caso, considerando-se ser esta a estratégia de investigação mais consentânea com a exploração de um fenómeno deste tipo, contemporâneo e com uma relação intensa com o contexto socioeconómico e institucional.

Na análise das iniciativas criadas a partir do GSSDCR Miro deve ter-se em conta que a grande parte da reprodução do conhecimento é de natureza experiencial, tendo sido e sendo adquirido pela via da ação, resultando a falta de conhecimentos obtidos formalmente, através de metodologias formais e da escassa informação documental. A juntar a isto, as problemáticas em estudo ao longo do trabalho adaptam-se claramente à aquisição pela via experiencial, pela sua complexidade e existência de informação ambígua, a que se junta a quase inexistência de informação documental adequada à realidade das microiniciativas inclusivas.

3.1.1. ESTUDO DE CASO

O *estudo de caso* é uma metodologia de investigação cuja origem aparece relacionada com a antropologia e sociologia, no final do século XIX e início do século XX, tendo vindo ao longo dos tempos a ser implementado como estratégia de investigação em outras áreas como a psicologia, a gestão, a educação, a ciência política. Surge devido à inexistência de respostas a questões subjetivas, principalmente no âmbito social, em que a pesquisa objetiva e quantitativa parecia insuficiente.

É um método de grande relevância no seio das ciências sociais. Permite fazer uma análise pormenorizada de um exemplo, conferindo, desta forma, uma riqueza detalhada à situação em análise. Trata-se de uma forma de investigação empírica que considera um fenómeno contemporâneo e o contexto real onde este se insere, sendo, desta forma, uma metodologia que possibilita o desenvolvimento de uma visão diferenciada da realidade, potenciando uma abordagem profunda, integrada e clara de uma unidade social complexa. Ou seja, através de um vasto número de dados recolhidos maioritariamente através de observação direta, envolve uma descrição complexa e holística de uma determinada realidade, quase sempre através de um relato informal e narrativo.

Torna-se importante evidenciar que a validade, a fidelidade e a generalização do estudo são fatores que não se podem desprezar na procura do rigor científico.

Muitas vezes também, a força do exemplo é subestimada, no entanto, há que considerar que a metodologia de *estudo de caso*, pode verdadeiramente contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico, valendo por si só e não se caindo no erro de o considerar apenas, um método piloto ou complementar de outros mecanismos de investigação (Flyvbjerg, 2006).

Deste modo, o conhecimento que se obtém a partir de um *estudo de caso* difere de outras técnicas metodológicas, por ser mais contextualizado, concreto, retratando uma situação em particular e tendo também implícita a interpretação do leitor. A verdade é que segundo Flyvbjerg (2006) uma das potencialidades do *estudo de caso* é, exatamente, permitir que este tenha diferentes significados para diferentes pessoas e não que seja a mesma coisa para todos os indivíduos. Na perspetiva deste autor, esta opção metodológica poderá ter tantas facetas como a própria vida em que os leitores podem ser atraídos ou repelidos por coisas diferentes no mesmo caso. Desta forma, não são só as interpretações dos atores e narradores do caso que têm significado, mas, também os leitores são convidados a descobrir o próprio caminho, verdade e significado do caso em análise.

De facto, a interpretação de um caso pode fornecer uma riqueza única de informação, porque permite obter várias perspetivas e conclusões, podendo-se assim revelar a importância da descoberta e construção de novos significados, alargando a experiência e o conhecimento. Assim sendo, não se devem ignorar as diferentes interpretações que podem surgir sobre a mesma situação, procurando-se sempre a existência de rigor, que deve estar implícito num *estudo de caso*, a par de uma fidelidade na reconstrução da realidade em análise, bem como a correção de falsas impressões ou o esclarecimento de interpretações duvidosas.

Não esquecendo que a questão de partida supracitada deve legitimar todas as opções tomadas ao longo do percurso efetuado, pretende-se agora, através da metodologia de *estudo de caso*, perceber, na contemporaneidade, a importância do papel do empreendedorismo na sua vertente mais inclusiva, tendo presente a complexidade inerente à compreensão e exploração de acontecimentos, num contexto complexo, pelo envolvimento simultâneo de diversos fatores.

De facto, como já foi referido anteriormente, é a partir desta metodologia que se pode aprofundar o conhecimento científico através do fenómeno da exemplaridade, o que se repercute no desenvolvimento de um conhecimento detalhado sobre a problemática em análise, a fim de, futuramente, se poder obter uma melhor capacidade de intervenção no domínio em jogo.

3.1.2 TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Tendo sempre envolvida uma iniciativa em ação, é neste âmbito que o *estudo de caso* aparece como opção metodológica mais ajustada à problemática em análise. Assim sendo, procede-se a uma análise pormenorizada do projeto *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, sendo que num primeiro momento se realiza a descrição da realidade observada, para posteriormente se analisar o conteúdo da informação recolhida.

Deste modo, na análise empírica são utilizadas as seguintes técnicas de recolha de informação: uma inspiração na metodologia de história de vida, entrevistas semiestruturadas e não diretivas a fim de aumentar a confiabilidade do estudo e pesquisa de fontes documentais, com análise sistemática dos dados, para se tentar perceber como é que, em situações de vulnerabilidade, esta oportunidade fez e faz a diferença, na reorganização da vida das pessoas abraçadas pelos projetos do GSSDR Miro.

A inspiração na metodologia de história de vida, prende-se com o facto de esta ter uma função descritiva, através de uma análise aprofundada, sendo normalmente utilizada para “reconstituir a carreira de vida dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras pessoas com influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprios e das suas perspetivas sobre a vida” (Alvarez, Santos & Baptista, 1994). Desta forma, trata-se de uma articulação entre a história de vida individual e social. Através desta consegue-se “uma compreensão dos aspetos básicos do comportamento humano” (Alvarez, Santos & Baptista, 1994), captando as diversas posições,

formas de estar e pensar dos indivíduos, ao longo das suas vidas. A história de vida permite obter uma perspetiva única de um indivíduo no que diz respeito à sua realidade, verdade, partilhas e perspetivas e o modo como essas mesmas perspetivas se ligam a um determinado contexto ou situação.

Parece também importante salientar que a aplicação da técnica da entrevista não diretiva se relaciona com o facto de esta ser de base informal e exploratória, em que a obtenção da informação pretendida dá-se através de um discurso livre por parte do entrevistado, o que muitas vezes se traduz na aquisição de informação adicional. A partir deste tipo de entrevista acredita-se que o informante tem aptidão para expressar de forma clara a sua experiência. Desta forma “o sujeito desempenha um papel crucial na definição do conteúdo da entrevista e na condução do estudo” (Alvarez, Santos & Baptista, 1994). A intervenção do entrevistador deve proceder-se de forma discreta, mantendo-se atento e receptivo a todas as informações consideráveis, estimulando a comunicação verbal. Através desta técnica é possível verificar uma grande potencialidade no que diz respeito à captação de motivações, atitudes e opiniões por parte do entrevistado. A entrevista não diretiva caracteriza-se assim por ser pouco rígida, sendo uma boa técnica para utilizar no trabalho de campo, com o intuito de aumentar a riqueza das observações.

A utilização da entrevista semiestruturada relaciona-se com o facto de existir escassa informação documental sobre o fenómeno em análise. Este é um tipo de entrevista que abrange questões semiabertas, cuja organização tem em vista o objeto em estudo, possuindo uma menor rigidez que uma entrevista formal, uma vez que através desta técnica é possível ajustar o guião, permitindo uma recolha de informação mais alargada; assim, mantem-se a possibilidade de surgirem novos caminhos, para uma melhor compreensão da problemática em análise. Uma das grandes potencialidades desta técnica é, pois, a sua flexibilidade, sendo possível ajustar as questões às reações do entrevistado e seus contextos. Assim, a partir da entrevista semiestruturada é viável ter acesso a informação que inicialmente não estava programada, conduzindo a uma compreensão mais profunda e permitindo aos entrevistados uma maior reflexão sobre o incremento das microiniciativas e sobre os aspetos qualitativos dos estratagemas que possibilitam a sua incrementação. Contudo, é importante ter em atenção que a relação entrevistador/ entrevistado pode influenciar a fiabilidade dos elementos recolhidos.

No que diz respeito aos atores sociais escolhidos para as entrevistas destacam-se alguns dos protagonistas centrais das iniciativas desenvolvidas pelo GSSDR Miro, numa tentativa de obter uma ilustração do que se entende por agir bem, quando se procura agir. Desses atores

sociais fazem igualmente parte algumas das pessoas que possam ter beneficiado com a implementação destas iniciativas inclusivas, tentando perceber a bondade potencial destes mecanismos, apreendendo de que forma as suas vidas possam ter mudado na sequência dos projetos criados pelo GSSDR Miro.

As fontes documentais consultadas foram: o *site* do GSSDR de Miro e o relatório para Prova de Aptidão Profissional de Manuel Nogueira.

4. ANÁLISE EMPÍRICA

4.1. O LUGAR DE MIRO

O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo e Recreativo de Miro (GSSDR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), situada no concelho de Penacova.

Constitui-se como uma fundação de referência deste concelho do distrito de Coimbra, contando atualmente com um total de 799 associados e empregando 52 pessoas. Localiza-se na aldeia de Miro, uma povoação da União de Freguesias de Friúmes e Paradela da Cortiça.

Geograficamente Miro situa-se no extremo sudoeste do concelho de Penacova, em pleno coração da Beira Litoral, junto aos rios Alva e Mondego, à distância de 3 km do cume da serra da Atalhada. Esta povoação que dista 5 km de Penacova e 28 km de Coimbra, tem aproximadamente 110 habitações e 250 eleitores, num registo de, pouco mais de 600 eleitores distribuídos pelos restantes 8 lugares que compõem a freguesia.

Relativamente às infraestruturas da povoação de Miro, destaca-se um jardim-de-infância, com cerca de 20 crianças; dois minimercados; três cafés; duas sapatarias; dois cabeleireiros; uma empresa de transportes internacionais; três indústrias de madeiras, contando ainda com o Complexo e a Sede Social de Miro. Importa, desta forma, salientar que apesar de ser possível enumerar algum comércio, a maioria das suas gentes dedica-se à agricultura de sustento.

4.2. O GRUPO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, DESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO DE MIRO - CONTEXTUALIZAÇÃO

O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro atua em áreas de intervenção distintas. A sua ação faz-se numa vertente de carácter desportivo e cultural, mas também na vertente da solidariedade social, prestando serviços e apoio a diversos tipos de público: dezenas de crianças, jovens adultos e idosos, embora nem sempre tenha sido assim. Será, portanto, oportuno proceder-se a uma caracterização da instituição, tendo em conta todo o percurso efetuado, para que, de forma clara, se consiga compreender o panorama organizacional do GSSDCR Miro.

O GSSDCR Miro foi fundado no decorrer do mês de Setembro de 1978, por Manuel Cunha Pinheiro Nogueira (sócio nº 1), David António Nogueira Assunção, Fernando Andrade

Henriques do Soito, Altina dos Santos Oliveira e Victor Manuel Martins Nogueira. A primeira escritura pública realizou-se no dia 20 de agosto de 1980, com a designação de Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro.

Nas palavras de Manuel Nogueira “ *estávamos nos anos 70, quando eu, a minha irmã e os meus primos, todos residentes na cidade de Coimbra, fãs e leitores dos livros de aventura chamados “Os cinco” e “Os sete”, resolvemos criar um grupo aventura, para aos fins de semana, quando nos deslocávamos para Miro, podermos inovar, construíamos casinhas de madeira e folhas, construíamos ninhos para os passarinhos, construíamos e fazíamos corridas de carros de rolamentos, fazíamos caminhadas, (...). O Grupo de Miro apareceu oficialmente pela primeira vez, num torneio de futebol 5, organizado pelos jovens residentes na baixa da cidade de Coimbra, estávamos no ano de 1976. Outros se seguiram; em Penacova, além de fazermos jogos particulares entre as localidades, participámos nos torneios, realizados no campo da antiga escola primária do Largo D. Amélia, levados a cabo pelos Bombeiros Voluntários de Penacova, para angariação de fundos. A partir daqui não mais parou” (E4³).*

Percebe-se assim que a ação do *Grupo*, numa fase inicial, se prendia com práticas de carácter desportivo, com a participação em torneios. Posteriormente também passou a desenvolver ação na vertente mais cultural e recreativa, com dança e pequenas peças de teatro; com o apoio de várias instâncias, como a Câmara Municipal de Penacova, O FAOJ, hoje conhecido como Instituto Português da Juventude (IPJ), passou a abranger um leque de atividades que acabaram por extravasar o âmbito local, alargando-se, de forma gradual, a toda a população do concelho de Penacova.

De destacar em 1986 a criação do Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, com o intuito de preservar os costumes e tradições das gentes de Miro, que se vinham dissipando através dos tempos. Desta forma, o grupo de rancho “*Os Barqueiros do Mondego*”, atualmente uma seção autónoma designada de Rancho Típico de Miro “*Os barqueiros do Mondego*” do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, desde dezembro de 2003, tem desenvolvido a sua atividade nas diferentes localidades do concelho e ao longo do território continental e insular, contribuindo, desta forma, para um intercâmbio cultural e recreativo, dignificando a imagem do concelho de Penacova. Neste mesmo ano de 2003, foram criadas mais duas secções autónomas: a *Associação dos Amigos*

³ E4 – Anexo1, Entrevista 4

da Caça e Pesca do GSSDCR de Miro e a Associação para Atividades de Lazer e Desportos Radicais do GSSDCR de Miro.

Com o apoio do IPJ, passou a ser possível organizar campos de férias, destinados a crianças com idades compreendidas entre os seis e os dezasseis anos, realizados nos períodos das férias escolares: Natal, Páscoa e nos meses de verão, desenvolvendo-se atividades recreativas, culturais e desportivas.

No ano de 2000 o *Grupo de Miro* inscreveu-se na Segurança Social, sendo que, a partir desse momento se passou a designar notarialmente por Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, passando a ser reconhecido como Instituição de Utilidade Pública e Instituição Particular de Solidariedade Social. Tem o objetivo de, além de continuar a desenvolver e a promover atividades desportivas, culturais e recreativas para os seus associados e para a população em geral, passar a eleger, como alvo prioritário da sua ação, a família e a comunidade, tendo como princípio essencial a organização de repostas integradas, face às necessidades das populações. Deste modo, em 2002, iniciou a valência de *Apoio Domiciliário*, começando por auxiliar 10 utentes.

Foi já em 2005 que se criou oficialmente a sede social, numa casa adquirida uns anos antes, no lugar de Miro. Após a sua reconstrução, instalaram-se neste lugar os serviços administrativos, os serviços de apoio domiciliário, o museu, o serviço de transportes, a seção de futsal, o rancho típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego” e as Associações dos Desportos Radicais e da Caça e Pesca.



Figura 1: Sede Social do GSSDCR Miro

Um ano depois, o GSSDCR Miro assinou um contrato de comodato com a Câmara Municipal de Penacova, para exploração do Bar/Restaurante e Moinhos adaptados a Turismo em Espaço Rural, do Complexo Turístico da Serra da Atalhada, onde se manteve até abril de 2014.

Com a preocupação e desejo de prestar apoio a diferentes grupos geracionais, bem como apoiar a integração social e comunitária, a par da promoção e proteção da saúde, educação e formação profissional, assim como o apoio na resolução dos problemas habitacionais das populações e o apoio na promoção desportiva, cultural e recreativa de todos os associados do GSSDR Miro e da população em geral, sentiu-se a necessidade de criar uma nova infraestrutura que fosse capaz de dar resposta à crescente procura destes serviços. Deste modo, para que algumas das valências pensadas pudessem funcionar em pleno, em fevereiro de 2008, no antigo campo de futebol que existia no lugar de Miro e após a apresentação de um projeto de risco, vê-se nascer a construção do Complexo Social, através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), com o intuito de se proceder à instalação das seguintes valências: lar de idosos, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e creche. Esta obra foi inaugurada no dia 1 de junho de 2009.



Figura 2: Complexo Social do GSSDCR Miro

Mantendo o mesmo espírito e objetivo que sempre tem presidido ao desenvolvimento da instituição, em 2011 criou-se a seção *Miro Viagens*, com o intuito de serem prestados serviços na área dos transportes rodoviários. Neste momento esta é uma das secções que trabalha de forma autónoma, embora continue a prestar serviços de transporte à organização.

Já no ano de 2012, sentiu-se necessidade de fundar a *Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes*, cujo primordial objetivo se pauta pela dinamização da economia local, através do escoamento dos produtos agrícolas e revitalização de artesanato daqueles que queiram ou se dediquem a estas atividades.

Assim, desde 2002 até aos dias de hoje, o GSSDCR Miro tem sabido dar uma resposta social, cuja metodologia de intervenção assenta, essencialmente, em princípios-chave de orientação e funcionamento, tornando-se um verdadeiro pólo de desenvolvimento no concelho de Penacova.

Um dos princípios basilares desta instituição passa por investir nas pessoas, por isso mesmo, ao longo dos tempos, foi-se sentindo uma necessidade de criar projetos em prol do desenvolvimento local, promovendo os produtos endógenos e dando às pessoas do lugar de Miro a oportunidade de conseguirem desenvolver os seus próprios postos de trabalho. Assim sendo, no seio do GSSDCR Miro criou-se a seção de *Projetos e Desenvolvimento*, que atualmente é constituído pelo *Portugal Tradicional, Espaço Saberes e Sabores* e mais recentemente, o *Espaço de Artes e Ofícios*. Perante tanta diversidade de ações e de desenvolvimento, rapidamente a instituição passou a ser reconhecida por outras instâncias, nomeadamente no concelho de Penacova, como agente dinamizador, onde a participação das pessoas, das famílias e grupos sociais, passaram a ser fator de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania.

Com a descrição da criação e evolução desta organização é fácil perceber a diversidade de atuações das diferentes seções do GSSDCR Miro, o que torna complexo perceber as dinâmicas e interdependências dos universos formais que se cruzam no seu seio. Numa tentativa de facilitar esta compreensão parece agora pertinente considerar a forma como a instituição se encontra atualmente estruturada.

Dentro dos limites do GSSDCR de Miro destacam-se quatro grandes departamentos, a saber:

◆ **Área social:** Lar de Idosos, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e Centro de Atividades dos Tempos Livres.

◆ **Área de Juventude e Desporto:** Futsal, Natação e Atletismo, Campo de férias e OTL.

◆ **Apoio ao funcionamento:** Tesouraria/Administração.

◆ **Projetos e Desenvolvimento:** *Portugal Tradicional, Espaço Saberes e Sabores, Artes e Ofícios*.

No que diz respeito, às seções que funcionam de forma autónoma, com direções e estatutos próprios, destacam-se:

◆ **Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego” do GSSDCR de Miro.**

◆ **Associação para Atividades de Lazer e Desportos Radicais do GSSDCR de Miro.**

◆ **Associação dos Amigos da Caça e Pesca do GSSDCR de Miro.**

♦ **GSSDCR Miro – Transportes de Passageiros, Lda.**

♦ **Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes.**

De notar que, apesar da autonomização destes serviços, nas palavras de Manuel Nogueira “*nunca deixámos de trabalhar todos em conjunto (...) está tudo interligado de forma legal e de entreaajuda*” (E1⁴).

Dada a grande abrangência de atuação da organização em estudo, importa então referir que, para o trabalho que aqui se realiza, o foco incidirá na área dos *Projetos e Desenvolvimento*, bem como sobre a secção autónoma da *Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes*, devido à pertinência e proximidade com os conceitos, dinâmicas e abordagens até aqui analisadas, como se verá no ponto.

4.3. MANUEL NOGUEIRA – EMPREENDEDOR SOCIAL

Para se obter uma compreensão alargada da instituição em análise, revelou-se fundamental, com inspiração na metodologia de história de vida, tentar perceber o percurso marcante do impulsionador e responsável pela criação do GSSDCR Miro.

Percorrendo o caminho de vida feito por Manuel Nogueira, presidente da organização, sócio fundador e simultaneamente o responsável pela criação do seu emblema e dos seus primeiros estatutos, acredita-se ser possível salientar as características, vivências e experiências-chave que o conduziram à conceção desta organização e perceber, de forma mais rigorosa, quem é esta pessoa que tem desenvolvido um trabalho que tem originado uma transformação profunda no lugar de Miro, sendo que o GSSDCR Miro, atualmente, se apresenta como principal motor de desenvolvimento, não só do lugar de Miro, mas também do concelho de Penacova.

De nome Manuel Cunha Pinheiro Nogueira, nasceu no dia 3 de agosto de 1958, em casa, no lugar da Adémia, freguesia de Trouxemil, no concelho de Coimbra. Em 1964 a família mudou-se para a baixa de Coimbra, freguesia de S. Bartolomeu, onde passou a viver. Desde muito cedo começou a ter contacto com a realidade. Recorda-se de aos fins de semana se deslocar, com a família para Miro, aldeia que viu nascer seus pais, para procederem ao cultivo das terras.

⁴ E1 – Anexo A, Entrevista 1

Mantém ainda presente a lembrança de, na infância, sentir uma enorme tristeza quando testemunhava nos jovens da sua idade a angústia por não poderem aprender a ler e a escrever, uma vez que, em vez de irem para a escola, tinham de trabalhar nos campos, de sol a sol, sem receberem qualquer remuneração, nem mesmo qualquer reconhecimento. Tratava-se apenas de uma questão de a vida os ter feito nascer numa aldeia do interior e de os seus pais não verem possibilidade de lhes oferecerem outra profissão. Nesse tempo, o que mais o incomodava era nada poder fazer para alterar o rumo das suas vidas. Considerava-se assim, um menino de sorte, como podemos constatar nas suas palavras *“eu e a minha irmã estudámos, porque os meus pais pensavam de maneira diferente, queriam que nós estudássemos, mas paralelamente aos estudos, tínhamos que trabalhar, isso era taxativo, para os ajudar. Entrei para Escola Primária de S. Bartolomeu de Coimbra, em outubro de 1965, eu já tinha 7 anos feitos. A escola era perto da minha casa, bem no centro da cidade (...) e ia e vinha sempre a pé (...) dos anos que passei na escola desde a primária ao secundário, recordo-me de ter em mente o desejo de frequentar a Universidade, era um sonho, de como qualquer jovem seguir o curso superior”* (E4⁵). Este era um objetivo tanto de Manuel Nogueira, como de seus pais que, embora não tivessem tido essa oportunidade, sempre fizeram questão de transmitir aos seus filhos a importância de estudar. Com o passar dos anos, Manuel Nogueira lembra-se de enfrentar dificuldades práticas na vida estudantil, lutando com todas as forças para conseguir conciliar os estudos com o trabalho diário de ajudar os seus pais na distribuição do pão, porta-a-porta, pela cidade de Coimbra e de, nos fins de semana, auxiliar nas lides agrícolas. Tinha cerca de oito anos quando começou a desempenhar estas tarefas, que o obrigavam a levantar-se por volta das 06:00 horas e a percorrer largos quilómetros pela cidade. Conciliar o trabalho com as tarefas escolares, implicava uma rotina diária, nem sempre fácil: o cansaço era muito e, por isso, Manuel Nogueira sempre precisou de ter força de vontade, vontade de saber e grande determinação. Foi em outubro de 1970 que entrou para o então ciclo preparatório, na escola preparatória Poeta Manuel da Silva Gaio, em Coimbra e aqui, admite, começou uma nova trajetória na sua vida de estudante, sendo o desenho uma das suas melhores disciplinas. Naquela época, o local onde morava (Coimbra) e o local onde passava os fins de semana e férias (Miro) tiveram uma grande influência na vida de Manuel Nogueira. Coimbra, ao longo de vários anos, deu-lhe grande contributo nos domínios das artes plásticas, do desporto, da cultura e da tecnologia, tendo, assim, uma enorme influência no seu desenvolvimento

⁵ E4 – AnexoA, entrevista 4

intelectual e particularmente nos domínios supracitados. Frequentou assiduamente os círculos das artes plásticas conimbricenses, chegando a fazer uma exposição de pintura, na sala de exposições do posto de turismo de Coimbra. No que diz respeito ao desporto, foi atleta da Associação Académica de Coimbra (AAC), nas modalidades de atletismo, sendo mesmo federado durante 9 anos, e *karaté*, por ser uma modalidade cuja disciplina técnica é considerada das mais exigentes. Vários anos mais tarde, tirou mesmo o curso de treinador de futsal, níveis I e II. Do mesmo modo, participou em atividades culturais levadas a cabo pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e Fundo de Apoio aos Organismos Jovens (FAOJ). O lugar de Miro, devido à sua proximidade com a Serra da Atalhada, onde existem moinhos de vento, cercados por paisagens verdejantes e majestosas, incutiu, em Manuel Nogueira, um importante gosto pela natureza e a consciência do papel fundamental da agricultura de sobrevivência.

Em 1974, começou a frequentar a escola técnica Avelar Brotero, em Coimbra, onde iniciou o curso geral de artes visuais. Durante os cinco anos em que frequentou esta escola, passou pela associação de estudantes (AE), durante dois mandatos: um, como membro efetivo e outro, como presidente. Enquanto membro efetivo desta AE criou uma secção de atletismo, uma secção de futebol 5, uma secção de xadrez e uma secção de filatelia. O conselho diretivo da escola considerou-o um líder na organização e participação em projetos que envolviam toda a comunidade escolar. Além disso, e para lá da participação dos estudantes nas atividades físicas, conseguiu, num trabalho de parceria com a direção da escola, criar um conjunto de outros movimentos com o único propósito de oferecer atividades multidisciplinares, nas mais diversas áreas, aos alunos em geral. Note-se que foi sempre um objetivo seu, no desenvolvimento das diferentes ações, tais como dança, teatro, limpeza das sala de aula e limpeza de todo o espaço envolvente da escola, mostrar e valorizar a importância do trabalho colaborativo dos alunos. Para além destas, desenvolveu outras atividades ligadas à comunicação, nomeadamente a improvisação e a criatividade, na secção de rádio.

Ingressou na escola técnica Avelar Brotero com o sonho de seguir belas artes e acreditando sempre que podia chegar mais longe. Apesar deste sonho, existia também a consciência absoluta de que este desejo enfrentava sérios entraves, uma vez que continuava a conciliar os estudos com o trabalho, como podemos ver nas suas palavras: *“porque para além de ter de trabalhar para ajudar os meus pais, o curso que eu queria prosseguir (belas artes ou arquitetura) só existia na Escola Superior de Belas Artes do Porto (...) fui prosseguindo os estudos, com todas estas dificuldades, mas, como previsto, os meus desejos de poder vir a frequentar a Escola de Belas Artes, não tiveram sequência, pois os meus pais não possuíam*

os meios suficientes para isso. Eu gostava de ter muitas coisas, algumas importantes, outras como mero simbolismo, mas rapidamente caí na realidade, pois sabia que não era possível: os meus pais não tinham meios para me dar tudo o que eu queria, portanto teria de ser eu a lutar para conseguir aquilo que mais desejava” (E4⁶).

Nunca foi pessoa de se lamentar e acredita que, o caminho que acabou por escolher, foi o certo. Devido à sua proatividade, facilmente foi chamado por várias organizações para fazer parte das suas iniciativas. Manuel Nogueira conta que *“alguns dos meus colegas levaram-me e quiseram apresentar-me a líderes políticos da época (lembro o Dr. Manuel Pereira); comecei a participar nas suas organizações e, quando dei por mim, estava filiado na JSD. A partir daqui fiz parte da Comissão Política Distrital durante alguns anos e assumi a Comissão Política Concelhia de Penacova até 1988, ano em que fiz os 30 anos de idade. Fui presidente da comissão política de Penacova durante 8 anos”* (E5⁷).

Em 1977 formou, na baixa de Coimbra, um grupo de jovens para práticas desportivas, que venceu o primeiro troféu para o grupo desportivo de Miro, sendo que só no ano seguinte é que este grupo foi oficialmente criado.

Em finais de setembro do ano de 1979, quando se encontrava em Miro, por ser esta a altura das vindimas, a Guarda Nacional Republicana (GNR) irrompeu pela porta de casa dos seus pais para o levar, dado que tinha faltado à chamada para cumprir o serviço militar obrigatório, situação que foi esclarecida quando acompanhou a GNR à Câmara Municipal e foi possível verificar que o seu nome não constava dos editais publicitados. A situação ficou totalmente clarificada quando, junto do presidente da câmara, se apurou que o edital, por lapso, tinha ficado guardado numa gaveta e nunca tinha sido afixado. Em janeiro de 1980 começou, então, a cumprir o serviço militar obrigatório, em Tancos, durante dois anos. Ali, especializou-se como amanuense e, em maio, foi colocado na repartição de vencimentos da Força Aérea, em Lisboa, ficando adido ao Paço do Lumiar.

Manuel Nogueira constituiu família em setembro de 1981, quando casou com aquela que viria a ser mãe do seu filho e com quem vive até aos dias de hoje.

Em janeiro de 1982 iniciou o estágio de admissão de eletrotécnico de telecomunicações nos CTT, hoje Portugal Telecom (PT). Ao longo da sua vida de estudante, sempre sonhou com as artes e, por isso, o ingresso numa área totalmente diferente – eletricidade e eletrónica – não foi um percurso fácil. Porém, e nas palavras de Manuel Nogueira, *“como sou teimoso e muito*

⁶ E4 – Anexo A, Entrevista 4

⁷ E5 – Anexo A, Entrevista 5

persistente, lutei com todas as forças e o resultado final foi positivo” (E5⁸). Num primeiro momento foi colocado no setor de telecomunicações de Arganil e, posteriormente, especializou-se em técnico de exteriores de telecomunicações. Com o passar do tempo foi-se especializando nas áreas de cabos urbanos e cabos regionais, fiscal de telecomunicações e aceitação de redes de telecomunicações. No ano de 1989 foi colocado na área de telecomunicações de Coimbra e especializou-se como técnico de fibra ótica da PT, ao mesmo tempo que é eleito deputado da assembleia municipal de Penacova. Já em 1994, tirou a especialidade de técnico de televisão por cabo, tendo sido colocado ao serviço da TV Cabo Portugal. É de referir que, várias vezes, em 27 anos de trabalho ao serviço da PT, mudou de funções, de local de trabalho e recebeu algumas promoções.

Pautou sempre a sua conduta por cumprir as funções e os objetivos que lhe eram propostos pela entidade patronal, bem como os horários estabelecidos. Do mesmo modo, com os colegas de trabalho, manteve, ao longo do tempo, uma conduta de entreajuda e de melhor fazer, procurando sempre que o espírito de camaradagem não se perdesse; pensava e agia de acordo com as obrigações do serviço, procurando influenciar as pessoas para o trabalho em equipa. Manuel Nogueira considera que *“quanto melhor for a nossa forma de agir e de saber tratar os problemas que nos surgem todos os dias, maior será a probabilidade das nossas ideias serem acolhidas com respeito por quem nos superintende”* (E5⁹).

No decorrer destes anos em que esteve ligado a entidades patronais, foi-se apercebendo de que, para lidar com o público, é fulcral ter-se uma capacidade de diálogo, gerando empatia, uma vez que os outros precisam de sentir que estão a ser ouvidos, para se poderem obter as condições de sucesso. Manuel Nogueira reconhece-se assim: *“sempre tive em mim a arte de saber dialogar, de saber argumentar as minhas próprias ideias perante os meus superiores”* (E5¹⁰).

A sua proatividade e a vontade de saber em várias áreas da vida, leva-o a tirar o curso de apicultura, em 1987. Em 1997 foi eleito membro executivo da junta de freguesia de Friúmes, cargo para que foi reeleito em 2001. Em 2008 chega a acordo com a PT assinando o contrato de suspensão de funções. Entre 3 de dezembro de 2010 e 4 de fevereiro de 2011 ocupou, em regime de substituição, o lugar de vereador no município de Penacova.

Desde cedo teve consciência de que as dificuldades financeiras foram, e são, um obstáculo na vida das pessoas para a realização dos seus sonhos, sejam eles de carácter pessoal ou social,

⁸ E5 – Anexo A, Entrevista 5

⁹ E5 – Anexo A, Entrevista 5

¹⁰ E5 – Anexo A, Entrevista 5

porém, nunca deixou de crer que existem caminhos alternativos capazes de suprir essas mesmas dificuldades.

Ao longo da vida foi adquirindo competências várias que o fazem acreditar nas suas capacidades: *“hoje sinto-me realizado como ser humano; mesmo sentindo alguma desilusão pelo facto dos meus pais não me terem podido dar aquilo que eu mais gostava, não posso deixar de realçar alguns dos seus ensinamentos, esses que, durante a minha formação, procuraram apresentar-me os valores espirituais da vida e das coisas, acabaram por me orientar, guiar-me e dar-me forças para que eu, com a minha vontade, o meu crer e os conhecimentos adquiridos, atingir um dos meus grandes objetivos, que é o de trabalhar ajudando o próximo”* (E4¹¹).

Com base nas entrevistas realizadas, pode perceber-se que, desde muito novo, Manuel Nogueira começou a dedicar um pouco de si em prol do bem-estar comum, tendo-se, ao longo do tempo, cimentado este modo de vida, a partir de um contacto muito próximo com várias realidades; hoje, esse é um dos sentidos da sua vida, considerando os princípios da solidariedade e da dignidade humana o núcleo essencial para o bem comum.

Atualmente, Manuel Nogueira, gere os destinos do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, sendo que sua Mulher é motorista da mesma instituição. Fruto das experiências e vivências que foi tendo desde jovem, preocupa-se em registar tudo o que compra para, deste modo, poder ter a ideia exata das despesas diárias, semanais e mensais. Saber gerir da melhor forma possível o orçamento que tem à disposição é uma das exigências que tem consigo próprio, enquanto cidadão, trabalhador e pai de família.

Manuel Nogueira reconhece que, mesmo não tendo um curso superior, tem conhecimentos e bases para manter viva a instituição que criou, cuja dinâmica constante é dar e receber. Um dar e receber que vai desde sorrisos, passando por ideias, bens, serviços e muitas outras coisas. Nas suas palavras, *“todos os saberes são importantes, seja o popular, o científico, ou a sabedoria dos mais velhos, e não precisamos de ter passado pela universidade para adquirirmos os conhecimentos necessários para desenvolvermos um projeto daquilo que mais gostamos: podemos fazê-lo no nosso quotidiano, em casa, no trabalho, numa conversa com uma criança ou com um louco, com os amigos, nas bibliotecas, nos ensinamentos dos mais velhos, plantando uma flor, lendo um bom livro, contando uma história, uma piada, ouvindo uma boa música, viajando, criando, sonhando, etc”* (E4¹²).

¹¹ E4 – Anexo A, Entrevista 4

¹² E4 – Anexo A, Entrevista 4

Para Manuel Nogueira não há limites, quando se trata de concretizar sonhos, o seu e o daqueles que colocam toda a esperança na sua obra. Cabe aqui talvez dizer que o lema é “pelo sonho é que vamos”. Acredita que o que é preciso é criar novos serviços, novos produtos e, assim, poder ajudar a criar novos empregos, contribuindo para a possibilidade de uma sobrevivência digna.

Para Manuel Nogueira esta sua capacidade de inovar, de tomar iniciativas é um modo de vida: gosta de pintar, de escrever, de ler, de navegar na internet, de passear, de tomar café com os amigos, de apreciar paisagens, de ver pessoas, de pensar sobre a vida. É um homem com criatividade pessoal, mas considera que *“todos nós somos criativos, uns mais que outros, mas que a maior barreira que as pessoas têm quando lhes pedem para criarem ou para inovarem é a sua forma de pensar, a sua mentalidade e depois percebermos que a iniciativa e a criação dependem exclusivamente da nossa predisposição. As pessoas têm ideias e se as têm, têm que tentar pôr em prática. E depois se dá, dá, se não dá, pára-se, mas pelo menos faz-se alguma coisa”* (E5¹³)

Relativamente ao estado atual do país e perante a crise que parece não ter fim, gosta de pensar que o concelho de Penacova poderá ser o futuro de muitos daqueles que o abandonaram. Considera que hoje as pessoas da aldeia têm melhor qualidade de vida, em relação às pessoas que vivem nas grandes cidades, como é visível nas suas palavras: *“sinto que viver no campo nos dias de hoje, é uma opção que começa a ser bastante ponderada por aqueles que procuram melhor qualidade de vida”* (E5¹⁴). Ao longo do seu discurso nota-se ser esta uma grande vontade, pois como refere *“uma das coisas que eu me preocupo é em depositar todas as minhas esperanças em sangue novo para que possam, com as suas ideias inovadoras, continuar a combater a interioridade e a inverter o marasmo em que se encontram algumas coletividades do concelho. Nós somos o exemplo para muitas: começámos pequeninos e nunca parámos e hoje somos a instituição que somos. E portanto eu sou muito apologista que se traga sangue novo, se tragam jovens, ideias novas, para que estas associações que estão aí paradas consigam sair do marasmo”* (E5¹⁵).

Uma das causas pelas quais luta diariamente, através da instituição que administra, centra-se na promoção do lugar de Miro e da região de Penacova, numa tentativa de impulsionar a economia local e promover os recursos endógenos. Através das suas palavras reconhece que *“as pessoas pelo trabalho que tenho desenvolvido, pela transformação profunda que consegui*

¹³ E5 – Anexo A, Entrevista 5

¹⁴ E5 – Anexo A, Entrevista 5

¹⁵ E5 – Anexo A, Entrevista 5

fazer no lugar de Miro a nível de serviços, de equipamentos, e dos cerca de 52 postos de trabalho que criei, me admiram se dedicam a mim e ao meu nome (...) mas não se iludam, pois afinal sou um homem comum, com pensamentos comuns e vivi uma vida comum” (E4¹⁶)

Ao longo do tempo, Manuel Nogueira embora com escassos recursos financeiros, mas com o apoio de algumas pessoas, que nele acreditaram (e que é o que considera ser mais importante), conseguiu trazer para junto de si, além da sua família próxima, a irmã e primos, jovens e menos jovens que acreditaram nas suas capacidades e potencialidades organizativas, que deram origem, na aldeia de seus pais, a um património, hoje reconhecido por todos – O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro.

Através do trabalho de campo que se realizou, convivendo de perto com Manuel Nogueira, é possível concluir que este, desde cedo, tentou superar as dificuldades da vida e lutar com persistência pelos seus objetivos, objetivos esses que conciliam a vontade de promover as terras onde tem origem, com a promoção de um modo de vida digno das gentes dessas mesmas terras. Mudou a terra e a visão que dela se tem, mudando a vida das pessoas, criando-lhes formas de subsistência e abrindo-lhes as portas para elas próprias criarem o seu sucesso.

4.4. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Cada vez mais, o GSSDCR Miro, até pelo facto de apresentar um leque de atividades e respostas sociais diversificadas, tem orientado a sua atuação essencialmente para o exterior, de acordo com as expectativas sociais, fazendo uma coordenação adequada entre os vários parceiros, nomeadamente no que diz respeito à informação, animação, conhecimento, apoio, responsabilização e ação, promovendo, assim, novas formas de solidariedade. Nas palavras de Manuel Nogueira, *“quando há mais de três décadas decidi criar esta instituição, que valorizasse e ocupasse de forma saudável as pessoas do lugar de Miro, estava longe de pensar que a mesma se transformaria no principal motor de desenvolvimento, não só do lugar de Miro, mas também de todo o concelho de Penacova. E estamos a falar de uma localidade, que não sendo, nem sequer sede de freguesia, é das mais pequenas do concelho de Penacova” (E4¹⁷).*

Através da secção *Projetos e Desenvolvimento* que o GSSDCR Miro tem dinamizado, tenta dar-se resposta aos principais objetivos da organização – investir nas pessoas e desenvolver o

¹⁶ E5 – Anexo A, Entrevista 5

¹⁷ E4 – AnexoA, Entrevista 4

lugar de Miro. Assim, aposta-se nas pessoas da terra (algumas tiveram o seu primeiro emprego depois da construção do Complexo Social) e promove-se o lugar de Miro e a região de Penacova, divulgando os seus produtos endógenos, nomeadamente a gastronomia e o artesanato. A organização pretende, assim, impulsionar a economia local e promover os recursos de base local, num ambiente rural, proporcionando aos visitantes a oportunidade de conhecer e adquirir produtos locais, autênticos e genuínos.

Segundo Manuel Nogueira, *“se queríamos uma instituição que desse resposta aos problemas de carácter social das pessoas, e onde essas pessoas se sentissem bem, era fundamental para a sua dignidade sentirem que tinham trabalho e que eram remunerados pelo que faziam. E quando apostámos na ideia de darmos oportunidade de emprego às pessoas da terra, que iam ter aqui o seu primeiro emprego, tínhamos na ideia de apostar nas pessoas que pudessem vir a ser úteis à sociedade, e que pudessem viver melhor o dia de amanhã”* (E4¹⁸).

4.4.1. ESPAÇO SABERES E SABORES

Em outubro de 2014 a pedido do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) o GSSDCR Miro cedeu a cozinha da sua sede para a realização de uma formação na área da agricultura biológica, produção de doces, compotas e licores. Esta encontrava-se praticamente intacta desde a mudança de instalações, embora utilizada por Elisabete Henriques, que ali fazia enchidos e broa, para consumo do grupo e para venda, bem como refeições para fora. Foram cerca de 24 pessoas que estiveram em contexto de formação até fevereiro de 2015. Finda a formação e até ao mês de junho, 5 pessoas ficaram a fazer um estágio, ao mesmo tempo que fizeram algumas plantações e uma pequena estufa. Dessas 5 pessoas, o GSSDCR Miro aceitou uma, de nome Anália Simões, para desenvolver o projeto de *Saberes e Sabores*. A esta juntou-se precisamente Elisabete Henriques, que Manuel Nogueira considera ser um caso social, uma vez que, quando o grupo lhe deu a mão, se encontrava abandonada pela família – não tinha contacto com os pais e tinha o marido preso – e estava desempregada. O grupo deu-lhe então oportunidade de emprego no restaurante do Complexo Turístico da Serra da Atalhada, durante o tempo que esteve a explorar esse espaço, com o principal objetivo desta ter condições para poder reaver os filhos, que lhe tinham sido retirados e estavam aos cuidados de uma irmã. Nas palavras de Manuel Nogueira *“quando fechámos o complexo turístico da Atalhada, não a quisemos mandar embora (...) fácil era mandá-la embora, para*

¹⁸ E4 – Anexo A, Entrevista 4

nós era um alívio, era menos um ordenado, mas lá vinha outra vez o problema social, lá vinha outra vez o tribunal a tirar-lhe os filhos” (E3¹⁹). Posto isto, em maio de 2014, com a cozinha da sede totalmente inativa, Elisabete Henriques fez dela o seu posto de trabalho. Assim, a cozinha que em tempos servia o Serviço de Apoio Domiciliário, nos últimos tempos servia refeições por encomenda, pelas mãos de Elisabete Henriques, e a partir de junho de 2015, passou a ser a sede dos *Saberes e Sabores*. Ao saber de experiência feita de Elisabete, juntou-se o conhecimento adquirido por Anália Simões na formação do IEFP e durante o estágio, para fazer nascer um novo espaço que tem procurado o sucesso. Juntas, para além do que Elisabete Henriques já fazia, passaram a fazer bolachas com ervas aromáticas, a juntar ervas aromáticas ao sal, folares da páscoa, compotas e licores, tudo isto de forma artesanal. Os produtos são vendidos dentro do *Grupo*, para o exterior e nas feiras artesanais em que têm vindo a participar, nomeadamente a feira de São Pedro de Alva, a da escola de hotelaria, em Coimbra e a feira de Oliveira do Hospital. Para além de permitirem as vendas, as feiras revestem-se de uma importância capital, pois funcionam como forma de divulgação dos seus trabalhos e da marca *Miro*, uma vez que todos estes os produtos artesanais recebem este nome. A marca *Miro* foi exatamente criada depois de ter nascido o espaço *Saberes e sabores*, pela necessidade de dar um nome aos produtos.

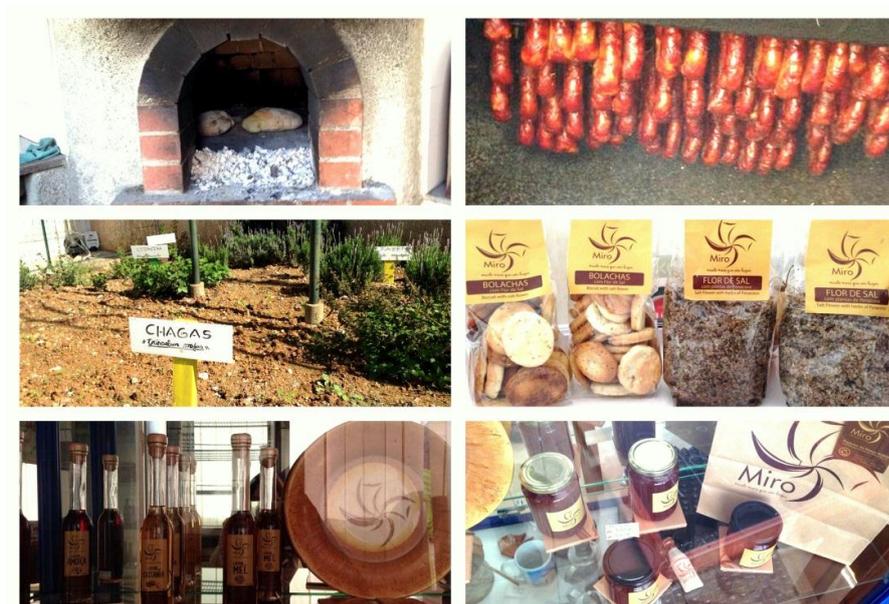


Figura 3: Produtos gastronómicos e artesanais: em cima, à esquerda, produção de broa; em cima, à direita, produção de enchidos; ao centro, à esquerda, plantações de ervas aromáticas; ao centro, à direita, bolachas com flor de sal e sal com ervas aromáticas; em baixo, à esquerda licores; em baixo, à direita, compotas.

¹⁹ E3 – Anexo A, Entrevista 3

Quer Elisabete Henriques, quer Anália Simões trabalham a tempo inteiro neste espaço, sendo que ambas são funcionárias do GSSDCR Miro.

Tal como Elisabete, também Anália, que era distribuidora de pão, estava desempregada. Durante dois anos recebeu o subsídio de desemprego, tendo passado muito tempo em formação.

Como Anália Simões diz *“hoje, com a minha idade, também já não é fácil entrar no mercado de trabalho, com a crise em que estamos. Tentar fazer tudo por tudo para que as coisas resultem para dar continuidade ao meu posto de trabalho, aqui. Uma coisa é nós termos 20 anos, outra coisa é termos a minha idade, 47 anos. Temos tentar arranjar maneira de darmos continuidade à nossa vida profissional porque se não for assim estas oportunidades que a gente tenta agarrar com unhas e dentes, não é fácil”*(E6²⁰). Assim, abraçou este projeto que lhe trouxe uma oportunidade única, tal como a própria afirma *“gosto muito do trabalho e gosto de sentir que as coisas vão lá para fora e que se vendem e que estão a resultar”*(E6²¹). Da entrevista com Anália Simões, percebe-se ser uma mulher com querer, que percebe a oportunidade que teve e a agarra com convicção, tudo fazendo para que tudo dê certo, como se pode ver nas palavras de Manuel Nogueira: *“agora Anália tens que trabalhar para ele, tens que dar o máximo, precisamos de inventar, de vender, de ir a feiras, precisamos de mostrar”* (E1²²).

Este projeto acarreta igualmente algumas dificuldades, uma vez que começar de novo, mais a mais numa determinada fase da vida, não é fácil. Anália Simões falou, na entrevista das dificuldades que sente *“É claro que não é fácil, eu nunca estive a fazer nada disto na minha vida, é tudo novo. (...) Eu não fiz disto a minha vida, não fiz disto a minha profissão, o pouco que eu sabia era daquilo que eu já fazia em casa com os meus pais e com os meus avós; porque a minha vida nunca foi esta. Podia fazer algumas compotas, broa, mas tudo muito caseiro, nunca em contexto profissional”*(E6²³). De facto, a perspetiva de produção ao nível profissional acarreta uma dimensão de muito maior responsabilidade do que fazer o mesmo serviço amadoramente. Ao mesmo tempo confere um objetivo à vida, atribui-lhe sentido e faz pensar que realmente é preciso investir todas as energias para ter sucesso. Uma das preocupações que foram manifestadas prende-se também com os conhecimentos adquiridos ao longo da formação, mostrando a necessidade do saber, na dimensão do fazer. A

²⁰ E6 – Anexo A, Entrevista 6

²¹ E6 – Anexo A, Entrevista 6

²² E1 – Anexo A, Entrevista 1

²³ E6 – Anexo A, Entrevista 6

qualidade, o aspeto e a conservação dos produtos, são exatamente facetas do trabalho que desenvolvem, que implicam pequenos truques, que só quem conhece é capaz de fazer.

Fazendo um balanço do trabalho que se desenvolve no espaço *Saberes e Sabores*, percebe-se que uma das preocupações existentes é usar sempre os produtos da cooperativa do *Grupo*, o que é verdadeiramente uma mais-valia, como confirma Manuel Nogueira “80% dos produtos que chegam ao espaço são provenientes dos cooperadores” (E6²⁴). Do mesmo modo Anália Simões afirmou que “através das feiras damos a provar os nossos produtos a pessoas que não tem nenhuma ligação connosco, que facilmente dizem aquilo que pensam; e gostam. Apreciam principalmente as bolachas, acham um produto diferente, são sabores que não se encontram nas prateleiras do supermercado. (...) Gostam dos enchidos, como são curados com lenha, não têm nada a ver com os enchidos comprados no supermercado (...) As compotas também, com sabor de fruta caseira, que acabam por dar um sabor mais intenso”(E6²⁵), quando lhe foi pedido que fizesse um *feedback* da sua experiência e mostrando o interesse que os produtos vão tendo, não só no espaço da instituição, como exteriormente, no mercado – revelando o êxito desta iniciativa.

No sentido de garantir o crescimento da marca, é objetivo do projeto expandi-la agora para lojas da região que tenham já uma linha *gourmet*.

4.4.2. PORTUGAL TRADICIONAL

Da instituição em análise faz igualmente parte o espaço *Portugal Tradicional*, criado para divulgar produtos, não só os da instituição, como também os de todos os produtores que queiram pertencer ao projeto. Consiste numa rede de produtos e de locais que estão orientados e organizados para e por forma a receber visitantes (turistas e viajantes), com o principal objetivo de potenciar a aptidão para o negócio. Da rede fazem parte quer produtores agrícolas, quer artesãos, passando por associações, cooperativas, restaurantes de cozinha regional e até empresas de identidade local. O projeto direciona-se preferencialmente para o turismo que apresenta grande capacidade de mobilidade, sendo que, inicialmente se focava, de forma particular, no autocaravanismo.

Assim, pode dizer-se que é uma rede de locais e produtos nacionais, que visa promover o encontro do turista com o local, divulgando os produtos em todo o mundo.

²⁴ E6 – Anexo A, Entrevista 6

²⁵ E6 – Anexo A, Entrevista 6

O seu modo de funcionamento é simples e prático, embora se encontre ainda em fase de desenvolvimento: trata-se de uma aplicação que se descarrega para o telemóvel, permitindo que os viajantes possuam, em qualquer parte do território e em qualquer momento, informação sobre as potencialidades do local, aos mais diversos níveis. Pode dizer-se que, para além de divulgar os locais, divulga os produtos, fazendo a sua georreferenciação.

É interessante perceber este projeto *Portugal Tradicional*, dentro do espírito da instituição – *não basta fazer bem, com qualidade, fazer algo de extraordinário, é preciso divulgar o que se faz, para dar a conhecer*, sendo que é esta exatamente a missão desta rede: fazer a divulgação de todas as potencialidades já referidas, junto dos milhares de pessoas que todos os dias procuram novas experiências através das viagens que empreendem.



Figura 4: Cartaz promocional do projeto Portugal Tradicional

Ao pensá-lo, teve-se em mente a divulgação de produtos da mais variada natureza, mas sempre de géneros produzidos por aqueles que são considerados pequenos produtores, pelo facto de, sem o projeto, passarem quase de forma despercebida, ou mesmo pelo esquecimento. Este tipo de iniciativa permite aos viajantes terem conhecimento de uma variada gama de produtos artesanais, pois, sem ela, mesmo que recorram à sede do município para tentar saber o que há, uma grande parte das vezes não têm êxito, dado que as próprias

câmaras esquecem os pequenos produtores. Assim, e no entender de Manuel Nogueira, esta rede *Portugal Tradicional* reveste-se da maior importância e está plena de sentido.

Além disso, esta forma de divulgação poderá incentivar outras pessoas a produzir, diz Manuel Nogueira, que considera que, mesmo aqueles que têm trabalho, poderão dedicar-se a uma ocupação extra, a fim de rentabilizarem o que possuem.

A ideia deste projeto nasceu ao mesmo tempo que Sónia Moreira, que vivia e trabalhava em Leiria, numa imobiliária, de onde saiu por razões pessoais, veio viver para ao pé dos pais.

O conceito do projeto é já bastante antigo em França, embora em formato de papel, o que fará com que das 398 pessoas que já descarregaram a aplicação, a maioria sejam estrangeiros, principalmente franceses.

Talvez por isso, Manuel Nogueira quando pensou no projeto *Portugal Tradicional*, tendo em vista as traduções que era preciso fazer, se tenha lembrado de Sónia Moreira, que nele trabalha em *part-time*, sem ter outro tipo de atividade, pelo facto de esta ter nascido em França, e ali ter completado estudos, tendo o francês como língua materna; a juntar a isso, verifica-se o facto de ter tido espanhol e inglês até ao 12º ano, sendo, sem dúvida, uma mais-valia para a instituição/projeto.

Assim, foi ela que, em janeiro de 2014, data em que foi trabalhar para o *Grupo*, começou a definir orientações, procedeu à criação de uma base de dados, fez a pesquisa de interessados em aderir ao projeto e sua divulgação junto das câmaras.

Neste momento existem 33 aderentes na aplicação, sendo que a maioria do centro e norte do país; há alguns casos de adesão no Alentejo, mas tem sido muito difícil chegar ao sul, confessa a responsável pela implementação e gestão da plataforma.

Foi exatamente Sónia Moreira quem também explicou que atualmente não compensa realizar este tipo de ação em papel, uma vez que acarretaria custos injustificáveis e, dado que se vive na era digital, faz todo o sentido utilizar as novas tecnologias para fins como este; a juntar a esta razão, há ainda o propósito de alargar este tipo de serviço a um tipo de turista mais jovem, o que, por si só, justificaria o recurso às novas tecnologias da informação e difusão, alargando o leque do público-alvo, habitualmente um grupo muito específico, constituído por pessoas reformadas, que já conhecem o conceito.

Este projeto, segundo Sónia Moreira, tem “*o intuito de presenciar, ver, conviver, mas, no fim, o ideal seria que eles comprassem os produtos locais*”(E7²⁶). Com este propósito facultar-se a possibilidade de proceder à “*compra direta havendo menos custos para todos: o turista não*

²⁶ E7 – Anexo A, Entrevista 7

tem de pagar à loja os custos associados e o produtor acaba por divulgar ainda mais o seu produto, porque o boca-a-boca é aquilo que funciona melhor. Portanto, reduz-se um bocado a cadeia de distribuição e reduzem-se os custos para todos”(E7²⁷).

No dia-a-dia o trabalho de Sónia consiste na procura de novos aderentes, no estabelecimento de contactos, no desenvolvimento da aplicação e no alargamento da base de dados.

Em jeito de balanço do trabalho já realizado no *Portugal Tradicional*, pode dizer-se que o primeiro ano foi um ano de implementação, de divulgação e de angariação dos primeiros aderentes ao projeto, havendo dificuldades em obter um *feedback* do caminho percorrido. Com esta finalidade, em julho foram enviados e-mails para todos os aderentes, a fim de se conhecer como tem corrido o trabalho e perceber se houve um aumento de visitas. Reconhece-se, porém, que talvez este não seja o canal privilegiado de comunicação. Constatando que não tem havido resposta, Sónia Moreira diz que ou terão que se deslocar aos locais, ou ligar, procurando obter resposta e perceber o motivo do silêncio, que tanto pode ser justificado pela ausência de tempo, como pela inexistência de resposta. Neste momento, com o fim do verão, é exatamente nisto que estão a trabalhar, uma vez que esta é a época, por excelência, para colher os frutos do trabalho.

Em termos de futuro, já se pensa em novas estratégias, pretendendo-se que a aplicação venha a ter um custo anual, para os produtores e visitantes, já que por agora o *Portugal Tradicional* ainda dá prejuízo – divulga produtos e angaria aderentes de forma totalmente gratuita, sendo certo que todos os meses é preciso pagar o site para ele estar no ar. O objetivo para o futuro é que, por exemplo, se se tem uma empresa artesanal de chouriças, chá, etc. e se se quer divulgá-la, tem de se pagar. Também se uma pessoa entra em Portugal e quer visitar a plataforma, terá de pagar para descarregar a aplicação e lhe ter acesso. Depois, se a rede começar a crescer, será possível ter angariadores a percorrer Portugal, para se chegar junto dos produtores e publicitar o que existe.

Todo este trabalho tem essencialmente o intuito de, no dizer de Sónia Moreira, “*criar um dinamismo local e ajudar o produtor*”, embora esta constate que chegar à parte social do projeto é particularmente difícil, quando se trata da adesão de novos membros: como a instituição faz tudo dentro da legalidade, normalmente quem auferir de um subsídio de desemprego, ou outro tipo de subsídio, não se mostra interessado na plataforma, como produtor, apesar de gostar da ideia, para não perder essas regalias.

²⁷ E7 - Anexo A, Entrevista 7

Mesmo assim, e apesar deste entrave, Manuel Nogueira deixa transparecer nas suas palavras um certo otimismo, que o caracteriza, ao afirmar “*esperamos que isto, para o ano, dê um salto grande, até para que a Sónia se torne funcionária a tempo inteiro*”(E7²⁸)

4.4.3. ARTES E OFÍCIOS

O espaço de *Artes e Ofícios*, que teve início em julho de 2015, é o projeto mais recente do GSSDCR Miro. Quando Manuel Nogueira pensou em criar este espaço, pretendia fazer dele um espaço de encontro de saberes e fazeres, um centro de promoção de cultura e de defesa do património de Penacova, com o intuito de preservar as artes e os ofícios tradicionais.

Sendo que este é um projeto que ainda se encontra em embrião, pretende-se, através da criação de parcerias com a sede do município, com instituições da região e com o agrupamento de escolas, centralizar a sua ação no enriquecimento das competências da comunidade, através de formações. É objetivo promover um importante legado do passado – a valorização das artes e ofícios tradicionais –, aproximando as diferentes gerações e promovendo a inclusão social.

A ideia é dar espaço aos mais velhos para ensinarem aos mais novos um saber de experiência feita em diferentes áreas, tais como, a olaria, a latoaria, a tecelagem, a costura, as rendas e os bordados, o conserto de calçado, a cestaria, o empalhamento de garrafões, os trabalhos em cortiça, madeira, papel de jornal, cabedal e até o novo artesanato urbano.

Com isto, pretende-se ajudar os desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego, os alunos da educação especial, os idosos e todos quantos queiram aprender e/ ou ensinar, mas também criar, no mesmo local, um espaço para a realização de diversas atividades de tempos livres para os jovens “CATL”, e um local de tratamento de roupas (lavagem e engomadaria).

A criação do centro de *Artes e Ofícios* do GSSDCR Miro pretende, ao mesmo tempo, cumprir outros objetivos de enorme relevo para o concelho de Penacova, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento turístico do município, uma vez que se localiza bem perto do centro da vila; do mesmo modo, outra das apostas do GSSDCR Miro prende-se com o desejo de realizar e promover eventos, encontrando locais onde os artesãos do concelho possam mostrar as suas obras, realizar exposições de demonstração de saberes e fazeres, mostras e vendas de produtos, bem como *workshops* sobre as diversas temáticas.

²⁸ E7 – Anexo A, Entrevista 7

Neste momento, apenas funciona a cerâmica, com o trabalho de ex-alunas do curso de cerâmica artística, mas, a partir de novembro pf., espera-se estar aberta para todos os que de algum modo pretendam trabalhar o barro.

Encontram-se a dinamizar o espaço a Ana Gomes, a Daniela Alves e a Marina Macedo, que têm idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos. As três concluíram o 12º ano na Escola Secundária de Penacova, na área profissional de cerâmica artística. Quando terminaram o curso, Manuel Nogueira propôs-lhes a cedência do espaço – na antiga escola primária de Penacova, uma vez que o *Grupo* possui o direito ao seu uso por parte da câmara municipal de Penacova, com quem a instituição fez um contrato comodato –, uma vez por semana, e a matéria-prima (barro), para poderem produzir as suas peças, que são cozidas numa mufla da escola secundária de Penacova.



Figura 5: Edifício do Espaço Artes e Oficinas

Alguns dos seus trabalhos já estiveram em feiras artesanais, tendo já começado a receber encomendas, o que parece ser um bom início.

Manuel Nogueira explica que *“queremos que ao mesmo tempo estas pessoas vão para ali trabalhar, começam a surgir encomendas, para a pessoa criar o seu próprio posto de trabalho. Ali é a rampa de lançamento, a pessoa vai-se mostrar. Neste momento este projeto contempla meninas que saíram do 12º ano, que não tinham emprego e em Penacova não há cerâmicas, mas que a partir desta oportunidade elas próprias podem vir a arranjar o seu próprio emprego. Nós não as podemos admitir como funcionárias porque para nós era complicado, mas queremos ajudar, queremos ser a rampa de lançamento. Nós damos o espaço, damos alguma da matéria-prima, elas vendem, dão-nos uma percentagem para os*

custos e o resto é para elas. Porque às vezes é esta a dificuldade; é não ter espaço onde funcionar” (E2²⁹).

Assim, para o futuro, o objetivo de Manuel Nogueira, em relação às ocupantes do espaço de cerâmica, é um de três: ou passam a trabalhar pela cooperativa agrícola de serviços e artes, vendendo as peças que produzem e cedendo uma percentagem para os consumos, ou o Grupo, com o desenvolvimento do trabalho, cria uma indústria de cerâmica grande e as três passam a ser funcionárias da instituição, ou emancipam-se, criando o seu próprio emprego.

No dizer de Manuel Nogueira, ao fazer esta proposta, nada mais queria do que propiciar um ponto de partida – *“Nós damos o empurrão (...) Eu quero é que elas trabalhem”* (E3³⁰)

As três estão a tirar a carta de condução e dizem que *“andámos três anos no curso de cerâmica artística e gostamos mesmo disto. Era isto que gostávamos de fazer na vida”* (E8³¹), parecendo que reúnem as condições para, aproveitando a oportunidade que lhes é dada, abrirem as portas ao sucesso.

Embora otimista, Manuel Nogueira tem, no entanto, uma preocupação - aparecerem as encomendas e não ser possível dar uma resposta satisfatória às mesmas, pelo risco da descredibilização do projeto.

4.4.5. COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SERVIÇOS E ARTES

Como referido anteriormente, Miro é uma aldeia onde predomina a agricultura de sustento. Com o passar do tempo, revelou-se, então, pertinente criar uma cooperativa com o intuito de ajudar as pessoas a conseguirem obter melhores condições no escoamento dos produtos e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, a cooperativa funciona como um convite a todos quantos deixaram o interior e se fixaram nas grandes cidades, para regressarem às suas aldeias, ajudando-os a usufruir de vantagens no cultivo das suas terras.

Assim, a *Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes* foi criada em 2012, com o objetivo primordial de, através da venda dos produtos agrícolas e da revitalização do artesanato, se obter uma dinamização impar na economia local, não só pela diversidade de produção, mas também em torno da maximização do equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado, ao mesmo tempo que se pretendem projetar produtos tradicionais com características

²⁹ E2 – Anexo A, Entrevista 2

³⁰ E3 – Anexo A, Entrevista 3

³¹ E8 – Anexo A, Entrevista 8

singulares. Esta possibilidade revela-se um trunfo fundamental para o espaço rural e particularmente para zonas desfavorecidas, como aquela em que se insere o lugar de Miro.

Atualmente a cooperativa conta com 14 cooperantes, o que Manuel Nogueira considera ser um número muito reduzido; “*podia ser bem maior,*” diz. Considera que, por norma, a ideia é bem recebida, que as pessoas mostram vontade de aderir, que se sentem incentivadas, mas depois, com o corte dos subsídios, torna-se difícil.

Como diz Manuel Nogueira, “*o que eu acabo por depreender disto tudo é que as pessoas que podiam fazer alguma coisa não fazem, para não perderem o pouco que recebem, então é preferível não fazer. Nós temos 14 cooperantes e se não fosse isso, se calhar tínhamos muitos mais*” (E1³²).

Segundo ele, “*a cooperativa foi criada pelo Grupo, pelas necessidades que o Grupo tinha, mas neste momento, ela funcione de forma autónoma. O grupo apenas a criou e agora apenas pede os produtos. A ligação é só de compra e venda*” (E1³³).

Na instituição, foi possível falar com Ana Rita Bento, que desde maio pp. é cooperante, ao mesmo tempo que trabalha no Grupo, como ajudante de cozinha, há seis anos. Diz que “*os meus pais sempre foram agricultores. Só que a minha mãe é reformada por invalidez, não podia ser cooperante, porque se não cortavam-lhe a reforma e o meu pai também não se queria coletar*” (E9³⁴). Assim, foi Ana Rita que se inscreveu na cooperativa com o propósito de obter um rendimento extra para sua casa. Diz que “*era uma pena por coisas boas, nem que o dinheiro desse para a ração dos animais e para outras coisas, já não gastávamos do nosso, mas o meu pai não queria. Então inscrevi-me eu, como já tenho o meu trabalho, não desconto mais para além disso, não perco nada. Decidi começar para escoar os produtos que tenho lá em casa*” (E9³⁵).

Quando se perguntou a Ana Rita que benefícios se tem ao ser cooperante, esta respondeu que “*não estragamos comida, aproveita-se. Aquilo que conseguimos fazer através da cooperativa faz a diferença (...) tem valido a pena. (...) A produção já era feita na mesma, tudo bem, agora se calhar em vez de pôr 50 couves, põe 100, o trabalho é praticamente a mesma coisa, não se perde nada*” (E9³⁶).

Ana Rita Bento explicou que “*o dinheiro vai para os meus pais, eu normalmente só digo que quero algum para a gasolina, porque sou eu que levo o trabalho. Plantar e colher eles é que*

³² E1 – Anexo A, Entrevista 1

³³ E1 – Anexo A, Entrevista 1

³⁴ E9 – Anexo A, Entrevista 9

³⁵ E9 – Anexo A, Entrevista 9

³⁶ E9 – Anexo A, Entrevista 9

tratam disso, mas se for preciso vou ajudar, sou a única filha que lá está em casa, mas de resto vai para eles. Para todos os efeitos eu é que sou a cooperadora, mas eles é que levam o trabalho. Os meus pais já eram agricultores, mas a minha mãe era trabalhadora independente: dois agricultores a estarem os dois como trabalhadores independentes era uma despesa muito grande e então só um é que pagava caixa, que era a minha mãe, mas agora teve um problema num joelho e reformou-se. Na altura como não havia muita informação foi uma sorte a minha mãe não se coletar, porque eles cortavam-lhe logo a reforma”(E9³⁷).

Para ser cooperante tem de se pagar uma única vez uma quota de 10 euros, ou seja, neste caso, não existe quota anual, e entregar uma caução de 100 euros. Trata-se efetivamente de uma caução pelo que, quando alguém desiste, recupera o valor. “*É só uma garantia para não haver vigarismos e para se poder salvaguardar algum problema que surja*” (E1³⁸), explica Manuel Nogueira. Há também pessoas, com algumas dificuldades acrescidas, a quem não dá jeito dar 100 euros de uma vez e, nesse caso, afirma ainda, “*não há problema, paga com produtos até perfazer os 100 euros*” (E1³⁹).

A cooperativa não tem funcionários, funciona com os trabalhadores da instituição. Como afirma Manuel Nogueira, “*para ter funcionários na cooperativa era preciso pagar um ordenado de 500 e tal euros, mais a caixa, mais segurança social, etc., quase 700 euros por mês*” (E1⁴⁰). Se assim fosse, por exemplo, quando se dissesse que as batatas ficavam a 0,30€, muito provavelmente só se podiam entregar 0,25€, porque tinha de se ter uma margem de lucro para pagar à funcionária. Deste modo, alguns funcionários do *Grupo*, sempre que se revela necessário, dão uns minutos à cooperativa. Segundo Manuel Nogueira, “*a gente não tem lucro, a gente negocia (...) portanto o que se tenta é funcionar de forma solidária*” (E1⁴¹), é este o espírito da cooperativa. Os preços praticados na cooperativa têm por base os do mercado abastecedor de Coimbra.

No complexo social e no espaço *Saberes e sabores* colabora-se no escoamento dos produtos da cooperativa, contribuindo, deste modo, para a melhoria do rendimento dos agricultores, bem como para a fixação da população rural na região de Miro.

³⁷ E9 – Anexo A, Entrevista 9

³⁸ E1 – Anexo A, Entrevista 1

³⁹ E1 – Anexo A, Entrevista 1

⁴⁰ E1 – Anexo A, Entrevista 1

⁴¹ E1 – Anexo A, Entrevista 1

5. DISCUSSÃO

O caso do GSSDCR Miro é um exemplo onde se encontra a capacidade de iniciativa de uma organização de base territorial/local, que introduz mudanças que estão para lá do crescimento económico. São assim criadas novas formas de organização para resolver problemas coletivos, tentando que todo o desenvolvimento seja produzido a partir dos próprios recursos. A instituição em análise aposta num trabalho de forte relação com a comunidade, com base na confiança mútua, por forma a garantir a maximização da coesão e inclusão social, através dos programas e projetos que tem vindo a desenvolver, estimulando o desenvolvimento local. Na análise destes projetos o território caracteriza-se como estratégia fundamental de ação e interação: surge como agente de desenvolvimento integrado, através da valorização dos recursos locais, contando com a participação ativa da população e reunindo-se, desta forma, os pressupostos do desenvolvimento regional endógeno. É ainda importante salientar que, desde cedo, uma das preocupações da instituição se prende com o desenvolvimento de parcerias, quer com entidades públicas, quer com entidades privadas, em prol de uma diversificação da intervenção, procurando um maior número de respostas possíveis para as diversas necessidades que vão surgindo aos cidadãos do concelho de Miro. Assim sendo, este estabelecimento de práticas cooperativas e parcerias revigoram a matriz inter-relacional e vieram fazer a diferença. Num contexto de região rural – onde a prática crescente é o envelhecimento da população e conseqüentemente o seu declínio, notando-se um distanciamento relativamente ao mercado de trabalho e aos serviços – em que se agravam os problemas de emprego, o GSSDCR Miro viu um potencial económico e social subaproveitado e explorou-o, procurando assegurar os resultados dentro do binómio coesão/ competitividade. Há uma forte coesão nas ações do *Grupo*, que trabalha sempre dentro de duas fronteiras que nascem pela criação de formas de vida para os elementos da comunidade e na promoção do meio, ao nível local e regional, ao mesmo tempo que se procuram meios que garantam a competitividade e a promoção do sucesso.

Assim, o desenvolvimento de atividades regionais tanto artesanais como gastronómicas, assume-se como uma oportunidade de exploração para o desenvolvimento sustentável do GSSDCR Miro e da região, interrompendo a tendência das zonas rurais para o declínio. Ou seja, um dos grandes objetivos do *Grupo Miro*, passa pela promoção do lugar de Miro e da região de Penacova, através de projetos como o espaço *Saberes e Sabores*, o *Portugal Tradicional*, o espaço *Artes e Ofícios* e a *Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes*, que apostam exatamente na divulgação dos produtos endógenos, da gastronomia e do artesanato,

impulsionando a economia local e promovendo os seus recursos. Como tudo isto se passa num ambiente rural, proporciona a quem os visita a oportunidade de conhecer e adquirir artigos autenticamente genuínos, que traduzem a qualidade e distinção da marca “MIRO muito mais que um lugar”, símbolo oficial dos produtos e que leva o nome da localidade e da região cada vez mais longe.

O GSSDCR Miro distingue-se pela capacidade de enfrentar cada problema como um desafio, acreditando nas suas capacidades em busca de soluções. Desta forma, foi possível constatar pelo discurso do seu presidente que, apesar da consciência dos tempos difíceis que, por todo o país, a maioria das organizações enfrenta, gerando instabilidade e provocando uma onda de despedimentos de funcionários, custos adicionais de funcionamento, dificuldades em gerar receitas e crescente escassez de apoios públicos, o GSSDR Miro se mantém confiante na continuidade do trabalho e no desenvolvimento de propostas e projetos, adequados às diferentes áreas de intervenção em que atua. Acredita-se que, conservando a linha de trabalho que têm vindo a desenvolver, assente na transparência, inovação e sustentabilidade, responsabilidade e capacidade de readaptação, o *Grupo* estará apto para superar os obstáculos com os quais se vai cruzando, em prol da continuidade do reforço e expansão de todas as atividades que o tem transformado numa referência ao longo dos anos.

Todo o trabalho é, assim, desenvolvido para criar postos de trabalho, que na maioria dos casos são apenas trampolins para a independência, o que quer dizer que o principal objetivo é fazer nascer as condições de um trabalho autónomo, em que cada um cria a sua forma de negócio, se torna um empreendedor. Nas palavras de Manuel Nogueira: *“Incentivamos as pessoas a virem desenvolver esses projetos. Nós criámos os projetos, cedemos os espaços, mas agora precisamos de pessoas para os desenvolver. É como se disséssemos assim: eu dou-te emprego, mas tu tens que fazer por isto. Se isto não der, morre tudo, acaba o projeto e tu vais para a rua”*(E1⁴²).

Como foi possível constatar, o papel do GSSDCR Miro passa pela cedência dos espaços e por incentivar as pessoas a desenvolver os projetos pretendidos. A partir daí, as pessoas têm de lutar e fazer por eles, dar-lhes vida, apostando no seu crescimento, empreendendo. Manuel Nogueira afirma, *“ não tenho desemprego no setor feminino na aldeia de Miro. Neste momento já tenho que ir buscar aos concelhos vizinhos. Demos emprego a pessoas que nunca tinham trabalhado, nunca tinham tido um emprego”* (E1⁴³).

⁴² E1 – Anexo A, Entrevista 1

⁴³ E1 – Anexo A, Entrevista 1

Manuel Nogueira, com o *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, aparece como um exemplo de como o espírito empreendedor pode ser um modo eficaz no combate à pobreza e à exclusão social. Ali, estabelece-se a fronteira entre a aceitação passiva das condições de vida, ou da falta delas, da resignação perante a falta de sorte, e a capacidade de lutar pela sorte, desenvolver modos de subsistência, de incremento e de inclusão no meio e na sociedade, servir-se do que o meio fornece e criar soluções, empreender. Em Miro tudo passa pelas respostas que o próprio meio, natural e humano, propicia; tudo gira em torno dos próprios recursos e daquilo que estes possibilitam. É preciso inventar meios para criar a partir do que se possui, parece ser o lema que preside a esta instituição que se transformou num marco de mudança – da vida das pessoas e do local de Miro. Importa salientar as palavras de Manuel Nogueira quanto a forma de atuação do Grupo: “*Jogamos com a transparência total, porque esta é a base do nosso trabalho. Quase que não precisamos de sair fora de portas para conseguir serviços, e estamos a ajudar pessoas. Vemos as necessidades que temos e tentamos criar as respostas. Não crio por criar*” (E1⁴⁴).

É pois, importante não esquecer que os projetos criados assentam nestes dois pressupostos fundamentais: promover o desenvolvimento e crescimento territorial e criar às pessoas a oportunidade de terem emprego ou rendimento extras.

Estas iniciativas pensadas e criadas por Manuel Nogueira vão ao encontro do conceito de ‘empreendedorismo inclusivo’, aparecendo como um meio de facilitação de processos de autonomização progressiva, isto é, uma forma de facilitar a geração de rendimentos, que possibilitando a ‘integração económica’ de pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, permitem também o aumento dos rendimentos de pessoas que, tendo capacidade de produzir, não sabem como escoar o produto.

A ideia é tentar capacitar as pessoas, promovendo o seu envolvimento ativo na procura de soluções e, conseqüentemente, contribuir para a autonomização das mesmas, revitalizando o seu poder e o exercício da sua cidadania. Transformar os envolvidos nos projetos em agentes ativos da sua própria emancipação, apresenta-se como um modo de criar soluções, negando-se uma intervenção assistencialista. As pessoas atraídas para a dinamização dos projetos são pessoas desempregadas ou em contexto de emprego precário ou subemprego, regra geral pessoas que sentem as suas capacidades desvalorizadas no mercado de trabalho e cuja vida

⁴⁴ E1 – Anexo A, Entrevista 1

futura parece não ter um rumo estável, pelo que se considera de extrema relevância a experimentação constante de novas formas de atuação.

A escassez de oferta de emprego, quando os desempregados atingem uma determinada idade, torna difícil a reinserção profissional e leva à experimentação de um sentimento de angústia, ligado, simultaneamente, à perspectiva de reais dificuldades financeiras, como constatado no caso particular das envolvidas no espaço *Saberes e sabores*. Foi exatamente esta situação que contribui para que as suas intervenientes aderissem e abraçassem o projeto com grande entusiasmo e dando sempre o melhor de si para a promoção, desenvolvimento e inovação dos produtos, que se apresentam como a fonte do seu rendimento.

No caso real da *Cooperativa agrícola de serviços e artes*, criada para facilitar o escoamento dos produtos, verifica-se que potencia melhores condições de vida àqueles que possuindo um trabalho precário, ou vivendo de subsídios, sofrem de insatisfação face à sua situação e sonham com um estatuto social mais elevado, tendo consciência de que a atividade que exercem corresponde a uma forma intermédia e pouco valorizada, situada entre o desemprego e o emprego clássico.

No caso do GSSDCR Miro pretende-se pois, que a inovação advenha tanto do produto de carácter endógeno como das competências das pessoas, racionalizando uma conjugação inteligente entre serviços e oferta.

Assim, as pessoas que desenvolvem os projetos destacados devem ser o foco central de toda a iniciativa, propondo-se um contínuo fortalecimento das suas competências e promovendo um estímulo constante às suas capacidades criativas, sem deixar de prestar atenção às transformações que vão ocorrendo no meio envolvente, uma vez que não se pode perder de vista o fator competitividade, conforme já referido anteriormente. É essencial estar em permanente contacto com o público, potenciais clientes e dar relevo ao contributo ímpar da publicidade que, neste caso se faz de forma privilegiada no *Portugal tradicional* e num “boca a boca”. Dar, deste modo, voz ao público, apresenta-se como uma estratégia a ter em conta: se os potenciais clientes fazem sugestões sobre iguarias que gostariam de adquirir, no espaço “*Saberes e sabores*” confeccionar-se-ão esses produtos; se há encomendas de um determinado produto artesanal em barro, as ocupantes e dinamizadoras do espaço “*Artes e ofícios*” terão de estar disponíveis para os construírem, fomentando-se um tipo de coprodução entre o produtor e o consumidor, pois todos estes produtos necessitam de uma consolidação comunitária para garantir o êxito do empreendimento. A verdade é que os mercados têm sofrido inúmeras alterações, parecendo estratégico apostar na oportunidade de fomentar uma economia social,

que para além de ser cada vez mais direcionada para a inclusão, tem de ser cada vez mais competitiva e dinâmica.

A premissa da inovação apresenta-se como a proposição da vantagem, em termos de competição, uma vez que o mercado está cada vez mais aberto à diferenciação dos produtos. Ter consciência dos riscos mais elevados que as atividades inovadoras acarretam é necessário, mas é igualmente importante compreender que são também estas que promovem um valor acrescentado e diferenciado ao mercado. Muitas vezes, não se trata apenas do uso do agente inovação, mas também da oferta e combinação estratégica de um melhor serviço. De qualquer modo não se deve deixar de considerar a importância de uma constante atualização da inovação, sendo por isso necessário, conforme já mencionado, uma atenção perseverante ao mercado e suas tendências, particularmente através da previsão de necessidades não satisfeitas pela oferta existente.

Feita esta análise, reconhecem-se grandes potencialidades nos projetos desenvolvidos pelo GSSDCR Miro, identificando-se um valor acrescentado: cada vez mais os próprios mercados globais estão mais propensos a apreciar a endogeneidade dos produtos e a sua tradição. Verifica-se que estas iniciativas, de pequena dimensão, se encontram voltadas para o mercado local, embora se pretenda obter o máximo de desenvolvimento e extravasar para o âmbito global; para isso, é preciso ter dimensão e, portanto, apostar num desenvolvimento sólido, mesmo que mais moroso. Para facilitar o crescimento destas iniciativas sugere-se o estabelecimento de redes de cooperação, que é precisamente a aposta dos projetos *do Grupo Miro* – os frutos necessários à produção de compotas comercializadas no espaço *Saberes e sabores* são fornecidas pela *Cooperativa agrícola de serviços e artes*; do mesmo modo o sal utilizado para ser misturado com as ervas aromáticas e depois vendido, vai das salinas da Figueira da Foz, em resultado de uma parceria, que envolve também a *Cooperativa*, que fornece as ervas; as peças de barro, concebidas e comercializadas no espaço *Artes e ofícios*, são cozidas numa mufla da escola secundária de Penacova e o próprio espaço ocupado resulta de uma parceria com a Câmara Municipal de Penacova, com quem a instituição fez um contrato de comodato.

Do mesmo modo, o projeto *Portugal tradicional*, resulta da visão de expansão para lá do âmbito local, que está presente nos objetivos dos protagonistas dos diferentes micronegócios, dando a conhecer a um público mais alargado as potencialidades da região e do próprio *Grupo Miro*.

Consciente de que um dos grandes entraves à criação de microiniciativas é a dificuldade de acesso ao crédito, o *Grupo Miro* procura fazer a diferença, gerando condições necessárias à

possibilidade de empreender. Criar um projeto e toda a logística necessária ao seu desenvolvimento, é uma das formas de atuação, mas sempre com o propósito de, ao mesmo tempo, viabilizar a emancipação do negócio e de quem nele trabalha, feita a sua consolidação; outra forma de atuar, consiste na cedência do espaço e/ ou da matéria-prima, facultando assim as condições de prosperidade de uma iniciativa.

Assim, pode dizer-se que a emergência das iniciativas empreendedoras não é espontânea, advém de um processo de animação por parte de um agente local, neste caso o *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*.

6. CONCLUSÕES FINAIS

Com a investigação que possibilitou a presente dissertação pretende-se contribuir para uma melhor clarificação do modo como, nas condições contemporâneas e em contextos territoriais específicos, a ‘integração económica’ por iniciativa de organizações de economia social e solidária, pode contribuir para a diminuição da pobreza.

Deste modo, começou-se por apresentar, fazendo o enquadramento teórico-conceitual, a elucidação dos conceitos de *pobreza*, tendo em conta a variável de desemprego e o contexto de crise atual; ‘empreendedorismo inclusivo’, como uma via de ‘integração económica’ e *desenvolvimento local*, tendo em conta a sua relação com a promoção de microiniciativas inclusivas.

A análise empírica, que se seguiu, teve como base o desenvolvimento do estudo de caso, por meio de pesquisa descritiva, utilizando-se a técnica da entrevista e observação direta, do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, que se revelou um exemplo de como, num contexto territorial específico, é possível criar condições que contribuam para a diminuição da pobreza e desenvolvimento local.

Aqui, pretende-se apresentar as principais conclusões da investigação, refletindo sobre elas e abrindo horizontes para futuras ponderações.

1. A ‘integração económica’ é um contributo para a diminuição das condições de pobreza, em contexto territorial específico.

Face à situação de crise atual e no caso de Portugal, verifica-se que há um cenário de desemprego, os salários mais baixos, havendo uma forte emigração de jovens qualificados e uma demografia marcada por um acentuado envelhecimento, ainda mais agravado nos casos marcados pela interioridade. A par disto, perderam-se os vínculos e não existe estabilidade, uma vez que as pessoas auferem de salários cada vez mais baixos, como reflexo do facto do país ter saído há pouco tempo de um plano de resgate, que impôs o regime de austeridade. Assim, percebe-se que o número de pessoas em situação de pobreza, tenha aumentado.

Lutar contra este fenómeno, implica promover um mercado de trabalho ativo, bem como conceber medidas para a criação de emprego, obtendo resultados positivos a favor da integração das pessoas no mercado de trabalho. Deste modo, é preciso centrar

as políticas na criação de emprego e nas questões da precariedade e desigualdade, devendo haver um empenho na produtividade e na valorização dos recursos.

Revela-se pois, necessário proceder-se a uma profunda reestruturação do mercado de trabalho, através de um ajuste das políticas de integração socioeconómicas, sendo essencial existir uma focalização nos segmentos mais vulneráveis da sociedade, protegendo-os, mas sobretudo, adotando medidas para a sua integração.

2. A ‘integração económica’, por iniciativa de organizações de economia social e solidária, manifesta-se muitas vezes, como sendo a dimensão económica da ação de luta contra a pobreza, tendo como máxima a promoção da autonomia, no que diz respeito a recursos, visando a satisfação das necessidades humanas e centrando-se na construção de estratégias de sobrevivência para as pessoas em situação de pobreza. Deste modo, tendo em conta a conjuntura do atual contexto de desemprego, é através desta noção que se devem alargar as oportunidades de acesso a recursos monetários por vias alternativas, em detrimento de um trabalho por um salário, no contexto do sistema de emprego formal. Assim, a ‘integração económica’ está diretamente relacionada com a hipótese de revigorar a capacidade empreendedora das pessoas em situação de pobreza, o que nem sempre é fácil, uma vez que os potenciais empreendedores enfrentam dificuldades acrescidas na criação do próprio emprego, nomeadamente pelas dificuldades de acesso ao crédito e a toda uma rede de suporte para o arranque da atividade.
3. É preciso criar novas formas de empreendedorismo, ultrapassando as formas tradicionais de o fazer. Promover estratégias facilitadoras ao seu acesso é fundamental. Empreender passa pela identificação e satisfação das necessidades existentes no mercado. Esta exigência coloca-se tanto mais quanto se sabe que no tipo de iniciativas inclusivas o fator mais importante é a produção de valor acrescentado. É imperiosa a real consciência de que a maioria das microiniciativas não sobrevive a uma concorrência que depende unicamente do preço. Assim, numa fase de consolidação dos produtos, deve-se dar especial atenção aos fatores independentes do preço, tais como: inovação, diferenciação e qualidade, bem como às características das pessoas que estão à frente dos projetos, dado que são elas que fazem o negócio. Desta forma, a inteligência emocional revela ser uma característica crucial para se poder construir o caminho do sucesso deste tipo de negócios, uma vez que, esta se encontra na base da

criatividade, da capacidade de mudança e adaptação à mudança, da capacidade de decisão e das relações de empatia, pelo que é importante reconhecer as potencialidades e fragilidades do empreendedor. É necessário combinar o talento e as ferramentas do negócio e aqui, dado o cenário de crise financeira, da crescente falha do mercado de trabalho, da situação de falência do Estado e da existência de necessidades sociais não satisfeitas, percebe-se a urgência do nascimento e desenvolvimento de uma forma de ‘integração económica’ por iniciativas de organizações de economia social e solidária, com é o caso do *Grupo Miro*.

4. A resposta à necessidade de gerar emprego, como forma de combate à pobreza, passa pela criação de novas iniciativas empresariais à escala local, que simultaneamente promovam o espaço territorial onde estão inseridas, favorecendo uma mudança de forma de pensar e atitude e apoiando a consolidação de estratégias empresariais acertadas, por forma a evitar a mortalidade precoce deste tipo de negócio. É pois, necessário apostar no desenvolvimento alternativo, que requer um novo olhar sobre a economia, uma reorganização da representação da realidade, mudando o foco de incidência dos produtos e lucros, para as pessoas. Assim, as estratégias de ‘empreendedorismo inclusivo’, devem facilitar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social à possibilidade de empreender, promovendo a sua autonomia, através da integração no mercado do trabalho e favorecendo o desenvolvimento local.
5. O *Grupo* analisado no estudo de caso, aparece assim como uma forma de resposta à questão “ *Nas condições contemporâneas, como pode a integração económica por iniciativa de organizações de economia social e solidária, contribuir para a diminuição da pobreza, em contextos territoriais específicos?*”, uma vez que propicia formas de negócio inclusivo, abrindo caminhos alternativos à inevitabilidade do ciclo de pobreza, na medida em que promove a integração/ reintegração na economia, de pessoas em situação de pobreza, ou a ela condenadas, e conseqüentemente integradas num quadro de exclusão social. Dado que as pessoas a quem abrem condições de vida diferentes, são, na maioria dos casos, pessoas que, por razões várias, apresentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, ou porque são detentoras de baixa escolaridade, ou porque dependem de de subsídios estatais (subsídio de desemprego

ou rendimento social de inserção), são potenciais empreendedores por necessidade e a sua única perspetiva é a possibilidade de auto-emprego, oferecida pelo *Grupo* que, ao mesmo tempo, visa um desenvolvimento local.

6. Sem este tipo de iniciativas de ‘integração económica’, parece muito difícil empreender neste país, uma vez que relativamente ao panorama de políticas públicas, no que diz respeito a formas empreendedoras, em Portugal, facilmente se pressupõe que as pessoas que empreendem são possuidoras de vasto capital. Os empreendedores são postos todos no mesmo núcleo, ainda que alguns só consigam ganhar dinheiro para a sua sobrevivência. A não existência de uma diferenciação entre uma microempresa, em início de vida, e outras empresas, fará com que aquelas dificilmente desenvolvam um crescimento duradouro, uma vez que improvavelmente conseguirão fazer dinheiro para investir, até porque não existe uma política fiscal diferente para situações diferentes. Assim, situações diferentes devem ter tratamento diferente, é a ideia, e uma empresa emergente diferencia-se de uma empresa em situação de estabilidade ou prosperidade financeira. Seguir o princípio da equidade faz todo o sentido, quando o que se pretende é a revitalização do tecido empresarial e a criação de prosperidade económica e financeira das microempresas. Trata-se mesmo de uma forma de criar condições de justiça social.

7. Percebe-se que os negócios inclusivos criam condições que favorecem a democratização da economia, ao reintegrarem pessoas em situação de pobreza e consequente exclusão social.

Aparecem como sendo uma forma de abrir caminhos alternativos para quem parece estar condenado inevitavelmente à pobreza. Muitas vezes, as organizações que contribuem para a criação deste tipo de negócios, substituem-se ao próprio Estado, reinventando formas de trabalho/ emprego autónomo e diminuindo a dependência dos cidadãos face aquele. Dando às pessoas competências e meios de emancipação, possibilitam-lhes o exercício de um papel ativo na economia e na sociedade e reabilitam a confiança de quem encontra assim resposta para as suas carências. Deste modo, estes agentes surgem como uma resposta às necessidades sociais decorrentes de um contexto de crise económica e social e contribuem simultaneamente para o desenvolvimento local, enquanto descobrem e fomentam novos mercados à escala

local, ou mesmo global, como acontece, por exemplo com o projeto *Portugal tradicional*, do *Grupo Miro*.

8. A possibilidade de criação destas pequenas iniciativas, fomentadoras de um alargamento do mercado de trabalho, para pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social, passam, primeiramente, pela necessidade da capacidade de as projetar, fazendo um levantamento das reais necessidades do meio, tendo em vista o aproveitamento das potencialidades humanas e da matéria-prima disponível e indo, ao mesmo tempo, ao encontro das reais necessidades ou desejos dos nichos de mercado a que se destinam.

Para além disso, é preciso ter consciência que o grupo a que se reserva a criação destas microiniciativas inclusivas é vulnerável na acessibilidade à banca, não conseguindo acesso ao crédito, pelo que o estabelecimento de parcerias públicas e privadas, mais uma vez, parece crucial (veja-se o exemplo da parceria, estabelecida pelo *Grupo* em análise, com a escola secundária de Penacova, permitindo viabilizar a produção a cargo do espaço *Artes e ofícios* – a falta de capital para investir e a impossibilidade de acesso ao financiamento, impediam a aquisição da mufla, indispensável à produção de peças em barro).

Aumentar o tecido relacional do empreendedor, através do estabelecimento de parcerias, bem como a criação de formas cooperativas de ação, tendo em vista a comercialização dos produtos – como é o caso da *Cooperativa agrícola de serviços e artes* do *Grupo Miro* –, revela-se crucial para quem visa a ‘integração económica’ de pessoas em situação de pobreza e risco de uma maior vulnerabilidade.

9. O que se passa é que as microiniciativas que têm, como já referido, uma privação de capital, mas mão-de-obra intensiva, não emergem de forma espontânea, mas a partir da dinamização de agentes locais, o que implica a necessidade de valorização dos recursos, a capacidade de inovar, a sagesa para reconhecer as oportunidades e as melhores hipóteses e o empenho numa produtividade não convencional. É preciso saber ver para lá dos problemas, ser capaz de pegar nas situações problemáticas e criar a mudança, gerar alternativas; passar da fase das ideias e da sua análise, para a ação, mas essa ação tem de ser sustentável, cumprir um objetivo, ao mesmo tempo que, tendo em mente um contexto, aja para o influenciar, para criar nele formas de desenvolvimento, mais do que não seja, à escala local. Podemos pois considerar que, as estratégias de integração económica, pretendem criar o processo de empreender

exequível para todos, não perdendo de vista o desenvolvimento territorial local, ou mesmo global. Assim, da análise da organização que serviu de base à implementação da estratégia de estudo de caso, percebe-se a necessidade de, para promover a ‘integração económica’, desenvolver uma série de parcerias, quer de âmbito público, quer privado, potenciando o desenvolvimento local e tendo em conta não só as necessidades individuais, como também territoriais.

A promoção de produtos endógenos, quer ao nível humano, quer ao nível material, é, sem dúvida, uma mais-valia ao desenvolvimento local e um caminho para a inclusão social. Para tal, para além da tarefa de propiciar a criação de microempresas, é imperioso garantir a sua manutenção, evitando assim uma crescente fragilidade e um conseqüente retrocesso no desenvolvimento territorial.

10. Da análise empírica percebe-se a necessidade do fator inovação como estratégia de sustentabilidade da própria microiniciativa. Sendo a competitividade uma vantagem, há a necessidade de a assegurar. Esta para se realizar necessita de pequenos elementos de inovação que marcam a diferença face ao mercado, tal como o recurso a produtos endógenos e a formas criativas de os tratar, uma vez que dificilmente se pode recorrer a tecnologias avançadas e tem de se ter em conta o fator preço, sem que este seja determinante, como meio de assegurar a competição dos mercados. Ela é, na maioria das vezes, garantida pela diferença do produto, decorrente da criatividade de quem toma a iniciativa, ou seja pela sua originalidade.

Se bem que a produção de artefactos únicos, se oferece, em parte, como uma forma de sucesso face ao mercado, um outro problema decorrente destas formas de ‘integração económica’ prende-se com a definição de estratégias de marketing, uma vez que os recursos são escassos para a se poder fazer de forma mais sofisticada. Assim, para além da técnica do *boca a boca*, percebe-se, da análise do estudo de caso, a vantagem de uma boa inserção no meio local e do estabelecimento de parcerias com os agentes locais, que facilmente publicitam os produtos criados pelos parceiros sociais.

6.1. CRIAÇÃO DE HORIZONTES PARA FUTURAS PONDERAÇÕES

Se por um lado a ‘integração económica’, por iniciativa de organizações de economia social e solidária, não faz parte das práticas comuns no contexto territorial nacional, por outro ela surge como uma forma de atuação que tenta dar resposta à situação de pobreza, em contextos territoriais específicos, criada pelas condições de crise da atualidade.

Assim, nesta investigação, tentou clarificar-se o potencial das organizações de economia social e solidária, como resposta de ‘integração social’ para aqueles que, vivendo situações de vulnerabilidade, estão numa posição de pobreza, muitas vezes económica e social, ou no limiar da pobreza. Para tal, partiu-se da análise das estratégias usadas pelo *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, tendo em vista proceder à ‘integração económica’ dos agentes locais em situação de vulnerabilidade, promovendo simultaneamente o desenvolvimento local e regional.

Uma ponderação futura sobre formas de financiamento destas microiniciativas, promovendo um aprofundamento teórico e conceptual, parece pertinente, uma vez que a questão financeira é um entrave, quando se trata de empreender.

Do mesmo modo, a necessidade de reflexão sobre a responsabilidade social do Estado, emerge da constatação de que instituições, como o *Grupo* sobre o qual recaiu a análise empírica que se efetuou, muitas vezes assumindo precisamente o papel do Estado, apresentam soluções para problemáticas existentes e decorrentes, do contexto de crise atual, pela qual o próprio Estado é também, muitas vezes, responsável. Na ausência de estratégias estatais, definidas para superar as situações de vulnerabilidade, é importante perceber a relação entre o papel dos agentes de uma economia informal e o desenvolvimento de respostas para a solução do problema da pobreza em contexto local.

Uma reflexão sobre a viabilidade de, nos momentos iniciais, o empreendedor poder continuar a auferir de rendimentos, como o subsídio de desemprego ou o subsídio social de reinserção, será igualmente uma reflexão que é importante ter e tentar viabilizar, uma vez que o medo do negócio falhar, a juntar à inexistência quase total de formas de financiamento das microiniciativas, leva a que os agentes optem por nada fazer, sob o medo de tudo perder.

Importa ainda referir que a ação do *Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro*, se constitui como uma iniciativa a seguir, uma vez que, perante a quase total ineficácia de atuação do Estado, uma instituição desta natureza, consegue, ela própria, reinventar formas de ‘integração económica’, promovendo as condições de vida das próprias pessoas do lugar de Miro e fomentando o desenvolvimento, quer local, quer regional.

O conceito de crise atual poderá justificar uma análise mais aprofundada da problemática da ‘integração económica’ e do conceito de ‘empreendedorismo inclusivo’ numa eventual sequência que este trabalho possa vir a conhecer.

7. BIBLIOGRAFIA

Abreu, *et al.*, (2013) A crise, a troika e as alternativas urgentes. Edição Tinta-da-china, Lisboa.

Alvarez, M., Santos, S., & Baptista, T. (1994) Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, Porto.

Amaro (2009) Cattani, A. D., Laville, JL., Gaiger, L. I., Hespanha, P. (coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia Almedina, CES, Coimbra.

Barca, F. (2009), An Agenda for a reformed Cohesion Policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations, Independent Report prepared at the request of Danuta Hubner, CEC, Brussels. Consultado em outubro de 2015. Disponível em ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/pdf/report_barca_v0306.pdf

Costa, A.B. (coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). Um Olhar sobre a Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo. Gradiva, Lisboa.

Dees, J. G. (2001) O Significado do Empreendedorismo Social, Tradução de Victor Ferreira. Consultado em março de 2015. Disponível em www.fe.uc.pt/cec/significadoempreendedor.pdf.

Flyvbjerg, B. (2006) Five Misunderstandings About Case-Study Research. pp 219-246. Aalborg University, Denmark, Sage Publications. Consultado em abril de 2015. Disponível em <http://flyvbjerg.plan.aau.dk/Publications2006/0604FIVEMISPUBL2006.pdf>.

Henriques, J. (2006) Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes, Volume I. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Tese de Doutoramento, pp 46-157. Consultado em novembro de 2014. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/273>.

Henriques, J. (2010) Ação contra a pobreza em áreas urbanas em “crise”: desafios e possibilidades. *Sociedade e Trabalho*, nº41, pp 10-25. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Gabinete de Estratégia e Planeamento, Lisboa. Consultado em novembro de 2014. Disponível em www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/rst41.pdf

Henriques, J. (2010) Crise, economia social e solidária e “integração económica” na ação contra a pobreza. *Revista de Economia Solidária - A crise actual e as respostas da economia solidária*, 2, pp. 83-112. Edição ACESSA, Ponta Delgada.

OCDE (2013), *The Missing Entrepreneurs: Policies for Inclusive Entrepreneurship in Europe*, OECD Publishing.

OCDE (2004) *Fostering entrepreneurship and firm creation as a driver of growth in a global economy*. Istanbul, Turkey. Consultado em abril de 2015. Disponível em <http://www.oecd.org/cfe/smes/31917899.pdf>.

Silva, C. (2010) *Empreendedorismo Inclusivo: O desafio da consolidação e crescimento das micro-iniciativas empresariais “inclusivas”*. ISCTE, Lisboa. Dissertação de mestrado. Consultado em abril de 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/4246>.

Sirrolli, E. (2008) *Ripples from the Zambezi: Passion, Entrepreneurship and the rebirth of local economies*, New Society Publishers, Canadá.

WEBGRAFIA

Community of Practice on Inclusive Entrepreneurship:
<http://www.cop-ie.eu/>, consultado em abril de 2015.

Grupo de Solidariedade Social, Desportivo e Recreativo de Miro
<http://www.gssdcrmiro.pt/>, consultado em setembro de 2015.

Instituto Nacional de Estatística:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt, consultado em abril de 2015.

Sirolli Institute:

<http://sirolli.com/>, consultado em abril de 2015.

8. ANEXOS

Anexo A – Entrevistas

Entrevista 1 (E1) Manuel Nogueira – Responsável pelo GSSDCR

Esta entrevista foi realizada presencialmente em setembro de 2015⁽⁴⁵⁾

Há algum caso, um exemplo de alguém que através do apoio do GSSDCR Miro tenha conseguido criar o seu emprego?

O caso da D. Isabel, que estava desempregada. Quando fundámos a cooperativa tínhamos que arranjar cooperadores e então lançámos-lhe a ideia: Isabel não queres tu própria criar o teu espaço, teres uma estufa para ires cultivando alfaces, feijão-verde, batatas para forneceres? Ela entrou na ideia começou com uma estufa mais pequena, agora já tem uma maior, hoje é o seu ganha-pão, tem o seu trabalho, como cooperadora. Ainda não se coletou individualmente porque como cooperadora ganha mais com isso, tem uma margem que pode ir até aos 10 200 euros de vendas sem o Estado lhe vir cobrar nada como cooperadora e nós sentimos que conseguimos comprar bom, muito mais barato e de qualidade. (...) Criou o seu próprio meio de subsistência e nós ficamos-lhe com os produtos.

Depois também temos pessoas que recebem o rendimento mínimo. (...) A pessoa em questão quando lhe lançámos a ideia aceitou-a muito bem, com vontade de fazer alguma coisa e fez. O problema é que no caso destas pessoas quando se têm que inscrever nas finanças, mesmo as finanças não os chateando, não contemplam pessoas que auferem o rendimento mínimo. Se calhar hoje tínhamos muito mais pessoas mas muitas tiveram medo. No entanto, não declarado, vão trabalhando, não podem é vender com o nome deles. Eu por exemplo tenho sido aqui o benemérito de um senhor. Eu não tenho agricultura mas inscrevi-me como cooperador e vendo os produtos dele. (...) O que eu acabo por depreender disto tudo, é que as pessoas que podiam fazer alguma coisa não fazem, para não perderem o pouco que recebem, então é preferível não fazer. Nós temos 14 cooperadores e se não fosse isso se calhar tínhamos muitos mais.

O Grupo-mãe tem vários departamentos. Criámos a cooperativa como uma seção autónoma. Mas depois temos seções internas como o Portugal Tradicional, o Espaço Saberes e Sabores. E o que é que nós fizemos aqui? Incentivámos as pessoas a virem desenvolver esses projetos. Nós criámos os projetos, cedemos os espaços mas agora precisamos de pessoas para os desenvolver. É como se disséssemos assim: eu dou-te emprego mas tu tens que fazer por isto. Se isto não der morre tudo, acaba o projeto e tu vais para a rua. São dois projetos que acho

⁴⁵ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

muito interessantes porque também são desenvolvidos por pessoas que estavam no desemprego, uma delas veio para aqui pelo IEFP. O IEFP pediu-nos para vir aqui dar uma formação de agricultura biológica, turismo, compostas, licores, etc. Eram cerca de vinte pessoas. Depois como nos já estávamos a fazer algumas coisas ficaram cá cinco em contexto de trabalho e dessas cinco ficámos com uma.

O espaço saberes e sabores é um espaço, onde agora criámos a nossa própria marca que é a marca Miro e onde essa tal senhora, com uma outra funcionária que já tínhamos, já estão a inovar. Estão a fazer bolachas: bolachas com ervas aromáticas, bolachas com flor de sal, compotas, folares, broa. Estão a trabalhar para nós, num departamento que nós criámos para muito dos produtos que elas fazem serem consumidos deste lado. Por exemplo, nós comprávamos todos os dias na padaria 10 broas. Esta Senhora comprometeu-se a desenvolver aquele espaço, faz broa todos os dias para o Grupo consumir (já não compramos as 10 broas) e para outras pessoas da aldeia que queiram broa, vão lá buscar. Esta Senhora estava no desemprego.(...) Se vamos fazer bolachas com ervas aromáticas, precisamos de pessoas que se preocupem em recolher plantas aromáticas. As bolachas levam orégãos, levam alecrim, levam lúcia-lima, etc. Precisamos desses produtos. O que é que temos que incutir nos cooperadores da cooperativa? Assinámos um documento onde os cooperadores se comprometem a fazer a recolha/plantação dessas plantas para venderem à cooperativa, para a cooperativa vender ao Grupo. Como o Grupo não pode comprar diretamente às pessoas que não estão coletadas, então elas entregam na cooperativa e a cooperativa vende legalmente. No meio disto tudo, com o espaço que nós criámos, à volta disso criámos outras dinâmicas. Por exemplo, precisamos de farinha, se houver uma pessoa que queira semear milho, para recolher, para moer, para nos vender a farinha, tudo bem, nós compramos a farinha porque evitamos de ir ao mercado comprar. Conseguimos fazer aqui um produto sem termos que nos socorrer do mercado, das grandes superfícies com todos os genes para por o produto no mercado com a marca Miro (Miro mais do que um lugar). (...) Neste momento estamos a tentar por a marca no mercado europeu. (...) Os produtos são vendidos no espaço Saberes e Sabores e no mercado da Figueira como em outras superfícies. (...) Temos um grande parceiro que tem salinas na Figueira da Foz e através desta parceria foi lançada a marca Miro flor de sal com as ervas aromáticas de Penacova. O grupo Miro lançou esta marca com o Senhor José João que fornece o sal, a nossa cooperativa que fornece as ervas aromáticas e a D. Preciosa que tem uma herbanária. Portanto a flor de sal com ervas aromáticas foi lançada por estas quatro “entidades”. (...) Uma espécie de entajuda entre todos. O Grupo depois põe

a marca cá fora. Estas parcerias são importantes na perspectiva de que localmente estamos a ajudar as pessoas.

Por exemplo as duas pessoas que estão à frente do espaço Saberes e Sabores dizem que precisam dos cooperadores de 1kg de limonete, depois pedem a D. Preciosa 1kg de orégãos (que passa logo fatura). Imaginemos que quem tem o limonete é a cooperadora Maria. É preenchido o livro de requisições discriminando os produtos deixados. A cooperativa por sua vez passa uma fatura ao Grupo a dizer que vende x de limonete. Passou a fatura, o Grupo pagou à cooperativa e a cooperativa por sua vez pagou à Maria. Processo transparente e legal. E depois é através do Espaço Saberes e Sabores do Grupo que o produto é vendido. A cooperativa foi criada pelo Grupo pelas necessidades que o Grupo tinha, mas neste momento ela funciona de forma autónoma. O Grupo apenas a criou e agora apenas pede os produtos. A ligação é só de compra e venda.

Dentro do Grupo existem: a parte social, a parte desportiva e juventude, espaço Saberes e Sabores, o Portugal tradicional, Artes e Ofícios, Apoio ao Funcionamento. Isto são as áreas que trabalham diretamente com o Grupo e com exatamente o mesmo número de contribuinte. Depois, autonomamente temos: a cooperativa, o rancho folclórico, desportos radicais, caça e pesca, e uma empresa de transportes que é a Miro e viagens– todos têm direções e estatutos próprios. Por exemplo: o rancho folclórico precisa de um transporte. O que é que faz? Pede diretamente a Miro e viagens e paga-lhe os serviços. Se for da parte de dentro, imaginemos que da parte social, os idosos precisam de ir até à Figueira. Pedem à empresa dos transportes e pagam-lhe. Outro exemplo, da parte dos desportos radicais, as canoas vão descer o rio, precisam de transporte – pedem à empresa de transportes e pagam. E agora mais, imaginemos que tu arranjaste um grupo de 10 pessoas e queres almoçar e descer o rio. Compras o almoço diretamente no Grupo (espaço saberes e sabores) e pagas, bem como ao Miro e viagens. O dinheiro acaba por não sair daqui. Outro exemplo, o rancho folclórico vai fazer um festival de folclore. Chegaram junto do Grupo e disseram: precisamos de pequeno-almoço, almoço e jantar. O rancho fez uma encomenda ao Grupo e as pessoas todos os dias vinham aqui comer durante uma semana. Chegaram ao final e pagaram. (...) Está tudo interligado de forma legal e de entejuda.

O Grupo quando nasceu era só um Grupo desportivo, depois cultural e depois o social. Quando o social apareceu tínhamos necessidade de transportes então criaram mais esse serviço. (...) E nesta altura o volume de negócio começou a ser muito grande o que acresceu as responsabilidades. Então para trabalhar legal decidiu-se fazer algumas modificações. Por exemplo a empresa dos transportes, começou a trabalhar de forma autónoma, com sócios. (...)

Todos os serviços que o Grupo precisa, temos. Por exemplo o rancho “não tem que estar aqui dentro, salta para fora”. Cria-se uma secção autónoma, uma direção. Com os desportos radicais a mesma coisa. Só a Juventude e Desporto é que ainda ficou dentro do Grupo. Inicialmente o Grupo trabalhava muito com o IPDJ, na organização de campos de férias e ATL, mas um dia é natural que deixe de fazer parte. É como o espaço Saberes e Sabores que não estava funcionar, era a sede social do Grupo, onde começaram, uma casa velha. Foi lá que começámos com o Apoio Domiciliário. Mas há 6 anos viemos para as instalações novas, então a antiga casa ficou fechada. O IEFP sabia que este espaço que existia com cozinha, fogão, com câmaras frigoríficas, etc. e Dra. Cidália Pereira pediu para vir fazer uma formação na área da agricultura biológica, compotas, licores, turismo. Ela pegou nas cerca de vinte pessoas que arranjou e meteu-as aqui. Das vinte já ficámos com cinco em contexto de trabalho. Das cinco, ficou uma, a Anália. Então vamos criar este espaço de Saberes e Sabores dentro do Grupo: este espaço tem meio ano. Como digo: agora Anália tens que trabalhar para ele, tens que dar o máximo, precisamos de inventar, de vender, de ir a feiras, precisamos de mostrar. Quem paga à Anália é o Grupo. (...) Anália temos que fazer bolachas, ensacar sal, fazer broa, etc. (...) O espaço está a ser dinamizado. Estão a fazer-se lá os licores, a broa, os enchidos, as bolachas.

E agora estamos a lançar um novo espaço que é Artes e Ofícios, que tem um mês. (convidados para a expo-casamento). Isto se correr bem, este espaço pode ser dinamizado, elas podem gostar, podem saltar fora e criar o seu próprio emprego. (...) A Cooperativa Agrícola Artes de Miro – este nome já foi criado de propósito para isto mesmo. Imaginemos que tu és artesã, e queres vender o teu produto, precisas de te coletar e pagares um dinheirão: tens que pagar à caixa, à segurança social, às finanças e se calhar aquilo que vendes não consegue fazer face às despesas. Então se fores cooperadora, inscreves-te na cooperativa. A cooperativa vende a tua “arte”, sem teres que estar coletada. Entregas na cooperativa, a cooperativa paga-te, podes vender até 10 200 euros e quem vende é a cooperativa, de forma legal, com fatura como se fosse a cooperativa a produzir, mas não quem produziu foi o cooperador.

Em relação ao Portugal Tradicional (também ainda está dentro do Grupo). Foi pensado: agora já começamos a ter os produtos então é preciso dilguá-los, pelo facebook, na imprensa, na televisão – ou seja a parte da comunicação. Então porque é que não criamos nós a nossa própria forma de divulgação? (está em quatro línguas). Inicialmente era só para autocaravanistas. Criámos o espaço Portugal Tradicional para divulgar produtos, mas achámos por bem não divulgar só os nossos produtos. Vamos divulgar os nossos e de todos

aqueles que quiserem pertencer ao Portugal Tradicional, aos produtores. Por exemplo: tu és produtora, estás em Coimbra, ou os senhores de Ceia do Pão, ou os senhores do Marujo dos enchidos, ou os senhores do queijo da Serra da Estrela, ou os vinhos do Douro. Portanto nós queremos divulgar os produtos das pessoas que queiram fazer parte do Portugal Tradicional. Queremos divulgar os produtos em todo o mundo. Criámos uma plataforma, um site, que se traduz numa aplicação possível de descarregar para o telemóvel. Por exemplo, estás aqui em Penacova – o que é que podes ir ver? Podes chegar à noite ou a um domingo e o posto de turismo estar fechado. Então, por um simples telemóvel, podes descarregar a aplicação e visitar Portugal inteiro pelo telemóvel. Podes saber onde comer, dormir, etc. Entrás na aplicação, sabes onde estás e o que podes fazer e ver nas redondezas, ver o que se produz em dado sítio, tens acesso também aos horários de funcionamento dos serviços etc. (...) Isto foi criado por nós para então funcionar a nível nacional. Temos já por exemplo Herdades Monte Redondo, Terra-chã – Rio Maior, Herdade dos Templários; Rebordosa – Penacova, Cooperativa de Miro, etc. Assim têm-se acesso às pessoas que aderem. Neste momento o descarregamento da aplicação é gratuito, mas para o ano que vem vai ser pago. Portanto as pessoas que quiserem aderir vão ter que pagar para ter acesso à aplicação que será renovável anualmente. O dinheiro reverterá para pagar à pessoa (Sónia) que está a trabalhar neste projeto. Neste momento o Portugal Tradicional ainda dá prejuízo, porque não estamos a ir buscar nada, só estamos a divulgar produtos e a angariar aderentes e porque todos os meses é preciso pagar o site para ele estar no ar. Desta forma os próprios produtores que queiram divulgar os seus produtos através desta plataforma também terão que pagar para o ano que vem. Exemplo: se tens uma empresa de chouriças, chá, etc. e queres divulgar, tens que pagar. Também a pessoa que entra em Portugal e quer ir visitar, também passará a pagar pra descarregar a aplicação e ter acesso ao que poderá visitar. E depois se a rede começar a crescer, teremos então os angariadores, para percorrer Portugal, para chegarem junto dos produtores e dizerem o que temos e o que não temos, etc. (...) A Sónia neste momento está a trabalhar e a receber, é funcionária do Grupo e ajuda também nos outros serviços por exemplo do espaço Saberes e Sabores porque obviamente que também lhe interessa divulgar estes produtos.

Portanto: No espaço Saberes Sabores trabalham duas pessoas (Elisabete e Anália) e são funcionárias do Grupo. No espaço Portugal Tradicional, trabalha uma pessoa (Sónia) que é funcionária do Grupo a tempo parcial e no espaço Artes e Ofícios, trabalham três pessoas mas que ainda não estão a receber, para já só a divulgar.

A cooperativa foi criada no sentido de ajudar as pessoas que necessitavam de escoar os seus produtos e que não eram coletadas. Precisamos de comprar os produtos a agricultores, a pequenos agricultores, a pessoas que se dedicam à agricultura só de sustento mas que tinham sempre umas batatas, cebolas, etc. a mais. Então fomos junto do instituto António Sérgio, explicámos a situação e eles explicaram todo o processo de criação da cooperativa: criam uma cooperativa, depois arranjam aderentes à cooperativa- produtores, que tem que se inscrever. Só quem está inscrito e paga uma quota é que pode fazer parte, não pode ser qualquer um, tem que se ser sócio, estar inscrito, que é para ser legal. O processo posterior (ex): tu és cooperadora, entregas os produtos à cooperativa, a cooperativa vende-os ao Grupo ou a quem quiser. Ex (2) – és agricultora, ou a tempo inteiro, ou a meio tempo ou até mesmo só na brincadeira. Habitualmente semeavas um saco de batatas para ti, mas como agora és cooperadora semeias dois sacos e vendes um e com o dinheiro do produto dá para pagar as batatas todas, acabas por comer de graça. Imaginemos que o teu vizinho do lado (Sr. Adelino) tem uma loja/um super e queria vender as tuas batatas, isso é possível, o que é, é que quem vai passar a fatura é a cooperativa. Pegas nas batatas, entregas no vizinho do lado, mas dizes à cooperativa previamente para que as batatas possam ir com a fatura. Avisas a Raquel que o Sr. Adelino quer 1000kg de batatas e que tens tanta batata que lhe vais fornecer. Desta forma pedes para que ela te passe uma fatura. Até podes negociar com o Sr. Adelino o preço das batatas. “Sr. Adelino vendo mas tem que me pagar 0,30€.” - “Tudo bem, negócio feito.” - “Olha Raquel, passa-me uma fatura de 0.30€” - A cooperativa é que vendeu, e depois tu entregas as batatas. Bom negócio para o Sr. Adelino que comprou as batatas mais baratas, porque nesta situação não existem intermediários, o contrário das grandes superfícies como por exemplo a Macro. A cooperativa tem uma base de referência – o mercado abastecedor de Coimbra que é onde os produtores à partida vão vender diretamente (já há intermediários ali no meio, mas é a nossa base de referência). “Raquel eu tenho aqui 500kg de batatas. A quanto é que ela está?” A Raquel vai verificar e diz-me “Elas hoje estão a 0,30€” – “Tão baratas. Então deixa estar vendo só para a semana.” – “Hoje estão a 0,28€” – “Ah e elas estão a começar a ganhar bicho, então pronto, vendo.” E a Raquel pode ver “Quantos kg de batatas precisa aqui a cozinha para esta semana?” – “500Kg” – “Pronto então são todas” ou são precisos 400kg, então vendo o resto no mercado. Ou são precisas 600kg, então para a semana vêm mais 100kg – ou seja depois é uma questão de se negociar internamente. Isto tudo para dizer que eu posso semear mais umas batatas e depois com o produto da venda pagar as batatas todas que consumo durante o ano. E portanto a cooperativa nasceu para ajudar assim as pessoas: pessoas desempregadas a criarem o seu próprio emprego; pessoas que estão a

trabalhar são funcionárias do Grupo e que vão para casa e vão semear umas batatas, pessoas que já tem o seu emprego mas que conseguem mais uma ajuda.

Para ser cooperador tem que pagar 10 € de quotas, só uma vez, ou seja, neste caso não existe quota anual e depois têm que depositar uma caução de 100 euros. É uma caução que quando uma pessoa desiste, leva-os. É só uma garantia para não haver vigarismos e para se poder salvaguardar algum problema que surja. Existem também pessoas com mais alguma dificuldade, a quem não dá jeito dar 100 € de uma vez. Não há problema, paga com produtos até perfazer os 100 € – hoje deixa 100 kg de batatas, para a semana deixa 50kg de cebolas, até perfazer os 100 €, a partir daí os 100 € ficam retidos e começa a receber.

A cooperativa não tem funcionários. (Para ter funcionários na cooperativa era preciso pagar um ordenado, 500 e tal euros mais caixa, mais segurança social, etc. quase 700 euros por mês. O que é que se tinha que fazer, quando dizia que as batatas ficavam a 0,30€, quando lhe fosse a pagar provavelmente só lhe pagava 0,25€, porque tinha que ter uma margem de lucro para pagar à funcionária). (A gente não tem lucro, a gente negoceia). Sendo assim a cooperativa funciona com funcionários da instituição. A Raquel por exemplo é funcionária da instituição e dá uns minutos à cooperativa, está a frente da cooperativa. Os cooperadores desta forma só são fornecedores. A cooperativa existe, recebe produtos dos 20 e tal cooperadores mas não tem funcionários. (temos a pessoa que recebe os produtos das encomendas, uma contabilista – que são voluntárias). Isto foi acertado para não explorar o produtor/cooperador, a que se ele vende as batatas a 0,30€ só vamos ganhar 1% nas batatas que é só mesmo para comprar os livros de requisições, etc. Assim a cooperativa não tem funcionários, tem voluntários, não estamos a explorar os cooperadores. Portanto o que se tenta é funcionar de forma solidária.

Apoio ao funcionamento: Eu sou o presidente e diretor executivo. – este serviço é da minha responsabilidade. É onde cai todo o dinheiro, onde está a parte da tesouraria. Ou seja é na parte onde os utentes pagam, onde chega o dinheiro da segurança social. Dentro do apoio ao funcionamento teve-se que contratar uma pessoa que é a Raquel, que é uma ecónoma, que discute preços: sabe onde está o melhor preço e discute-os. A Raquel dá uns minutos à cooperativa. Portanto ela é a ecónoma do Grupo e está a frente da cooperativa, é responsável pelas compras da cooperativa. Exemplo: Faz uma reunião com a cozinheira que é da parte social (D. Helena) para saber o que é a ementa para a semana. Por exemplo, são precisos 500kg de batatas, 80 kg de arroz, 50 kg de cebola, fruta, legumes, etc. A partir daí a Raquel depois de ter uma reunião com a cozinheira, vai ter com os produtores/cooperadores para saber o que eles têm dos produtos agrícolas. Imaginemos que a fruta esta semana é melão, laranja, bananas; mas chegou um cooperador com uvas. Cortam uma das outras frutas que

estava planeada e ficam com as uvas do cooperador. O mercado abastecedor é sempre referência base.

Jogamos com a transparência total, porque esta é a base do nosso trabalho. Quase que não precisamos de sair fora de portas para conseguir serviços, e estamos a ajudar pessoas. Vemos as necessidades que temos e tentamos criar as respostas. Não crio por criar.

Nós então temos fornecido os espaços e chamamos as pessoas para os projetos, dizemos o que queremos e a partir daí são as pessoas que desenvolvem e que fazem por eles.

Não tenho desemprego no setor feminino na aldeia em Miro. Neste momento já tenho que ir buscar aos concelhos vizinhos. Demos emprego a pessoas que nunca tinham trabalhado, nunca tinham tido um emprego.

Entrevista 2 (E2) Manuel Nogueira – Responsável pelo GSSDCR

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁴⁶⁾

Quantos associados tem o GSSDCR Miro?

798 associados.

Quantos eleitores tem Miro?

250 eleitores.

Quantas pessoas o GSSDCR Miro emprega?

52 pessoas.

Como se chegou aos serviços que o GSSDCR Miro hoje presta?

Começou-se pelo desporto. Eu morava em Coimbra e a minha aldeia não tinha nada. Vinha com os meus primos e não havia nada em Miro. Então nós criámos um clube aventura: para fazer ninhos para os passarinhos, casas nas árvores e outras coisas. Depois criámos um pequeno grupo e começámos a fazer jogos entre as localidades. Depois surgiu a oportunidade de participar numas provas de atletismo, então filiámos o Grupo em 1980, apesar de ele já existir antes, só que legalmente e oficialmente com escritura notarial só foi em 1980. E começámos a participar com o atletismo a participar em provas oficiais. Depois fomos para o futebol. Depois o grupo folclórico, para preservar usos e costumes que se vinham perdendo e porque as senhoras de Miro diziam que só havia coisas para homens e que não havia nada para mulheres. Fomos crescendo e criando o grupo dos desportos radicais e depois a seção de caça e pesca. Mais tarde, em 2000, pensámos em passar o Grupo para uma IPSS. Pedimos à Segurança Social os estatutos e fomos considerados IPSS. A seguir a Segurança Social começou-nos a alertar que nós não podíamos gastar dinheiros que vinham para o Grupo, do Estado, as participações, em coisas como o folclore, então nós autonomizámos essas secções. Passaram a ser secções autónomas, tem direção, tem estatutos, mas nunca deixámos de trabalhar todos em conjunto, sendo que todos estão sediados na sede social (...)

A primeira valência da área social foi o apoio domiciliário. (...) Atualmente dentro da nossa estrutura temos a área social (funciona no complexo social); temos os projetos e desenvolvimento (artes e ofícios, saberes e sabores, Portugal tradicional – funcionam na sede social); temos a juventude e desporto (atletismo, futebol, natação, etc. – instalações das piscinas e pavilhão municipais de Penacova) e o apoio ao funcionamento, que é uma estrutura

⁴⁶ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

que sem ela nada funciona: é a tesouraria, é a administração, são os transportes. (...) As seções autónomas também têm associados. (...) No que diz respeito ao espaço saberes e sabores encontra-se a funcionar na sede social onde inicialmente existia o SAD, era uma casa velha, restaurada. Quando construímos esta nova estrutura (o complexo) o SAD veio para aqui e a casa ficou abandonada. Fizemos uma formação com o IEFP em que ficou uma pessoa em contexto de trabalho com mais uma das nossas funcionárias que tinha vindo da serra da atalhada e é ali que elas estão a fazer os bolos, as bolachas, as compotas, os lícores, a flor de sal com ervas aromáticas. Apesar de funcionar na sede social, tínhamos que dar um nome ao espaço, e então ficou “saberes e sabores”.

O espaço artes e ofícios funciona num edifício onde também funciona o CATL, porque entre as 8h15 e as 18h15 o espaço está desocupado, então pareceu fazer sentido criar o espaço de artes e ofícios nesse mesmo espaço e levar para lá pessoas desempregadas, pessoas à procura do primeiro emprego, estudantes que acabaram os cursos e não têm emprego. A primeira atividade que já está em funcionamento é a cerâmica. Outras vão surgir como a costura, a lavandaria. Queremos que ao mesmo tempo estas pessoas vão para ali trabalhar, começam a surgir encomendas, para a pessoa criar o seu próprio posto de trabalho. Ali é a rampa de lançamento, a pessoa vai-se mostrar. Neste momento este projeto contempla meninas que saíram do 12º ano, que não tinham emprego e em Penacova não há cerâmicas, mas que a partir desta oportunidade elas próprias podem vir a arranjar o seu próprio emprego. Nós não as podemos admitir como funcionárias porque para nós era complicado, mas queremos ajudar, queremos ser a rampa de lançamento. Nós damos o espaço, damos alguma da matéria-prima, elas vendem, dão-nos uma percentagem para os custos e o resto é para elas. Porque às vezes é esta a dificuldade é não ter espaço onde funcionar. Então ali naquele espaço, entre as 8h15 e as 18h15 têm muitas horas para poder trabalhar. Elas agora só estão a ir uma vez por semana. (...) Inicialmente reuni-me com elas e disse: eu não vos posso contratar como funcionárias, mas arranjo-vos um espaço para vocês poderem começar a trabalhar se depois quiserem podem se inscrever como cooperadoras da cooperativa, fazem os trabalhos, vendem, deixam uma parte e o resto é para elas. Ou se crescerem bastante depois podem querer criar o seu próprio negócio. Elas agora não têm: vêm da escola, os pais não têm condições, precisam de comprar muflas, etc., então vão para ali. Em relação ao cozer das peças, como ainda não temos fornos, usamos a mufla da escola. E outras coisas vão lá surgir, esta é a primeira, estamos a lança-la. Elas estão só a ir uma vez por semana, mas Deus queira que aquilo corresse e passassem a ir todos os dias. Fomos a feira de São Pedro de Alva, começaram já a surgir encomendas, e agora temos uma nova montra para nos mostrar, na Expo-casamentos e

temos de saber inventar e tentar fazer. (...) Estamos a inovar, as pessoas gostam, gostam, se não gostam, tudo bem, mas também se não fizermos, não se sabe. (...) Eu costumo dizer: nós abrimos as portas, tudo transparente, depois a pessoa opta.

Entrevista 3 (E3) Manuel Nogueira – Responsável pelo GSSDCR

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁴⁷⁾

Gostaria agora que me falasse um pouco da experiência dos diversos projetos.

Em relação ao Portugal Tradicional é preciso chegar perto, angariar pessoas, por exemplo : “- Dona Maria o que é que a senhora faz? - Eu faço marmelada, o meu marido até está desempregado, eu também não tenho mais ocupação, e tenho muita fruta, e compotas. – Então não quer que nos divulguemos os seus produtos? Agora gratuitamente para as pessoas virem a sua casa e poderem ver a senhora a fazer e poderem comprar?” E assim as pessoas vão aderindo. Algumas ainda têm algum receio porque não conhecem o conceito e por isso o passa-palavra às vezes é bom. Então a ideia é essa: divulgar além das grandes produções, queremos chegar a um público que não consegue de outra forma. (...) As pessoas também podem chegar à câmara municipal, por exemplo: estou em Penacova, vou até à câmara municipal e pergunto o que é que posso ir visitar. O problema é que as próprias câmaras, por vezes, esquecem-se dos pequenos produtores. (...) Através deste projeto a nossa ideia é então chegar a quem não consegue divulgar de outra forma.

Em relação às artes e ofícios o Grupo cede a matéria-prima e o espaço e existem três situações possíveis: ou trabalhando pela cooperativa, vendem e dão-nos uma percentagem ou criamos nós uma indústria de cerâmica grande ou elas criarem o seu próprio trabalho. Nós damos o empurrão. Elas não podem dizer “não temos barro”. Eu quero é que elas trabalhem.

No espaço saberes e sabores existe a Anália e a Elisabete. A Anália estava desempregada, entretanto veio fazer uma formação, depois ficou em estágio e depois ficou a trabalhar a tempo inteiro. É funcionária do Grupo, com um projeto que é desenvolver os produtos gastronómicos. A Elisabete também é um caso social, um caso importante. Também lhe dissemos: “Beta aqui é o teu espaço, trabalha, faz coisas, aqui é que é o teu ganha-pão.” E ela esforça-se, faz os enchidos, faz a broa e quer que as coisas andem para a frente. O caso da Elisabete: era uma pessoa que estava abandonada, que estava a ser abandonada pela família, pelos pais, eu não sei se ela já fala com os pais (...) Ela morava na aldeia e deixou de morar na aldeia. Ela estava desempregada, depois nós demos-lhe oportunidade de emprego na Serra da Atalhada, para a ajudarmos, para ver se ela conseguia reaver os filhos, que conseguiu. Quando fechámos o complexo turístico da Atalhada, não a quisemos mandar embora. Quando

⁴⁷ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

viemos para aqui fácil era mandá-la embora, para nós era um alívio, era menos um ordenado, mas lá vinha outra vez o problema social, lá vinha outra vez o tribunal a tirar-lhe os filhos, lá vinha outra vez falarem mal dela e assim tentámos ajuda-la. Os filhos tinham sido entregues a uma tia, a uma irmã dela, se não tinham que ir para uma instituição. O marido estava preso. Quando o espaço da serra da atalhada fechou, viemos para aqui e abrimos o espaço que estava fechado na sede, só lá funcionava o rancho, a caça e pesca, os desportos radicais, o Portugal Tradicional e a cozinha estava completamente fechada e então nós dissemos a Elisabete: “vais para ali e ali é que vais dar início ao teu espaço. Fazes a broa, os enchidos, isto em maio de 2014 e entretanto veio a Anália em outubro de 2014”.

Entrevista 4 (E4) Manuel Nogueira – Responsável pelo GSSDCR

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁴⁸⁾

Quem é Manuel Nogueira? Qual o percurso que traçou desde a infância até à construção do GSSDCR MIRO?

Chamo-me Manuel Cunha Pinheiro Nogueira e nasci no dia 3 de Agosto de 1958, apesar do meu pai me ter registado, como tendo nascido na freguesia de Friúmes, concelho de Penacova, verdadeiramente, nasci em casa, no lugar da Adémia, freguesia de Trouxemil, no concelho de Coimbra, segundo a minha mãe, num dia quente, talvez o dia mais quente daquele ano, por esse facto, quem sabe, o Inverno seja para mim a época do ano que mais aprecio.

Aos fins-de-semana deslocava-me para Miro, aldeia de nascimento dos meus pais, com o intuito de cultivarmos as terras, (...) se num desses fins-de-semana chovesse e fizesse muito frio, era aquilo que mais pedia a Deus, trocava esse dia por um belo passeio, preferia ficar junto à lareira ou na cama ouvindo a chuva a cair, enrolado no quentinho dos lençóis, adorava. Comecei a trabalhar muito cedo, isto era habitual no meu tempo, os pais obrigavam-nos a trabalhar muito cedo. Comecei a ter contacto com a realidade e outros jovens da minha aldeia também, que diziam que antes de irem para a escola tinham que ir apanhar pasto para os animais. (...) Eu tinha que ir trabalhar para ajudar então os meus pais. Já se sabe que antigamente aprender a ler e a escrever não era o mais importante, era preferível enviar os jovens a trabalhar de sol a sol com uma enxada na mão, a lidar com os bois, a arcar muitas das vezes com os trabalhos mais pesados e exigentes da lavoura. Para muitos pais, ficar em casa em vez de irem à escola (talvez devido ao isolamento a que estavam votados, por terem nascido numa aldeia do interior, sem possibilidade de terem outra profissão) fazia com que os jovens fossem explorados pelos próprios pais, sendo-lhes entregues os trabalhos mais pesados dos campos, sem receberem qualquer remuneração, nem mesmo qualquer reconhecimento por parte dos pais.

Também se ouvia dizer que as mulheres não precisavam de saber ler e escrever, porque o lugar delas era ficar em casa. (...) Os pais achavam que aprender a ler e a escrever não era importante para as suas filhas, era mais importante saberem fazer as lides de casa: o arrumar da casa, tratar das roupas, preparar as refeições e tratar dos irmãos mais novos.

⁴⁸ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

Eu tenho dito e considero-me verdadeiramente lisonjeado pelo facto dos meus pais me terem dado a oportunidade de estudar, como morava em Coimbra, não estava na aldeia, era um pouco diferente. (...) Por vezes sentia pena, quando falava com jovens da minha idade, quando vinha aos fins-de-semana e via neles uma grande tristeza por não poderem aprender a ler e a escrever, e eu por não poder ajudar para inverter a situação. Ouvia-os mas não tinha meio de os ajudar.

Eu e a minha irmã estudámos, porque os meus pais pensavam de maneira diferente, queriam que nós estudássemos, mas paralelamente aos estudos, tínhamos que trabalhar, isso era taxativo, para os ajudar. Entrei para Escola Primária de S. Bartolomeu de Coimbra, em outubro de 1965, eu já tinha 7 anos feitos. A escola era perto da minha casa, bem no centro da cidade (...) e ia e vinha sempre a pé. A minha mãe acompanhou-me à escola nos primeiros dias. Quando regressava, eu ficava a chorar, sentia-me triste, preferia ter ficado em casa a brincar com a minha irmã e as minhas primas mas, ao mesmo tempo, também tinha uma grande vontade de aprender a ler e a escrever. Dos anos que passei na escola desde a primária ao secundário, recordo-me de ter em mente o desejo de frequentar a Universidade, era um sonho, de como qualquer jovem seguir o curso superior.

Eu queria seguir um curso superior, mas, num país onde, na altura, uma percentagem muito grande da população não tinha essa possibilidade. A oportunidade de ingressar no ensino superior era uma utopia para muitas camadas e grupos sociais, em especial para as classes mais desfavorecidas, uma vez que estas eram sem dúvida, as mais injustiçadas em todo o processo social e educativo.

Este objectivo além de meu, também era dos meus pais que não tiveram a oportunidade. (...) Eles sempre se preocuparam em o ressaltar, e de nos transmitir, a mim e à minha irmã, a importância de estudarmos, para sermos diferentes do tempo que eles andaram na escola.

Depois de receber todos estes ensinamentos dos meus pais, da vida árdua que levaram, eu, com o passar dos anos, fui enfrentando as dificuldades práticas da vida estudantil, lutando com todas as forças, para conseguir conciliar os estudos com o trabalho diário, de ajudar os meus pais na distribuição de pão porta-a-porta pela cidade. Que me lembre teria uns oito anos de idade, quando comecei a acompanhar a minha mãe nesse trabalho. Tinha que me levantar todos os dias por volta das 06:00 horas da manhã, e depois de percorrer alguns quilómetros com o saco de pão às costas, só chegava a casa por volta do meio-dia. Tinha dias em que chegava a casa cansadíssimo e no inverno todo encharcado e cheio de frio. Com a agravante, depois de todo este trabalho, chegava a casa e tinha os trabalhos escolares para fazer, tinha que estudar para manter a matéria dada em dia, mas o cansaço era tanto, que a vontade para

estudar não era nenhuma. Eu queria era deitar-me e dormir tudo aquilo que não tinha dormido durante a manhã (...) A minha mãe preparava o almoço e depois de comer ia para a escola, só tinha aulas da parte da tarde (...) sorte para os meus pais, porque assim antes de ir para a escola, tinha que trabalhar para ajudar a família. Era assim a minha rotina diária.

Entrei na Escola Técnica Avelar Brotero, para o Curso Geral de Artes Visuais e aqui pude perceber através do meu desempenho escolar, que tinha capacidade para ir longe nos estudos. Mas também tinha a consciência, de que esse meu desejo ia ter muitos entraves, primeiro, porque além de ter de trabalhar para ajudar meus pais, o curso que eu queria prosseguir (Belas Artes ou Arquitectura) só existia na Escola de Belas Artes do Porto. Fui prosseguindo os estudos, com todas estas dificuldades, mas, como previsto, os meus desejos de poder vir a frequentar a Escola de Belas Artes, não tiveram sequência, pois os meus pais não possuíam os meios suficientes para isso.

Eu gostava de ter muitas coisas, algumas importantes, outras como mero simbolismo, mas rapidamente caía na realidade, sabia que não era possível, os meus pais não tinham meios para me dar tudo o que eu queria, teria de ser eu a lutar para conseguir aquilo que mais desejava.

Hoje poder-me-ia estar aqui a lamentar, quanto ao meu percurso de vida, desde que entrei para a escola até aos dias de hoje, talvez tivesse muitas coisas a reclamar sobre terceiros, mas o caminho que acabei por escolher, foi para mim o caminho certo, e, se não tivesse trilhado este caminho, hoje não sei se gostaria que tivesse sido outro. Sei que existem muitas formas de retribuir alguns tipos de trabalho, entre eles, o trabalho através da amizade, do respeito e da dedicação. Desde muito novo, tive a oportunidade de trabalhar com os jovens na prática do atletismo, do futebol, do karaté, como membro efetivo nas mais diversas organizações, tais como a associação de estudantes da Escola Brotero, como delegado de turma, no associativismo, na organização de Campos de Férias, Campos de Trabalho e Ocupação de Tempos Livres, mais tarde como membro comissão fabriqueira da Igreja; da Junta de Freguesia de Friúmes e da Assembleia Municipal de Penacova.

Sei das minhas competências, fui-as adquirindo ao longo da vida, e isso faz-me acreditar nas minhas capacidades. Por tudo isto, hoje sinto-me realizado como ser humano, mesmo sentindo alguma desilusão pelo facto dos meus pais não me terem podido dar aquilo que eu mais gostava, não posso deixar de realçar alguns dos seus ensinamentos, esses que, durante a minha formação, procuraram apresentar-me os valores espirituais da vida e das coisas, acabaram por me orientar, guiar-me e dar-me forças para que eu, com a minha vontade, o meu crer e os conhecimentos adquiridos, atingir um dos meus grandes objectivos, que é o de trabalhar ajudando o próximo.

Ontem como hoje, as dificuldades financeiras foram e são, um grande obstáculo na vida de muitos para a realização dos seus sonhos, sejam eles pessoais ou sociais, mas creio que existem muitas alternativas para superar essas dificuldades e tirarmos algumas ilações importantes. Neste sentido, a minha experiência de vida, desde que abandonei a escola, passando pela minha entrada nos CTT, mais tarde PT, para exercer a minha profissão de técnico de telecomunicações e televisão por cabo, até ao meu trabalho social e comunitário, foram dificuldades muito significativas, mas que aprendi superar conforme se me iam deparando, e hoje, positivas ou negativas, as apostas que fui fazendo, depois de deixar a escola, tiveram uma grande implicação, e que é geralmente reconhecida por todos.

A vida ensinou-me, a saber superar as dificuldades e a lutar com persistência e assim, com o tempo, sem recursos financeiros, mas com massa humana e o acreditar de algumas pessoas, que é o mais importante, consegui trazer para junto de mim, além da minha família, irmã e primos, jovens e menos jovens que acreditavam nas minhas potencialidades organizativas, e que deram origem, na aldeia dos meus pais, a um património, hoje reconhecido por todos - o Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro.

Estávamos nos anos 70, quando eu, a minha irmã e os meus primos, todos residentes na cidade de Coimbra, fãs e leitores dos livros de aventura chamados “os cinco” e “os sete”, resolvemos criar um grupo aventura, para aos fins-de-semana quando nos deslocávamos para Miro, podermos inovar, construíamos casinhas de madeira e folhas, construíamos ninhos para os passarinhos, construíamos e fazíamos corridas de carros de rolamentos, fazíamos caminhadas, etc.

O Grupo de Miro apareceu oficialmente pela primeira vez, num torneio de futebol 5 organizado pelos jovens residentes na baixa da cidade de Coimbra, estávamos no ano de 1976, outros se seguiram, em Penacova, além de fazermos jogos particulares entre as localidades, participámos nos torneios, realizados no campo da antiga escola primária do Largo Dona Amélia, levados a cabo pelos Bombeiros Voluntários de Penacova, para angariação de fundos.

A partir daqui não mais parou, e eu, juntamente com alguns jovens do lugar de Miro, escriturámos o Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro notarialmente no dia 20 de Agosto de 1980.

Desde a fundação, as atividades no seio do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, começaram por abranger várias manifestações de carácter desportivo, participando em torneios, mais tarde também na vertente cultural e recreativa, designadamente, na dança e pequenas peças de teatro, com o apoio de várias instâncias, como

foram a Câmara Municipal de Penacova, FAOJ (hoje IPJ) e a FNAT (hoje INATEL) abrangendo um leque de atividades que acabaram por extravasar o âmbito local, acabando por alargar-se a toda a população do concelho de Penacova, nomeadamente com a criação do Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”. Este grupo tem desenvolvido a sua atividade nas localidades do concelho e ao longo do país e ilhas, contribuindo para um intercâmbio cultural e recreativo que tem dignificado essencialmente o concelho de Penacova. O Grupo teve desde sempre em funcionamento uma Escola de Música, aberta a toda a população e em colaboração com a Junta de Freguesia de Friúmes.

Mais tarde, com o apoio do Instituto Português da Juventude, passou a organizar campos de férias, destinados a crianças entre os seis e os dezasseis anos. Estes campos realizam-se nos períodos das férias da Páscoa, nos meses de verão, e no Natal, abrangendo atividades recreativas, culturais e desportivas. Está ainda em funcionamento a atividade de caça e pescas, desportos radicais e escoteiros.

Em 2000, inscrevemos o Grupo na Segurança Social, notarialmente passou a designar-se por Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, a ser reconhecido como Instituição de Utilidade Pública e Instituição Particular de Solidariedade Social, com o objectivo de, além de continuar a desenvolver e a promover atividades desportivas, culturais e recreativas dos seus associados e da população em geral, passar a eleger como alvo prioritário da sua ação, a família e a comunidade, tendo como princípio essencial a organização de respostas integradas, face às necessidades das populações.

Assim, desde Janeiro de 2002 até aos dias de hoje temos sabido dar uma resposta social, cuja metodologia de intervenção tem assentado, essencialmente, em princípios-chave de orientação e funcionamento, tornando-se um verdadeiro pólo de desenvolvimento para o concelho de Penacova. As ideias força da sua dinamização são: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e na invalidez, e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações; promoção desportiva, cultural e recreativa de todos os seus associados e da população em geral.

Perante tanta diversidade de ações, rapidamente a instituição passou a ser reconhecida por outras instâncias, nomeadamente no concelho de Penacova, como agente dinamizador, onde a participação das pessoas, das famílias e grupos sociais, passaram a ser factor de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania.

Cada vez mais, o GSSDCR Miro, devido ao facto de apresentar um leque de atividades e respostas sociais diversificadas, tem pautado a sua atuação mais virado para o exterior de acordo com as expectativas sociais e uma coordenação adequada entre os vários parceiros, nomeadamente no que diz respeito à informação, animação, conhecimento, apoio, responsabilização e ação, promovendo assim, novas formas de solidariedade entre todos.

Quando há mais de três décadas decidi criar esta instituição, que valorizasse e ocupasse de forma saudável as pessoas do lugar de Miro, estava longe de pensar que a mesma se transformaria no principal motor de desenvolvimento, não só do lugar de Miro, mas também de todo o concelho de Penacova. E estamos a falar de uma localidade, que não sendo nem sequer sede de freguesia, é das mais pequenas do concelho de Penacova. O GSSDCR Miro não apoia apenas pessoas do concelho de Penacova, mas também pessoas dos concelhos limítrofes, onde mais de 40% se encontram em regime de internato. Para ter uma noção da dimensão e da importância desta instituição, para um orçamento aproximado de um milhão de euros/ano, emprega 52 funcionários, e tem 44 utentes em valência de lar; 30 utentes em valência de apoio domiciliário, 25 utentes em centro de dia, e 12 crianças na valência de creche, um restaurante, um bar e uma empresa de transportes ocasionais de passageiros e uma cooperativa agrícola.

Mas à diversidade das valências sociais, devemos juntar as outras secções autónomas, destaco o Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”; a Associação para Atividades de Lazer e Desportos Radicais; a Associação dos Amigos da Caça e Pesca; o Grupo de Escoteiros; a Cooperativa “Produtos da Nossa Aldeia” Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes e mais recentemente a G.S.S.D.C.R.M. Transportes de Passageiros. Quase que não precisamos de ir ao exterior, o dinheiro fica quase aqui todo.

O nosso principal objectivo sempre foi investir nas pessoas e desenvolver o lugar de Miro, apostar nas pessoas da terra (algumas tiveram o seu primeiro emprego depois da construção do Complexo Social, pessoas com 50 anos quase, que nunca tinham trabalhado, que vieram da agricultura para aqui). Se queríamos uma instituição que desse resposta aos problemas de carácter social das pessoas, e onde essas pessoas se sentissem bem, era fundamental para a sua dignidade, sentirem que tinham trabalho e que eram remunerados pelo que faziam. E quando apostámos na ideia, de darmos oportunidade de emprego às pessoas da terra, que iam ter aqui o seu primeiro emprego, tínhamos na ideia de apostar nas pessoas que pudessem vir a ser úteis à sociedade, e que pudessem viver melhor o dia de amanhã.

Além das áreas já aqui descritas, continuamos a apostar na área do turismo, através do Complexo Turístico da serra da Atalhada.

Desde muito novo, comecei a dedicar um pouco de mim em prol do bem-estar das pessoas, hoje já faz parte da minha vida, e tornou-se mais evidente à medida que fui crescendo e que comecei a ter contactos com a realidade.

Reconheço que mesmo não tendo cursado um curso superior, tenho conhecimentos e bases para dizer que criei uma instituição cuja dinâmica constante é dar e receber, desde sorrisos, ideias, bens, serviços e tantas outras coisas.

Para mim, todos os saberes são importantes, seja o popular, o científico, ou a sabedoria dos mais velhos, e não precisamos de ter passado pela universidade para adquirirmos os conhecimentos necessários para desenvolvermos um projeto daquilo que mais gostamos: podemos fazê-lo no nosso quotidiano, em casa, no trabalho, numa conversa com uma criança ou com um louco, com os amigos, nas bibliotecas, nos ensinamentos dos mais velhos, plantando uma flor, lendo um bom livro, contando uma história, uma piada, ouvindo uma boa música, viajando, criando, sonhando, etc.

Mas não se iludam, pois afinal sou um homem comum, com pensamentos comuns e vivi uma vida comum. Sei que tenho monumentos em que as pessoas pelo trabalho que tenho desenvolvido, pela transformação profunda que consegui fazer no lugar de Miro a nível de serviços, de equipamentos, e dos cerca de 52 postos de trabalho que criei, me admiram se dedicam a mim e ao meu nome. Mas também sei que em breve, não sei quando, talvez quando morrer, talvez quando, por doença ou velhice deixar de dedicar a estas causas, tudo será esquecido, as pessoas deixam de me admirar, esquecem-se do meu nome, outros nunca me hão-de conhecer.

Entrevista 5 (E5) Manuel Nogueira – Responsável pelo GSSDCR

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁴⁹⁾

Qual o caminho percorrido? Que influências que teve?

Miro, localiza-se no extremo sudeste do concelho de Penacova, na margem esquerda do rio Alva e do rio Mondego, nós temos dois rios a banharem-nos os pés e dista pouco mais de 500m da foz do rio Alva, e estamos a cerca de 7km da sede do concelho, (Penacova) e a 30km de Coimbra, e um dos grandes privilégios que nós temos é termos um nó de acesso ao IP3.

Como te disse, Miro foi a terra que viu nascer os meus pais. É uma pequena povoação, a maior povoação da Freguesia de Friúmes. Conta com pouco mais de 110 fogos habitáveis e cerca de 250 eleitores, num registo de, pouco mais de 600/700, distribuídos pelos restantes 8 lugares da freguesia.

Sinto que Miro é uma terra de invulgar beleza, é linda, como disse tem com os rios Alva e Mondego aos pés. A 3 km tem o cume da serra da Atalhada, onde estava o complexo turístico da serra da atalhada com os moinhos de vento (ainda existem 23) que outrora serviram para a moagem dos cereais. Hoje já não há mais moagem de cereais, os mesmos foram reedificados e transformados para funcionarem em turismo no espaço rural. Nós tivemos lá durante 7 anos, até abril de 2014, mas por divergências com a câmara, não continuámos, foi pena.

Uma das coisas que eu me preocupo é em depositar todas as minhas esperanças em sangue novo para que possam, com as suas ideias inovadoras, continuar a combater a interioridade e a inverter o marasmo em que se encontram algumas coletividades do concelho. Nós somos o exemplo para muitas: começámos pequeninos e nunca parámos e hoje somos a instituição que somos. E portanto eu sou muito apologista que se traga sangue novo, se tragam jovens, ideias novas, para que estas associações que estão aí paradas consigam sair do marasmo. Sei que o país atravessa alguma crise e dou comigo muitas vezes a pensar se o concelho de Penacova não será o futuro de muitos daqueles que o abandonaram à procura de melhor qualidade de serviços e de emprego. Mas sinto que viver no campo nos dias de hoje, é uma opção que começa a ser bastante ponderada por aqueles que procuram melhor qualidade de vida.

No meio onde nasci, mas no meio onde cresci, (Coimbra), ou onde passava os meus fins-de-semana e férias, (Miro), tiveram em mim grande influência. Naquela época, o local onde

⁴⁹ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

morava deu-me excelentes contribuições nos domínios das artes plásticas, do desporto, da cultura e da tecnologia, que influenciaram em mim uma evolução intelectual nestes domínios. (...) Nas artes plásticas, fui um frequentador assíduo dos círculos das artes plásticas Conimbricenses, trabalhava junto do Mestre das Artes, o padre Monsenhor Nunes Pereira, na Escola Brotero, na ARCA e o Circulo das Artes Plásticas. Cheguei a fazer uma exposição de Pintura na sala de Exposições do posto de Turismo de Coimbra, no largo da Portagem. No desporto, fui atleta da AAC, nas modalidades de atletismo e karaté e tirei o curso de treinador de Futsal, níveis I e II. A nível cultural, participei em atividades culturais levadas a cabo pela FNAT e FAOJ. O lugar de Miro também foi muito importante na minha vida porque esta localidade ficava próximo da Serra da Atalhada, onde existiam os tais moinhos de vento, cercados por majestosas paisagens, muito verdejantes, que serviam de pasto a rebanhos o que incutiu em mim um importante gosto pela natureza, eu sou um defensor nato da natureza, até tinha uma ideia na serra da atalhada que era revivermos essa tradição e colocarmos lá um rebanho para pastagens e para prevenção aos fogos, mas foi um projeto que a câmara não quis agarrar e eu entretanto abandonei-o também. A minha atenção a dividir-se entre essa natureza maravilhosa e a importância da agricultura de sobrevivência, quando vinha para Miro era para isto, para admirar o que de bom tínhamos aqui em volta e fazer um pouco de agricultura para ajudar os meus pais.

Em Outubro de 1970, entrei para o Ciclo Preparatório Eugénio de Castro, uma escola nova a estrear, e depois mudou de nome para Silva Gaio, nome que ainda hoje mantém, já lá vão quase 50 anos, só mudou de instalações, que eram construídas em pavilhões pré-fabricados. A escola localiza-se junto ao estádio Universitário, em Santa Clara, na margem esquerda do rio Mondego e aqui começou uma nova trajetória na minha vida de estudante, agora tinha que caminhar mais ou menos dois quilómetros, já tinha que ultrapassar a ponte de Santa Clara para chegar à escola. Lembro-me de naquele tempo ainda de alguns dos meus colegas e das dificuldades que tinham para chegar à escola, alguns vinham de bastante longe a pé ou de bicicleta, não é como hoje. Recordo com saudades de algumas travessuras e as aventuras porque passei, enquanto estudante naquela escola. Tenho alguns episódios que guardo na minha memória.

Eu gostava muito da mestria das artes. O desenho ao longo dos anos foi para mim uma das melhores disciplinas, os professores, eu lembro-me, ainda no Ciclo Preparatório diziam que eu tinha uma grande apetência para as artes e que, se eu tivesse essa possibilidade, seguisse o curso de Belas Artes, mas como disse atrás, reconhecia que os meus pais não tinham essas possibilidades. Ainda no ciclo preparatório, um dia fui representar a escola numa prova de

corta mato distrital, nuns terrenos onde hoje é o chamado Bairro dos Enfermeiros, ao fundo da Avenida Elísio de Moura, em Coimbra e fiquei em segundo lugar, atrás do Victor Trindade que representava a Escola Eugénio de Castro. Foi a partir daquele dia que eu passei a praticar atletismo porque o meu professor de educação física, o professor Rui Costa (atleta da Académica), vendo a prova que tínhamos feito, não nos largou mais. Foi falar com os nossos pais e acabou por nos levar para a Associação Académica de Coimbra. Foi assim que dei os primeiros passos no Atletismo Federado, tinha 13 anos de idade e foi modalidade porque me apaixonei e que pratiquei até aos meus 22 anos, com altos e baixos porque lá está eu tinha que conciliar o trabalho, com os estudos e o atletismo à noite e isto às vezes não dava, e aos fins de semana tinha que vir para aldeia, não podia participar em provas.

Uma coisa que tenho orgulho é ter representado a Associação Académica de Coimbra é um clube por quem tenho um laço muito forte e afetivo e fui um privilegiado por ter tido como treinador o professor Pompílio Ferreira, um autêntico sábio do atletismo. (...) Terminei no clube do meu coração, o GSSDCR Miro. (...) Envergar uma camisola da Associação Académica de Coimbra, clube com muitos pergaminhos e considerado naquela época, um dos grandes a nível nacional, mesmo que fosse no atletismo, para muitos era um sonho representar a Académica. Os treinos realizavam-se no estádio universitário de Coimbra, onde treinavam grandes nomes do atletismo nacional, como o Aniceto Simões, Conceição Moura, Zé Carvalho, (mais tarde atletas do Sporting Clube de Portugal), o Joaquim Carvalho (mais tarde atleta do Benfica), e o Zé Marques da Académica (hoje professor do Agrupamento de Escolas de Penacova), entre muitos outros. Naquele tempo, o ambiente em torno da equipa de atletismo da Académica era muito agradável. A relação entre os dirigentes, os treinadores e atletas era franca e aberta, todos tínhamos a ambição de chegar longe. (...) Interrompi a prática do atletismo quando fui para a Brotero, mas depois pratiquei-a no Grupo de Miro e depois em 1980 fui para a tropa e aí é que acabou o atletismo de vez.

Em 1977, por influência de alguns amigos, estudantes da Escola Brotero, entusiasmei-me e fui praticar karaté também na Associação Académica de Coimbra, por ser uma modalidade diferente, o karaté era uma modalidade exigente, de concentração, disciplina. Só lá estive três anos mas gostei muito.

Em 1974, em pleno 25 de abril fui para a Escola Técnica Avelar Brotero, era o meu sonho e o sonho de muitos jovens da minha idade porque era uma escola de referência, de onde saiam grandes mestres era uma escola profissional. Também tinha o seu ponto negativo, porque muitos diziam que os alunos que a frequentavam eram portadores de muitos vícios, em especial do vício do tabaco. (...) Aqui iniciei o curso Geral de Artes Visuais. Durante os cinco

anos que frequentei a escola Brotero, passei pela associação de estudantes, dois mandatos, um como membro efetivo e outro como presidente. Enquanto membro efetivo da AE, a minha primeira modalidade desportiva que criei foi uma secção de atletismo, depois uma secção de futebol 5, uma secção de xadrez e uma secção de filatelia. Fui enquanto membro da AE um dinamizador nato da associação. Perante o conselho Diretivo da Escola, fui considerado um líder na organização e participação em projetos que envolviam toda a comunidade escolar e porque, para além da participação dos estudantes nas atividades físicas, consegui num trabalho de parceria com a direção da escola, criar um conjunto de outras atividades, com o único objetivo de oferecer atividades multidisciplinares aos alunos, nas mais diversas áreas.

Desenvolvi atividades, lancei a dança, o teatro, e o espaço envolvente da escola (matos e lixos). As AE eram diferentes, eram ativas. Também desenvolvemos a secção de rádio. Não era fácil a implementação destes projetos na escola Brotero, principalmente quando os alunos eram novos, acabados de chegar à escola e quando uma Associação de Estudantes nada lhes diz, ou ainda quando os alunos estão habituados, ou não, a quer partilhar na realização de trabalhos em grupo. Há que os envolver, explicar, o que é uma AE. Organizei torneios de futebol 5 que eram benéficos para fortalecer os laços de amizade e companheirismo entre os alunos (desde os mais novos que chegavam pela primeira vez à escola até aos mais velhos que estavam de saída). Os torneios promoviam uma maior interação quando eram realizados num trabalho de grupo em que todos participaram. Posso afirmar que gradualmente os alunos iam cooperando, mostrando que há uma responsabilidade acrescida de todos na vida da escola e, os objetivos e atividades que me propunha realizar eram concretizados, independentemente dos obstáculos e situações mais difíceis, com a minha perspicácia as coisas aconteciam facilmente. Posso dizer que também era chamado por várias organizações para fazer parte das suas iniciativas. Alguns dos meus colegas levaram-me e quiseram apresentaram-me a líderes políticos, na altura estávamos em 1977 talvez, (lembro o Dr. Manuel Pereira), comecei a participar nas suas organizações, e quando dei por mim, estava filiado na JSD, a partir daqui fiz parte da Comissão Política Distrital durante alguns anos e assumi a Comissão Política Concelhia de Penacova até 1988, ano em que fiz os 30 anos de idade. Fui presidente da comissão política de Penacova durante 8 anos.

O início da minha vida militar: em finais do mês de setembro de 1979, por altura das vindimas, eu estava em Miro, quando a GNR, irrompe pela porta da casa dos meus pais, para me levar para a tropa, isto porque eu tinha faltado à chamada para ir cumprir o serviço militar obrigatório. Nem consigo descrever a minha aflição e a dos meus pais, não havia explicação para isto estar a acontecer comigo, mas aconteceu. Fui com a GNR à Câmara Municipal ver

os editais das incorporações e o meu nome não fazia parte destes editais. Fomos ter com o Sr. Vice-presidente da câmara para lhe pedir explicações para o sucedido e não é que este descobre numa das gavetas da sua secretária o edital por afixar com a indicação do meu nome, para me apresentar na Base Aérea em Tancos, nos primeiros dias de setembro. Passam-me logo uma guia de marcha, naquele dia, lá fui eu fazer as malas à pressa e no outro dia logo de manhã estar na Base Aérea nº 3, em Tancos. Tarde demais, após chegado a Tancos, já não podia incorporar a recruta, por que era considerado refratário (desertor na lides militares) e só poderia vir em janeiro de 1980. E assim lá foi, no dia 2 janeiro de 1980, lá vou eu com destino a Tancos, para cumprir o serviço militar obrigatório, durante dois anos. Dois anos de vida militar é muito tempo para uma pessoa que queira estudar, que queira seguir uma vida.

Em Tancos, depois da recruta, especializo-me em amanuense e em maio, sou colocado na repartição de vencimentos da força aérea, na rua Pedro Monteiro em Lisboa, por trás da maternidade Alfredo da Costa e fiquei adido ao Paço do Lumiar.

Já lá vão 30 anos, que me casei no dia 6 de setembro de 1981, e é a mãe do meu filho, e com quem vivo até aos dias de hoje. Eu estou a gerir os destinos do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro, e a minha esposa é motorista aqui da instituição. Eu trabalhava na PT e depois saí da PT e vim gerir os destinos; ela tinha uma loja em Coimbra e fechou a loja e veio para aqui para ao pé de mim, como motorista.

Considero-me uma pessoa criativa, tenho iniciativas para melhorar a minha qualidade de vida e a da minha família. E quando digo qualidade de vida, não me estou a referir à qualidade de vida na alimentação, qualidade de vida na prática desportiva, ou seja na saúde física, estou também a referir-me à saúde mental. Devemos orientar a nossa vida para passearmos, conhecer novos locais (este ano estive no Brasil, há dois anos no Egito, há quatro em Cabo Verde), gosto de conhecer novas pessoas, descobrir o que de melhor há neste mundo que nos rodeia, quer seja interna, quer seja externamente acho que a criatividade dá-nos a possibilidade de contribuir socialmente para um mundo melhor, mundo que está a sofrer constantes transformações, e se não acompanharmos essas transformações, se cairmos no marasmo, à espera que as coisas aconteçam e que caiam do céu, não estamos a ajudar para termos uma melhor qualidade de vida. Temos por exemplo de saber criar novos produtos, novos serviços, com isto estamos a ajudar a criar novos empregos e a contribuir para a nossa sobrevivência e da nossa família.

Eu costumo dizer que estou sempre a inovar e a tomar estas iniciativas, só assim consigo estar bem comigo mesmo. Eu gosto de pintar, de escrever, de ler, de estar na internet, de passear, de tomar café com os amigos, mas não deixo de organizar uma visita ou um passeio de fim-

de-semana, apreciar as paisagens, pensar na vida e ver pessoas. Dizem que tenho muita criatividade pessoal. Eu digo que todos nós somos criativos, uns mais que outros, mas que a maior barreira que as pessoas têm quando lhe pedem para criarem ou para inovarem é a sua forma de pensar, a sua mentalidade e depois percebemos que a iniciativa e a criação dependem exclusivamente de nossa predisposição. As pessoas têm ideias e se as têm, têm que tentar por em prática. E depois se dá, dá, se não dá, para-se, mas pelo menos faz-se alguma coisa.

Uma das coisas que me preocupo e que registo é tudo aquilo que compro e o que gostava de comprar. Na minha opinião, é muito importante registar as minhas despesas diárias. Eu registo tudo. Se adquiro um jornal, um livro ou tomo uma bebida, nas ida ao supermercado, no pagamento do pão à padaria. Como se costuma dizer e até está agora em voga: as pessoas gastam mais que aquilo que recebem e assim acho que as pessoas vão ter pouco tempo de estabilidade, porque é impossível. Uma das minhas exigências enquanto cidadão trabalhador e pai de família é gerir o meu orçamento mensal, acautelando sempre um eventual imprevisto. Posso dizer que minha situação financeira, no dever e haver de uma gestão orçamental familiar rigorosa e devia ser para qualquer cidadão comum. Vou sempre ao encontro das necessidades do meu agregado familiar, das chamadas despesas obrigatórias, como é o caso da alimentação, do vestir, dos combustíveis, dos seguros, da manutenção do carro, da água, da luz, do gás, e da internet.

Quando fui para a PT: No dia 2 de Janeiro de 1982 (esta data nunca esqueço, porque foi o ano em que nasceu o meu filho), iniciei o meu estágio de admissão como eletrotécnico de telecomunicações nos Correios Telefones e Telecomunicações. Posso dizer que a minha presença neste estágio de admissão, não foi nenhum mar de rosas, eu diria antes foi um mar de espinhos e algumas lágrimas, isto porque ao longo da minha vida de estudante, sempre estudei artes, e agora ia ingressar numa área totalmente diferente, à base de eletricidade e eletrónica. Mas lá está como sou teimoso e muito persistente, lutei com todas as forças e o resultado final foi positivo. Depois do estágio fui colocado no sector de telecomunicações de Arganil, desenvolvi várias atividades: reparação de telefones na casa dos clientes: reparação de telefones simples; reparação de telefones simples + 1; nas empresas: centrais telefónicas; mesa de ensaios: apoiava os técnicos que andavam na rua a reparar telefones; e recebia avarias dos assinantes. (...) Depois fui especializado em técnico de exteriores de telecomunicações. O técnico de exteriores de telecomunicações tinha como função ligar e reparar todos os cabos de telecomunicações entre as centrais de telecomunicações e as caixas

de distribuição espalhadas pelas localidades. Também reparei cabos regionais, que interligarem estações automáticas entre localidades, cabos urbanos dentro das localidades. Depois, com o passar do tempo, ainda tirei as seguintes especialidades. Na Portugal Telecom, tirei várias especialidades: cabos urbanos e cabos regionais; cabos de fibra óptica; fiscal de telecomunicações; e aceitação de redes. Na TV Cabo Portugal tirei o curso de técnico de instalação e manutenção. Enquanto técnico de telecomunicações, tínhamos que ter alguns cuidados. Cuidados que, se não os tivéssemos, podíamos pôr em perigo toda uma área ou uma região. (...) Uma das coisas que eu sempre me preocupei, fazer ver os colegas de trabalho que deveríamos cumprir com todas as regras de segurança enquanto trabalhávamos, quer fosse individualmente ou em equipa, não só estava em causa a segurança das instalações onde trabalhávamos, mas de toda a equipa de trabalho. (...) Sempre primei, por ter boas condições de trabalho. Nas empresas onde prestei serviço, a higiene e segurança, eram muito mais exigentes, não tanto pelos equipamentos com que trabalhávamos, mas pelos materiais e produtos perigosos que manuseávamos. Por esse facto, sempre que manuseava produtos de limpeza ou materiais ou equipamentos eu lia e relia as normas de segurança e a rotulagem dos mesmos. (...) Talvez por isso, nunca tivesse contraído qualquer doença profissional, ao contrário de muitos dos meus colegas, que acidentalmente contraíam doenças e algumas com gravidade. A ética profissional para mim era muito importante. Algumas vezes manifestei essa minha preocupação junto de outros colegas que comigo faziam equipa, fazendo-lhes ver que enquanto trabalhadores da PT, tínhamos regras de conduta, no desempenho das nossas atividades, tínhamos que nos saber relacionar com os clientes, segundo nos era imposto pela empresa, (o cliente tem sempre razão), com os demais colegas e com os trabalhadores das outras empresas prestadoras de serviços. (...) A ética profissional existe praticamente em todas as profissões e dá-nos orientações, diretrizes e um conjunto de princípios junto da nossa entidade patronal, como por exemplo: a honestidade, lealdade, o profissionalismo, cooperarmos com terceiros com outras empresas, o respeito pelo próximo, respeito pelas hierarquias e o segredo profissional. (...) O tratamento que tinha para com os restantes colegas era cordial, de respeito, com sentido de responsabilidade e de profissionalismo, privilegiando sempre o espírito de equipa, para a existência de um bom ambiente de trabalho entre todos, só assim se conseguia ter algum êxito. Avalio o meu desempenho profissional enquanto trabalhador da PT e da TV Cabo, e mais presentemente como gestor do Grupo de Miro, como excelente, porque pautei sempre a minha conduta por cumprir com os horários estabelecidos, a minha conduta era de entreatajuda e de melhor fazer, para que o sentido de camaradagem não se perdesse. Enquanto funcionário da TV Cabo, o administrador da altura

impressionou-me pela sua capacidade de lidar com as propostas ou ideias que lhe apresentávamos, para desenvolvermos projetos que achávamos ser os melhores para a empresa e para os funcionários. Na altura, para a execução das tarefas que me eram distribuídas com o coordenar as equipas de instalação e reparação de Televisão por cabo, eu apresentei às chefias superiores, que o meu horário de trabalho e dos elementos que faziam parte da minha equipa de trabalho, teria que ser mais flexível, isto porque na altura, se cumpríssemos um horário normal, entre as 8h30 e as 18h00, e se um cliente reclamasse uma avaria no sistema de televisão depois das 18h00, não tínhamos equipa disponível para resolver o problema ao cliente. (...) outra das situações que me lembro: se o cliente trabalhasse durante o dia e quisesse aderir à TV Cabo e a instalação tivesse que ocorrer depois das 18h00, também não tínhamos pessoal disponível para as instalações. (...) A chefia entendia os meus pedidos e posso dizer com orgulho que tivemos um sucesso enorme neste projeto, que passou a ser adotado pelas outras operadoras a nível nacional. Para o sucesso deste projeto e obtenção de resultados, tinha que junto das equipas, identificar os problemas que surgiam para que todos juntos os resolvêssemos com rapidez e profissionalismo e é aquilo que eu faço aqui: eu tenho as minhas ideias, mas chamo as equipas para as ouvir. Temos de trabalhar em equipa. Quanto melhor for a nossa forma de agir e de saber tratar os problemas que nos surgem todos os dias, maior será a probabilidade das nossas ideias serem acolhidas com respeito por quem nos superintende. Eu recebi algumas promoções, porque provei que podia trabalhar num nível acima do que me estava destinado. Sabia falar quando era necessário para resolver problemas entre funcionários, sabia resolver os problemas diários que tinham a ver com instalações ou reparações sem ter que me dirigir à minha chefia, pensava e agia de acordo com as obrigações do serviço, por forma a influenciar as pessoas para trabalhar em equipa.

Hoje adoto o mesmo sistema aqui na instituição. Apesar de não estar ligado a nenhuma entidade patronal, na instituição de Miro, tento proporcionar aos funcionários toda uma panóplia de atividades e eventos, das mais diversas formas e conteúdos para que estes se sintam bem, e possam além de trabalhar, mostrar todo o seu valor. Devido à minha maneira de ser e de agir, sou recebido dentro da maior cordialidade pelas mais diversas instituições, quer sejam públicas ou privadas. Sempre tive em mim a arte de saber dialogar, de saber argumentar as minhas próprias ideias perante os meus superiores. Quando lidava de perto com o público, quando recebia uma reclamação ou um problema levantado por um funcionário ou por um cliente, tinha que saber dialogar, de modo que a outra pessoa sentisse que eu a estava a ouvir, enquanto descobria o que realmente se passava. Para isso tem que haver empatia entre as partes, para estarmos em condições de conduzir uma conversa rumo ao que mais

desejamos. Sempre fui uma pessoa assertiva, tanto no atendimento ao balcão, na recepção de um utente ou familiar, com os jogadores e encarregados de educação, quer fosse nos treinos ou nos jogos ou com os funcionários da instituição. Sempre uma pessoa muito reta e muito certa das minhas convicções. Sei que as pessoas quando confiam, tendem a ser influenciadas, eu não gosto de influenciar, gosto de falar sempre com conhecimento de causa, mantendo as promessas feitas, apoiando quem está em dificuldades e trabalhando as diferenças.

Qual a relação que tem com a câmara municipal? E com a junta de freguesia? Qual o balanço dessa relação?

Já foi melhor. (...) Sinto com a câmara municipal alguns entraves. Eu acho que por vezes a instituição Miro é um peso muito grande para a câmara, mas não é por isso que deixamos de apresentar trabalho. (...) Com a junta de freguesia temos uma boa relação, de entreajuda muito grande, sempre que vamos realizar uma atividade, somos apoiados. Não posso dizer que mesmo a relação com a câmara é tudo mau, ainda agora no dia 6 vamos fazer um *workshop* sobre desenvolvimento local e a câmara vai ser um dos grandes parceiros, mas para aquilo que fazemos, acho que devíamos ter mais.

Entrevista 6 (E6) Anália Simões– Dinamizadora do Espaço Saberes e Sabores

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁵⁰⁾

Antes do trabalho no espaço *Saberes e Sabores* encontrava-se desempregada?

Sim eu fui para o desemprego, estava desempregada. Propuseram-me fazer o curso, eu aceitei. Acho que temos tirar sempre partido daquilo que nos é oferecido e pronto, cá estou.

Em que consiste este espaço? O que faz no seu dia-a-dia por este espaço?

Já existia uma cozinha onde faziam serviço de restauração, principalmente de *take-away*, eu continuo a ajudar nessa parte e fazemos bolachas, fazemos sal com as nossas plantas aromáticas e sou eu que estou a desenvolver isso, portanto, quando há encomendas sou eu que faço essa parte e que as envio. (...) nós acolhemos, secamos, cortamos e misturamos as ervas aromáticas. (...) Fazemos a broa também; eu fiquei a fazer broa todos os dias de forma tradicional, com forno de lenha, vendemos para o lar e para quem quer comprar.

Esta oportunidade veio mudar a sua vida?

Veio a calhar, e gosto do que faço.

Fazemos também enchidos, isso também já cá havia, eu continuo a dar uma ajuda. Fazemos o enchido curado a lenha, de forma artesanal e vendemos também para fora.

Estes produtos também são vendidos nas feiras artesanais a que vão?

Exatamente. Ainda ontem enviei uma encomenda para uma feira em Lisboa.

Há quanto tempo está neste projeto?

Estou desde junho sozinha e estive desde o curso até agora, para aí um ano. Nós iniciamos a formação em outubro de 2014. De outubro a fevereiro éramos cerca de 24 pessoas em contexto de formação, depois como estágio profissional ficámos 5 em contexto já de trabalho, que ficámos até junho e depois a partir de junho fiquei só eu.

Estivemos na feira de Oliveira do Hospital, de São Pedro de Alva, na Escola de Hotelaria em Coimbra já por duas vezes, para tentar divulgar o produto, no início é sempre muito complicado meter seja lá o que for no mercado, então nós tentamos nas feiras dar a conhecer os produtos.

Dentro destes produtos temos também as compotas, que tentamos fazer com a fruta dos cooperadores.

Trabalho neste espaço a tempo inteiro.

⁵⁰ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

Toda a vida trabalhei. A última profissão que tive foi de distribuidora de pão. Fiquei desempregada e tive a receber o subsídio de desemprego durante dois anos mas andei o tempo todo praticamente que estive no desemprego em formação. Hoje com a minha idade também já não é fácil entrar no mercado de trabalho, com a crise em que estamos. (...) Tentar fazer tudo por tudo para que as coisas resultem para dar continuidade ao meu posto de trabalho, aqui. Uma coisa é nós termos 20 anos, outra coisa é termos a minha idade, 47 anos. Temos tentar arranjar maneira de darmos continuidade à nossa vida profissional porque se não for assim estas oportunidades que a gente tenta agarrar com unhas e dentes, não é fácil.

Gosto muito do trabalho, e gosto de sentir que as coisas vão lá para fora e que se vendem e que estão a resultar. É claro que não é fácil, eu nunca estive a fazer nada disto na minha vida, isto é tudo novo. A maior dificuldade que vejo é: eu não fiz disto a minha vida, não fiz disto a minha profissão, o pouco que eu sabia era daquilo que eu já fazia em casa com os meus pais e com os meus avós; porque a minha vida nunca foi esta. Podia fazer algumas compotas, broa, mas tudo muito caseiro, nunca em contexto profissional. Uma coisa é nós estarmos a fazer para nossa casa, outra coisa é nós estarmos a fazer para vender a outras pessoas, em que a qualidade tem de ser vista. A qualidade, o aspecto, a conservação das coisas e isto são pequenos truques que existem e que muitas vezes nem são divulgados cá para fora e que nós temos dificuldade, às vezes, em conseguir em lá chegar. Mas vamos tentando.

Que tipo de *feedback* têm tido?

Através das feiras damos a provar os nossos produtos a pessoas que não tem nenhuma ligação connosco, que facilmente dizem aquilo que pensam; e gostam. Apreciam principalmente as bolachas, acham um produto diferente, são sabores que não se encontram nas prateleiras de supermercado. Gostam dos enchidos, como são curados com lenha não têm nada a ver com os enchidos comprados no supermercado. As compotas também, com sabor de fruta caseira, que acabam por dar um sabor mais intenso. Os licores, as pessoas gostam muito, embora nós só fazemos uma parceria: nós compramos para depois podermos comercializar, mas damos a provar e as pessoas gostam muito, são diferentes. Nós podemos fazer o mesmo produto, mas sendo com matéria-prima diferente, dá-lhe um saber diferente.

Os produtos que aqui chegam são maior parte da cooperativa. “A mais-valia deste espaço são os produtos serem maior parte da cooperativa. Tentamos mesmo que sejam da cooperativa: 80% dos produtos que chegam ao espaço são provenientes dos cooperadores” (intervenção de Manuel Nogueira).

Todos os legumes: as alfaces, para a parte da restauração, as batatas, todas essas coisas são produtos dos produtores de cá. A fruta é sempre dos produtos dos cooperadores. Por isso é

que as compotas ficam com sabor diferente, porque é fruta criada aqui, é fruta com outro sabor, que não tem nada a ver com a que vai comprar ao supermercado. Tanto é que nós as compotas só fazemos com fruta da época. Nós se calhar nos meses de janeiro ou fevereiro não vamos ter compotas de maçã. Nós fazemos só consoante a época, com o produto da época.

A forma como mais vendem os produtos? Em feiras? Por encomendas?

Aqui. Vendemos muitos enchidos, broa. São produtos que se vendem muito mais aqui do que propriamente em feiras. Mas no mercado da figueira já temos uma loja a vender os nossos produtos.

E agora estamos a pensar em por os produtos à venda, nesta região mais chegada a nós, também noutras lojas que vendam produtos mais gourmet, para dar continuidade porque por exemplo, as pessoas que compram compotas aqui, não compram compotas todos os dias e por isso parece ser importante expandir as vendas.

Entrevista 7 (E7) Sónia Moreira – Dinamizadora do Projeto Portugal Tradicional

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁵¹

Como começou este projeto? Em que consiste o projeto? Como veio parar ao GSSDCR Miro?

Eu estava em Leiria a trabalhar numa imobiliária, depois por razões pessoais deixei o trabalho e vim viver para ao pé dos pais. Depois o Manuel lembrou-se de mim quando se falou no projeto Portugal Tradicional, por causa das traduções como tinham que ser em francês, inglês, espanhol e como eu tenho o francês como língua materna, e o espanhol também tive até ao 12º ano e o inglês também, por isso estava a vontade nas três línguas. Então depois vim para cá e começámos a trabalhar no projeto: tentar definir orientações, isto em janeiro de 2014.

Ao início criámos a base de dados, fizemos trabalho de divulgação: divulgação junto das câmaras, o que não foi muito frutuoso porque a câmara é a câmara. O público do projeto está direcionado essencialmente para autocaravanistas e para turistas em geral. Os autocaravanistas porque são autónomos, são independentes: a ideia é estacionar em casa de produtores, coletividades, algures onde se possa disfrutar tanto das experiências concretas como de paisagens, festas que estejam a decorrer. O intuito é de presenciar, ver, conviver, mas, no fim, o ideal seria que eles comprassem os produtos locais. Ou seja veem fazer o produtor, portanto há pequenas produções, não são industriais, portanto a divulgação geralmente é local ou então são nichos de mercado muito específicos, e ali corta-se um bocado a cadeia da divulgação e da promoção para diretamente haver um contacto produtor-cliente, o cliente neste caso é o turista ou auto-caravanista. O importante aqui é a compra direta havendo menos custos para todos: o turista não tem de pagar à loja os custos associados e o produtor acaba por divulgar ainda mais o seu produto, porque o boca-a-boca é aquilo que funciona melhor. Portanto, reduz-se um bocado a cadeia de distribuição e reduzem-se os custos para todos.

E a ideia é que as pessoas se dediquem um pouco à produção mesmo tendo trabalho; que tenham uma ocupação para rentabilizar o que eles têm.

O nosso primeiro ano foi de implementação e dar a conhecer. Os aderentes que já estavam habituados ao conceito, já entraram no sistema de divulgação de boca-a-boca, os turistas vão passando, vão conhecendo e já sabem. Mas uma das dificuldades é mesmo ter esse feedback,

⁵¹ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

porque eu em julho/agosto, comecei a enviar e-mails para os nossos aderentes, para saber como tem estado a correr, se têm tido visitas, etc. mas se calhar não é o melhor canal para falar com eles. Se calhar tem de ser mesmo pessoalmente ou ligar, porque não têm respondido: ou porque não têm tempo, ou porque não têm nada a dizer. Agora é deixar passar o verão que também é quando à partida têm mais gente e depois que começa a haver ver menos, aproveitar para ver recolher informação.

Divulgados na nossa aplicação temos uns 33 aderentes. E pessoas que já descarregaram a aplicação contamos com quase 400, mais precisamente 398. Na sua maioria são estrangeiros, principalmente franceses porque este conceito já existe em França há mais tempo, há 20 e tal anos, mas lá existe em formato papel. Nós inicialmente também éramos para fazer em papel, mas depois com os níveis dos custos e de rentabilização era muito mais difícil. Isto é para um público muito específico, geralmente são reformados, pessoas que já conhecem isto há muito tempo, já estão nesse ambiente mas não chama nenhum jovem para criar este tipo de turismo. Portanto se queremos alargar para um tipo de turista mais abrangente, não podemos ficar em papel, temos de optar pela aplicação que é a moda e é mais fácil. Se calhar restringimos este nicho que agora já não gosta tanto do conceito, mas tivemos que abrir o leque para tentarmos chegar a mais pessoas.

No dia-a-dia o meu trabalho consiste na procura de novos aderentes, alargando a base de dados, entrar em contacto, dar entrada de novos aderentes na aplicação, responder a emails de pessoas que têm interesse em fazer parte. Chegamos aos aderentes por emails e via *facebook*. Há mais aderentes no centro e no norte. O sul está mais difícil, no Alentejo temos alguns mas no Algarve temos muito pouco. Trabalho no Portugal Tradicional em *part-time*. Queremos continuar a procurar aderentes e pensamos que daqui a um tempo a aplicação seja paga. Neste momento ainda não temos retorno financeiro. É por isso que o social é complicado, entra-se no social mas os números ninguém os apaga.

O projeto também funciona como forma de dinamismo local: tentar desenvolver o local em si e o turismo e ajudar quem mais precisa, mas nós queremos que eles estejam legais. As pessoas habituaram-se a trabalhar e se puderem vender sem estarem legais. E há muitas regras que também impedem a legalização. Uma pessoa que venda 10 frascos ou 15 por ano, vai se legalizar para quê? Deixa de ter rendimento mínimo. Se abrir atividade nas finanças, já não pode ter o seu rendimento, não faz sentido. “Por isso é que nós criámos a cooperativa para ajudarmos estas pessoas todas” (Intervenção de Manuel Nogueira). (...) Podia haver uma combinação: até x de vendas por mês, pode receber x do rendimento. Aqui tenta-se fazer a diferença, mas não é fácil.

Manuel Nogueira: -Esperemos que isto para o ano dê um salto grande. Até para que a Sónia se torne funcionária a tempo inteiro.

Sónia: -Tem que se ir abrindo as portas. Ou então tem que se ficar na ilegalidade até dar lucro. Parece que quem é legal é quem está mal.

Entrevista 8 (E8) Ana Gomes, Daniela Alves e Marina Macedo - Dinamizadoras do Espaço Artes e Ofícios

Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁵²⁾

Como é que começou esta ideia? O que é que faziam antes de ter esta oportunidade? Têm mais alguma ocupação?

Daniela Alves: -Começámos a fazer a PAP (Prova de Aptidão Profissional) na escola, depois tivemos a proposta do Sr. Manuel de vir para aqui, que podia ser bom, nem que fosse só um dia por semana e como já tínhamos algumas propostas de trabalho para fazer, achámos interessante. Isto começou em julho deste ano. Ao mesmo tempo estamos a tirar a carta, mas não temos mais nenhuma ocupação. Andámos três anos no curso de cerâmica artística e gostamos mesmo disto. Era isto que gostávamos de fazer na vida.

Manuel Nogueira: - A minha maior preocupação agora é as encomendas aparecerem e nós não darmos resposta, porque as pessoas começam a não acreditar no projeto.

Ana Gomes: - A deslocação: eu venho de autocarro e cada viagem é 2,20€, o que é chato. (...)Se fosse um pouco mais barato.

Manuel Nogueira: - Uma ajuda que nós vos queremos dar, tanto do transporte como da refeição. É uma das ofertas que nós vos fazemos porque queremos que o projeto ande para a frente e acreditamos.

Ana Gomes: -Agora é trabalhar para a expo-noivos, já fizemos algumas peças. A ideia é também levar o barro para casa, porque às vezes vamos tendo as ideias em casa quando andamos de um lado para o outro e nada como por em prática, porque nós depois esquecemo-nos.

Manuel Nogueira: – eu fico satisfeito de três maneiras: que elas sejam cooperadoras, fazem por elas, vendem por elas e deixam uma percentagem para os consumos. Fico satisfeito se elas chegarem a um ponto e digam que vão trabalhar por conta própria, como fico satisfeito se isto começar a crescer e criarmos aqui indústria de cerâmica.

Daniela Alves: - já fomos expondo o nosso trabalho na Foz do Caneiro, em Miro e em S. Pedro de Alva. E agora temos a expo-noivos, e depois no natal também há sempre feirinhas.

⁵² A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

Entrevista 9 (E9) Ana Rita Bento – Cooperadora da Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes
Esta entrevista foi realizada presencialmente em outubro de 2015⁽⁵³⁾

Quando passou a ser cooperadora?

Em maio.

É funcionária da instituição? Qual é a sua função? Porque decidiu tornar-se cooperadora?

Eu já trabalho aqui há 6 anos, sou ajudante de cozinha e os meus pais sempre foram agricultores. Só que a minha mãe é reformada por invalidez, não podia ser cooperante porque se não cortavam-lhe a reforma e o meu pai também não se queria coletar. E eu dizia-lhes que tínhamos terrenos, grandes, já tinham as coisas (...) era uma pena por coisas boas, nem que o dinheiro desse para a ração dos animais e para outras coisas, já não gastávamos do nosso, mas o meu pai não queria. Então inscrevi-me eu, como já tenho o meu trabalho, não desconto mais para além disso, não perco nada. Decidi começar para escoar os produtos que tenho lá em casa.

Em que é que ser cooperadora beneficiou na vossa vida?

Não estragamos comida, aproveita-se. Aproveitamos melhor. Aquilo que conseguimos fazer através da cooperativa faz a diferença. Porque se formos a ver temos vendido muita coisa que já tínhamos: porque o meu pai tem muita vinha, tínhamos muita maceira, agora temos muita castanha e gasta-se. Agora couves ninguém tem, só eu é que tenho e, enquanto tiver só eu é que vou vender. Mas se aparecer outro cooperador que tenha couves, eu espero, vou dar a vez àquele, tem lógica, vai correndo a vez a todos. Mas o que eu tenho e mais ninguém tem eu vou aproveitando. Primeiro é para nós para casa e depois é para aqui (para venda).

Tem valido a pena. Não perdemos nada com isto, só ganhámos e era uma pena termos terrenos grandes, temos tudo, era bom para nós. A produção já era feita na mesma, tudo bem, agora se calhar em vez de pôr 50 couves, põe 100, o trabalho é praticamente a mesma coisa, não perde de nada. Os produtos que mais tenho vendido têm sido pêra, maçãs, uva, batatas, couves, grelos alfaces, tomate, pimentos, feijão-verde.

O dinheiro vai para os meus pais eu normalmente só digo que quero algum para a gasolina porque sou eu que levo o trabalho. Plantar e colher eles é que tratam disso, mas se for preciso vou ajudar, sou a única filha que lá está em casa, mas de resto vai para eles. Para todos os

⁵³ A transcrição da entrevista é literal, num estilo coloquial, sem haver uma preocupação sintática ou de pontuação

efeitos eu é que sou a cooperadora, mas eles é que levam o trabalho. Os meus pais já eram agricultores, mas a minha mãe era trabalhadora independente: dois agricultores a estarem os dois como trabalhadores independentes era uma despesa muito grande e então só um é que pagava caixa, que era a minha mãe, mas agora teve um problema num joelho e reformou-se. Na altura como não havia muita informação foi uma sorte a minha mãe não se coletar, porque eles cortavam-lhe logo a reforma.